

VOCÊ NO COMANDO:

Coletânea de TCC'S do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte



Organizador:
Adão Paulo Ronconi



Editora
UNIVINTE

ORGANIZAÇÃO
ADÃO PAULO RONCONI

VOCÊ NO COMANDO COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVINTE – 6



CAPIVARI DE BAIXO

2022

Editora Univinte – 2022.

Título: Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte – 6.

Organizador: Adão Paulo Ronconi.

Capa: Ketry Onofre de Assunção Vicente.

Editoração: Andreza dos Santos.

CONSELHO EDITORIAL
Expedito Michels – Presidente
Emillie Michels
Andreza dos Santos

Dr. Diego Passoni

Dr. José Antônio

Dr. Nelson G. Casagrande

Dra. Joana D'arc de Souza

Dr. Rodrigo Luvizotto

DR. Amilcar Boeing

Dra. Beatriz M. de Azevedo

Dra. Patrícia de Sá Freire

Dra. Solange Maria da Silva

Dr. Paulo Cesar L. Esteves

Dra. Adriana C. Pinto Vieira

Dr. Antônio Auresnedi Minghetti

S51s

Ronconi, Adão Paulo.

Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte – 6 / Adão Paulo Ronconi – organizador. Capivari de Baixo: Editora Univinte, 2022.

ISBN: 978-65-87169-51-4.

Ciências Contábeis. I. Título.

CDD: 657

(Catalogação na fonte por Andreza dos Santos – CRB/14 866).

Editora Univinte – Avenida Nilton Augusto Sachetti, nº 500 – Santo André, Capivari de Baixo/SC.
CEP 88790-000.

Todos os Direitos reservados.

Proibidos a produção total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo art. 184 do Código Penal.

VOCÊ NO COMANDO
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVINTE – 6

COLABORADORES

Adão Paulo Ronconi
Daniel Barbosa de Souza
Edilson Citadin Rabelo
Francielen Cachoeira
Fernando Pacheco
Jeverson Gomes Ribeiro Junior
Joana D'Arc de Souza
Joelson José da Silva
Maria Aparecida Cardozo
Oscar Pedro Neves Júnior
Tanara Paes Delfino
Valesca Fidélis Gonçalves
William Fileti Pedro

É preciso coragem para comandar. Mais do que isso, é preciso determinação e foco quando nos colocamos em uma posição de comando. O livro *Você no Comando*, retrata a essência de seus escritores. Jovens futuros contadores, que apresentam aqui seu protagonismo enquanto cidadãos que contribuem com o conhecimento e a disseminação de informação, por meio de seus artigos fundamentados na teoria de anos de estudo. No campo das competências e habilidades, denota-se que o desenvolvimento do saber contábil, possibilita que o futuro contador tenha inúmeras vantagens competitivas e estratégicas, sendo um diferencial no mercado de trabalho, o qual exige cada vez mais profissionais éticos, qualificados e que demonstrem, em especial, visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil. Verifica-se que esta ação de divulgar os trabalhos de conclusão de curso promovida pelo curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Capivari (FUCAP) é de suma importância para a construção do conhecimento contábil, o que resulta em novas abordagens para futuras pesquisas de temas relacionados à contabilidade, bem como contribui para a articulação dos conceitos da teoria com a prática profissional. Cumpre-se ainda frisar que o processo de aprendizagem nas instituições de ensino superior deve ser uma via de mão dupla, na qual se tenha uma interação entre os docentes e os discentes, como forma de contribuir para o crescimento individual e que seja, depois, compartilhado com a sociedade por meio do vínculo entre o ensino e a pesquisa. Convido para que mergulhem no universo desta obra, a fim de prestigiarem a produção acadêmica contábil, a qual deve ser fortalecida diariamente, assim como a profissão a qual escolhemos seguir. A contabilidade não começa quando é executada, mas sim, quando é ensinada a outrem.

Rúbia Albers Magalhães

**Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
(CRCSC) - Gestão 2020/2021.**

- ROTINAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA LD CON CONTABILIDADE LTDA.7**
Francielen Cachoeira; Maria Aparecida Cardozo; Edilson Citadin Rabelo.
- ANÁLISE DOS PRINCIPAIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ERP: UM ESTUDO DE CASO NA VAREJISTA KINCAS GÁS42**
Jeverson Gomes Ribeiro Junior; Fernando Pacheco; Oscar Pedro Neves Júnior.
- ANÁLISE DE CUSTO DE PRODUÇÃO PARA FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA: UM ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA FARILENE LTDA.70**
Joelson José da Silva; Daniel Barbosa de Souza; Joana D’Arc de Souza.
- A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS DO CÓDIGO DE ÉTICA CONTÁBIL96**
Valesca Fidélis Gonçalves; Maria Aparecida Cardozo; Edilson Citadin Rabelo.
- AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DEPARTAMENTO PESSOAL NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE ARMAZÉM.....131**
William Fileti Pedro; Daniel Barbosa de Souza; Joana D’Arc de Souza.
- CONTABILIDADE GERENCIAL: A PERCEPÇÃO DAS EMPRESAS EM RELAÇÃO A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO.....151**
Tanara Paes Delfino; Adão Paulo Ronconi; Oscar Pedro Neves Júnior.

ROTINAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA LDCON CONTABILIDADE LTDA.

Francielen Cachoeira¹

Maria Aparecida Cardozo²

Edilson Citadin Rabelo³

Resumo: A contabilidade é uma área que presta serviços essenciais às organizações, de modo que suas rotinas são baseadas no cumprimento de obrigações contábeis, fiscais/tributárias, trabalhistas e previdenciárias, as quais são vitais para a manutenção dos negócios em qualquer segmento. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em apresentar as principais rotinas na prestação de serviços da Ldcon Contabilidade Ltda. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, aplicado, dedutivo, teórico e prático, cujo instrumento para coleta de dados foi a observação das rotinas contábeis do escritório objeto de estudo. O resultado da pesquisa demonstrou que as rotinas de prestação de serviços contábeis são divididas em setores: setor contábil/cadastros, setor fiscal/tributário e setor pessoal. Importante mencionar ainda que o escritório de contabilidade conta com as atividades advindas das Declarações de Impostos para pessoas físicas. Ademais, constatou-se que a Ldcon Contabilidade conta com uma cartilha de clientes não tão alta, o que contribui para uma atenção especializada em termos de atendimento e execução de atividades, bem como, com o fato de que o cenário de crescimentos dos negócios locais contribui para a procura pelos serviços prestados. De outro lado, tem-se o fato de que a centralização da prestação de serviços somente para optantes pelo Simples Nacional acarreta na perda de clientes quando da necessidade de alteração no regime de tributação dos mesmos. Portanto, o estudo concluiu pela sugestão na expansão dos negócios do escritório com vistas a atender clientes optantes por outros regimes de tributação.

Palavras-chave: Rotinas contábeis. Contabilidade. Prestação de serviços. Serviços contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a contabilidade tem mostrado que não está limitada somente aos aspectos financeiros empresariais, demonstrando que contribui diretamente para a saúde empresarial, haja vista que por meio de dados fidedignos é possível realizar uma análise profunda e proveitosa de diversas possibilidades de

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

decisões a serem tomadas, tornando a contabilidade uma importante e indispensável ferramenta dentro das organizações.

Os escritórios de contabilidade encontram diversos desafios em seu cotidiano. O crescimento da demanda de graduações presenciais e à distância fazem com que o mercado conte com uma quantidade cada vez maior de profissionais graduados e com conteúdos atualizados sobre as diretrizes contábeis, e com isso, a concorrência se mostra cada vez maior, impulsionando profissionais já atuantes a buscarem atualizações e formas de prestação de serviços cada vez mais voltados para o atendimento das necessidades de seus clientes.

Levando em consideração a demanda que costuma ser alta, a rotina de um escritório de contabilidade costuma ser agitada e cheia de tarefas que devem ser prestadas de forma eficiente, levando em consideração que a prática incorreta de tais atividades pode acarretar em resultados insatisfatórios de dados, colocando em risco toda a saúde de uma organização.

O estudo tem como pergunta de pesquisa: quais as principais rotinas em uma prestadora de serviços contábeis?

Para responder à pergunta de pesquisa, o objetivo geral é apresentar as principais rotinas na prestação de serviços da Ldcon Contabilidade Ltda.

Os objetivos específicos do estudo são: (a) buscar, perante a literatura, as principais atividades atribuídas à prestação de serviços contábeis; (b) identificar a estrutura de trabalho da Ldcon Contabilidade Ltda.; (c) demonstrar as principais atividades de cada setor da empresa estudada.

A pesquisa se mostra relevante quando proporciona um contato com a prática contábil, haja vista que é importante ao aluno ter contato com tais atividades, facilitando o aprendizado e a preparação para a vida profissional, bem como, para futuros alunos do referido curso, uma vez que terá exposto resultados que podem servir para sanar dúvidas frequentes.

No que tange ao aspecto profissional, o trabalho pretende contribuir para que profissionais da área atualizem seu conhecimento, uma vez que as legislações e a doutrina sobre as ciências contábeis se modificam constantemente, sendo importante ao profissional manter seu conhecimento atualizado.

Quanto à sociedade, o trabalho pretende colaborar para o acesso a informações pertinentes a contabilidade de modo facilitado, proporcionando a todos

a oportunidade de adquirir conhecimento sobre os assuntos contábeis sem dificuldades, levando em consideração a importância dessa área de estudo.

Esse trabalho encontra-se organizado em cinco seções, da seguinte forma: A primeira seção que é a introdução, oferece de forma concisa o estudo, elencando seus objetivos. Na segunda seção serão apresentados as principais teorias e conceitos de diversos autores, formando o embasamento teórico. No terceiro tópico serão demonstrados os procedimentos, métodos e técnicas do estudo, bem como as análises deste. Na quarta seção demonstra-se a caracterização da empresa, analisando os dados coletados assim como os resultados. E por fim, na quinta seção, serão demonstradas as conclusões e considerações finais que a pesquisa proporcionou.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Esse tópico consiste no embasamento teórico que serve de base para a pesquisa desenvolvida. Serão apresentados os aspectos fundamentais acerca das Ciências Contábeis, ressaltando sua relevância e principais características; em seguida, serão demonstrados pontos importantes sobre as micro e pequenas empresas no Brasil, e em conjunto, serão tratados aspectos sobre a contabilidade para tais tipos empresariais. Por fim, serão expostos os tipos de serviços prestados pelos escritórios de contabilidade, em seus respectivos setores: contábil, pessoal e fiscal.

2.1 CONTABILIDADE: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Desde os primórdios a sociedade tem a necessidade de proteger o patrimônio, o que em tempos remotos se dava por meio de pedras e pinturas em bens e animais para distinguir dos demais, apontando para a necessidade de uma área que tratasse especificadamente dessas questões. O surgimento da contabilidade está relacionado com o desenvolvimento econômico da sociedade, levando em consideração a evolução lenta até o surgimento das moedas, tornando-se possível e necessário mensurar a variação de riqueza (CREPALDI; CREPALDI, 2014).

Para Marion (2009) a contabilidade é um grande instrumento auxiliador na administração, especialmente no que diz respeito a tomada de decisões. De fato, a contabilidade faz a coleta de dados econômicos, mensurando-os de forma monetária, registrando-os e sumarizando-os no formato de relatórios ou de comunicados, os quais contribuem para a tomada das decisões dentro das organizações. Em suma, é realizada a medição dos resultados das empresas, a avaliação do desempenho dos negócios e concede diretrizes para que as decisões sejam tomadas de forma eficiente.

Por um longo período a contabilidade serviu somente para registrar e controlar o patrimônio empresarial, tratando exclusivamente das contas patrimoniais ativos, passivo, patrimônio líquido, e com isso, mediam a riqueza patrimonial de determinada entidade. Ocorre que, a contabilidade gerencial vai além dos registros de informações econômico-financeiras de uma organização, é responsável pela mensuração das informações de grande valia aos administradores desta (PADOVEZE, 2004).

De acordo com Silva (2008) a contabilidade possui essencial participação na produção de informações úteis e consistentes no auxílio da gestão e na tomada de decisões, proporcionando segurança nas atividades empresariais. Trata-se de uma escrituração dos atos e fatos que ocorrem nas organizações, sendo que as informações obtidas mediante o levantamento dos dados refletem a situação econômico-financeira das organizações, auxiliando nas tomadas de decisões, bem como, mensurando a realidade do valor do patrimônio.

A contabilidade gera informações, as quais são utilizadas para várias questões e por diversos usuários. Por exemplo, caso a empresa precise de um empréstimo no banco, esta faz uso dos relatórios contábeis para demonstrar ao banco sua atual situação financeira. Horngren, Sudem e Stratton (2004) afirmam que os usuários das informações contábeis podem ser os gestores internos que fazem uso das informações para planejar e controlar as atividades, com base em curtos prazos e operações de rotina; os gestores internos que se beneficiam das informações para a tomada de decisões que não estão ligadas a rotina da empresa, como investimentos, por exemplo; e os usuários externos que fazem uso das informações para investimentos, verificar a legalidade fiscal da empresa, sendo bancos, investidores e autoridades que tomam as decisões acerca da empresa.

Observa-se que cada usuário depende das informações contábeis, cada um ao seu modo, aplicando conforme a necessidade, ressaltando a importância em uma organização manter sua contabilidade em dia, especialmente com base na contratação de profissional adequada e licenciado para o exercício dessas funções.

2.2 CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para Pizzolato (2012) independente do porte, uma empresa é uma sequência de atividades em cadeia de valores que possui a prestação de serviços ou entrega de bens ao cliente. Desse modo, é importante que a contabilidade seja integrada às suas atividades, para que possa ir além do que tão somente cumprir com as exigências tributárias e fiscais.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas teve surgimento em 2006, sendo atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, visando regulamentar o que a Constituição Federal prevê no que tange ao tratamento diferenciado para com essas empresas. Foi instaurada com finalidade de contribuir para o desenvolvimento e competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte, como sendo uma estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social e a redução da informalidade no país (SANTANA, 2014).

A Lei Geral instituiu regime simplificado para pequenos negócios, bem como, a redução da carga tributária, o qual se dá pelo Simples Nacional. De acordo com a Lei Complementar nº 123 de 2006, resumidamente, considera-se microempresa aquela cujo rendimento bruto anual não afigure mais do que R\$ 360.000,00, e no caso das pequenas empresas ou empresa de pequeno porte, que afigure entre R\$ 360.000,00 à R\$ 4.800.000,00 (BRASIL, 2006).

Independente do porte da empresa, a contabilidade é de suma importância para a saúde dos negócios. De acordo com Marion (2009) há uma ligação entre a contabilidade e o processo de formação de informação e comunicação dentro das empresas, o que não resta somente nos registros dos dados que afetam patrimônio da empresa, mas assumindo o compromisso de transformar os dados contábeis em informações que sirvam de base para projeções, comparações, planejamento e na gestão por completo.

No que diz respeito a informação, Crepaldi (2011) afirma que consiste em ser uma poderosa ferramenta de gestão que fica à disposição de empresários, advindas

das demonstrações contábeis da organização, traçando o planejamento estratégico, portanto, as informações auxiliam nas decisões dos preços, desperdício de recursos, controle de despesas e aumento de receitas. A vertente responsável pelo atendimento a essa necessidade empresarial é denominada 'Contabilidade Gerencial', a qual utiliza os dados financeiros e operacionais acerca da atividade, controle, unidades operacionais, produtos, serviços e clientes da empresa para gerar os relatórios para os administradores, os quais devem ser adequados às necessidades da empresa, tornado mais fácil o processo decisório.

A contabilidade gerencial é a área da contabilidade responsável pela prestação de informações aos gestores da empresa, facilitando o processo decisório e de análise do desempenho da organização. A contabilidade gerencial destina suas funções para produzir informações contábeis que possam ser úteis na administração, de modo que é adequada para auxiliar nos processos de tomada de decisão (PIZZOLATO, 2012).

Os novos cenários exigem que as micro e pequenas empresas se enquadrem aos novos padrões de mercado, que exige inovação, rapidez, qualidade, produtividade e flexibilidade, tornando mais necessário possuir como estratégia a contabilidade gerencial, por meio dos relatórios capazes de apontar ao administrador potencialidades para enfrentar desafios do mercado, auxiliando-o para atingir metas, proporcionando visão das operações regulares das empresas, contribuindo para o pensamento sempre a frente com a estratégia de atuação no mercado.

A necessidade de informações cada vez mais rápidas e confiáveis é imprescindível, dessa forma, é essencial que se tenha um serviço de contabilidade fidedigno, de modo a proporcionar os relatórios com base na escrituração contábil oficial. As informações obtidas através da contabilidade gerencial incluem dados estimados utilizados pela administração quando da condução de operações diárias, no planejamento das operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas. Os relatórios devem fornecer métodos objetivos de operações passadas e subjetivas de futuras decisões, visando ampliar as oportunidades de negócios, mostrando informações claras e precisas, focadas nas tomadas de decisões.

A contabilidade gerencial possibilita ao empresário assumir riscos, haja vista que o conscientiza e auxilia na melhor escolha da oportunidade de mercado, promovendo a visão necessária sobre o negócio. Desse modo, é essencial que o

pequeno ou microempresário tenha conhecimento e reconheça a relevância da contabilidade na realidade da organização, não só para apuração de resultados mensais, mas para apontar como ele foi alcançado (CREPALDI, 2011).

Para Silva (2008) a contabilidade gerencial dentro das organizações proporciona diversas informações que contribuem para que os gestores tomem suas decisões quanto a produção, venda, orçamento, planejamento, etc. Os gestores de empresas e serviços, em um ambiente mais competitivo carecem de informações gerenciais e relevantes acerca dos custos efetivos, para auxiliar os funcionários e projetarem seus produtos e serviços de modo eficiente, garantindo eficiência e rapidez nas operações, orientando quanto a escolha de fornecedores, negociação entre clientes sobre preços, especificações de produtos e serviços, e demais características inerentes dos negócios.

Segundo o Sebrae (2021) as micro e pequenas empresas geraram 275 mil empregos no Brasil no mês de fevereiro de 2021, cerca de 68,5% do total de empregos em todo o país no período. Observa-se que, na atual situação que o país está enfrentando, onde há instabilidade em decorrência da crise sanitária pela pandemia de COVID-19, os pequenos negócios são de grande relevância para a economia, garantindo emprego e rentabilidade a uma grande parcela da população.

Dessa forma, é importante que a gestão dos pequenos negócios seja realizada de forma efetiva para que se mantenha a saúde e a vida desses negócios. As micro e pequenas empresas precisam de orientação diferenciada e noções gerenciais especializadas, dessa forma, as informações contábeis são indispensáveis para a gestão desses negócios, uma vez que os fatos contábeis se convertem em lançamentos e geram dados com capacidade para dar suporte as tomadas de decisões (REZENDE, 2010).

É essencial que o profissional da área contábil traduza os relatórios contábeis de modo compreensivo aos gestores, não exercendo somente as obrigações fiscais e legais, mas fornecendo informações úteis para o processo de tomada de decisões dentro das empresas. A incorreta análise ou incompreensão dos demonstrativos contábeis contribui para uma análise deficiente do negócio como um todo, o que pode acarretar no não cumprimento do objetivo previsto nas informações, que é esclarecer os eventos econômicos e financeiros (IUDÍCIBUS; LOPES, 2012).

A contabilidade em pequenas e microempresas pode ocorrer como um departamento interno, com funcionários da área contábil dentro da própria empresa,

ou como um serviço prestado de forma terceirizada. A terceirização desse serviço é a forma mais indicada na busca pela eficiência operacional das empresas, que se dá mediante a contratação de serviços realizados por empresa especializada que não é a mesma que exerce a atividade principal (MARTINS, 2014).

O fato de a contabilidade representar uma complexidade para micro e pequenas empresas, eventualidades podem representar riscos para manter tal atividade dentro da própria empresa. Dessa forma, é essencial que micro e pequenas empresas optem pela terceirização dos serviços contábeis, de modo que foquem somente na atividade principal do negócio (LONGENECKER et al., 2013).

Portanto, além das exigências legais, fiscais e tributárias, o contador deve fornecer orientações aos gestores, de modo que auxiliem o pequeno e médio empresário no controle e acompanhamento das finanças.

2.3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A luta para se manter no mercado que está cada vez mais competitivo é frequente nas empresas, pequenas, médias ou grandes, especialmente em períodos de crise e instabilidade. Desse modo, a contabilidade conta como fundamental para auxiliar na gestão dos negócios, levando em consideração a produção de informações e auxílio nas diversas atividades empresariais, que dão suporte aos gestores para focarem na atividade principal.

Os escritórios de contabilidade prestam serviços tanto para pessoas físicas como jurídicas, sendo que na prestação para pessoa jurídica, essas são enquadradas como indústria, comércio e/ou serviços. A contabilidade oferece uma gama de serviços, dentre os quais, destacam-se: auditoria, assessoria, análise econômico-financeira, consultoria contábil e tributária e administração pessoal. Dessa forma, observa-se que são atividades de grande relevância para o sucesso do negócio (MARION, 2009).

As atividades nas prestadoras de serviços contábeis são, geralmente, divididas da seguinte forma: setor contábil/cadastros, fiscal e pessoal.

2.3.1 Principais atividades e funções do setor contábil

Os escritórios de contabilidade são procurados por várias razões, dentre elas, a abertura ou legalização de uma empresa é uma das principais. De acordo com Coelho (2009) os empresários antes de iniciarem as atividades devem registrar-se na Junta Comercial, de modo que a falta desse registro torna o empresário informal, o que impossibilita o empresário de obter a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, estadual e municipal, bem como, impede também que o mesmo seja inscrito e goze dos benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

De acordo com o art. 927 do Código Civil Brasileiro é obrigatória a inscrição do empresário em Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, antes de se iniciar as atividades (BRASIL, 2002).

Na mesma linha, Coelho (2009) destaca que são três os atos de registro de empresas exercidos pelas Juntas Comerciais, quais sejam: matrícula, arquivamento e autenticação. A matrícula diz respeito a regularização de alguns profissionais (leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns em geral). O arquivamento, por sua vez, trata-se da constituição, alterações contratuais, dissoluções e extinções de empresas individuais e sociedades empresárias. Por fim, a autenticação está ligada ao registro de livros contábeis, balanços, fichas e demais demonstrações financeiras.

Os atos societários correspondem aos documentos que descrevem as medidas e as decisões de uma instituição para que recebam fé pública. Os referidos atos são relevantes para a comprovação da autenticidade perante os órgãos de regulamentação e carregam a história da empresa. Possuem origem jurídica e são instrumentos de prova legal, portanto, possuem a possibilidade de pesquisa, prova e registro (SILVA, 2015).

Em linhas gerais, o processo de legalização empresarial segue as seguintes etapas: elaboração do contrato social ou estatuto; definição do CNAE; obtenção do CNPJ diante da Receita Federal; registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; Inscrição estadual; obtenção do alvará de localização e para funcionamento; e o registro do INSS (SILVA, 2015).

Levando em consideração as peculiaridades desse processo, a atuação do contador é fundamental, haja vista que este está apto a lidar com o referido

processo, auxiliando e sanando quaisquer dúvidas que venham surgir, bem como, melhor orientando na juntada de documentos necessários para cada etapa.

O setor contábil é responsável, ainda, pelas atividades de registro de todas as transações que modificam o patrimônio da empresa dentro de um determinado período, o qual resulta na elaboração das Demonstrações Contábeis, que são os produtos da contabilidade, fornecendo informações que são relevantes para o processo de tomada de decisões (RIBEIRO; PINTO, 2014).

De acordo com Vaz (2014) uma das principais atividades do setor contábil é a escrituração contábil, que consiste no registro de todos os fatos contábeis e determinados atos administrativos, sendo que os fatos contábeis modificam o patrimônio da entidade, enquanto os atos administrativos, não afetam. Importante mencionar que tais registros devem ser feitos em livros próprios, denominados livros de escrituração.

Os registros contábeis devem seguir o método das partidas dobradas, o qual foi idealizado por Frei Luca em 1494, sendo atualmente utilizado pelo mundo todo. Tal método determina que para cada débito deve existir um crédito e vice-versa, ou seja, o referido método apresenta uma bipolaridade, de modo que pelo de débito consiste na aplicação, enquanto que pelo de crédito mostra-se como a origem dos recursos (HOOG, 2015).

Há quatro fórmulas para realização dos lançamentos contábeis, sendo que a primeira consiste em ser uma conta devedora contra uma conta credora; a segunda sendo uma conta devedora contra diversas outras credoras; a terceira como sendo diversos débitos e apenas um crédito; e a quarta, como sendo diversas contas de débito e diversas contas de crédito. Destaca-se que a última fórmula é menos utilizada em face da sua dificuldade de interpretação (HOOG, 2015).

A escrituração contábil permite o acompanhamento da rotina empresarial, pois todos os acontecimentos constam registrados, os quais podem ser analisados ao final por meio das demonstrações contábeis. Por meio do sistema adotado pelo escritório são lançados os fatos e os atos, atualmente boa parte das informações são importadas de sistemas próprios. Desse modo, é essencial que sejam transmitidas todas as informações necessárias em tempo hábil para que as demandas sejam atendidas conforme as regulamentações exigidas pelas legislações pertinentes.

Segundo Marion (2009), as informações fornecidas pela escrituração contábil são essenciais pois interessam não só aos gestores da empresa, mas aos demais usuários, como os investidores, fornecedores, bancos, empregados, sindicatos e concorrentes. Desse modo, é necessário que todo o sistema de escrituração possa atender as necessidades organizacionais, ao passo que o profissional contábil e sua equipe são os responsáveis pela manutenção da organização e da eficiência de todos esses processos.

Durante muito tempo a escrituração contábil e o próprio exercício da contabilidade estiveram ligadas ao pagamento de tributos, no entanto, tal concepção se modificou, haja vista que atualmente, por meio das demonstrações advindas dos lançamentos tem-se a possibilidade de averiguar a real situação de uma organização por um determinado período de tempo (SCHNORR et al., 2008).

No mesmo sentido, Langoni et al. (2013) afirmam que a escrituração contábil evoluiu ao longo dos tempos, de modo que a mesma teve início por meio de métodos superficiais e sem a definição de um sistema, o que levou à escrituração manuscrita, o qual evoluiu para as máquinas de escrever comum, seguida de uma evolução para o estágio de lançamentos por meio de máquinas de contabilidade apropriadas.

Os livros que antes eram manuscritos, atualmente, com a evolução tecnológica, passaram a ser utilizados computadores e os programas por eles criados, os quais conferiram maior agilidade e efetividade nos procedimentos. Dentre os principais programas, destacam-se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Escrituração Contábil Digital (ECD), as quais fazem parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) (LANGONIET et al., 2013).

Os livros de escrituração dos fatos contábeis são divididos, segundo Ferrari (2009) em: livros fiscais, livros sociais, livros trabalhistas e livros contábeis.

Os livros fiscais, como o próprio nome sugere são os quais constam informações exigidas pelo Fisco, que possui como principal função o controle de tributos em âmbito federal, estadual e municipal. Os principais livros são: Livros de prestação de serviços, Registro de inventário, Registro de Entrada, Registro de Saída de Mercadorias, Registro de apuração do IPI, Registro de apuração do ICMS, Registro de Controle da produção e do estoque, Livro de apuração do Lucro Real – LALUR, e outros (HOOG, 2015).

Os livros sociais, por sua vez, são específicos das Sociedades Anônimas, segundo descrito no artigo 100 da Lei nº 6.404/1976, quais sejam: Livro de Registro de Ações Nominativas, Livro de Transferência de Ações Nominativas, Livro de Registro de Partes Beneficiárias Nominativas, Livro de atas das Assembleias Gerais, Livro de Presença de Acionistas, Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, Livro de Atas das Reuniões de Diretoria e Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal (FERRARI, 2009).

Os trabalhistas passam por averiguações na esfera federal, de modo que são eles determinados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Livro de Registro de Empregados e Livro de Inspeção do Trabalho (FERRARI, 2009).

Por fim, os livros contábeis são onde se registram os fatos contábeis, de modo que são divididos em Livro Diário, Livro Razão e os Livros Auxiliares.

No Livro Razão são lançadas todas as movimentações de cada uma das contas, sempre com a discriminação de data dos fatos, os débitos e créditos, bem como os saldos das contas. Importante destacar que nesse livro são lançadas todas as informações com as devidas características das contas da organização (HOOG, 2015).

O Livro Diário é responsável por conter os registros de todos os fatos que afetam o patrimônio da organização. Neste livro devem constar as informações de forma contábil, a partida dobrada, as operações em ordem cronológica, não devendo constar intervalos em brancos ou entrelinhas, nem dobraduras, raspaduras e emendas. O livro deve ser redigido em idioma nacional e com escrita uniforme e direta. É preciso que o mesmo seja encadernado, com numeração de folhas, registro na autoridade competente, termo de abertura e encerramento, identificação e assinatura do responsável pelos lançamentos e o respectivo administrador (HOOG, 2015).

Os Livros Auxiliares são os que possuem como finalidade auxiliar ou complementar o Livro Diário, de modo que são eles citados pelo parágrafo 1º do artigo 1.184 do Código Civil, dentre eles, destacam-se os mais comuns: caixa, folha de pagamento, contas pagar, contas a receber, etc. (HOOG, 2015).

2.3.2 Principais atividades e funções do setor fiscal

O setor fiscal pode ser ainda conhecido como tributário, haja vista que é o setor responsável pela parte burocrática dos tributos variados que envolvem o exercício das atividades empresariais.

Os tributos dependem diretamente do regime tributário escolhido pela empresa, quais sejam: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. É importante que o profissional contábil e toda sua equipe estejam atualizados com as obrigações impostas pelas legislações relacionadas a cada regime de tributação, de modo a atender com efetividade as demandas de cada empresa.

O Lucro Real consiste em ser o lucro do período de apuração na escrituração comercial, que leva o nome de lucro contábil, que segue ajustado por adições, exclusões e compensações autorizadas pelas legislações do Imposto de Renda (OLIVEIRA et al., 2007).

Para Neves (2007) o Lucro Real apresenta-se como o regime de tributação de maior complexidade, haja vista que é determinado pelo resultado, ou seja, pelo lucro ou prejuízo de determinado período apurado, com base nos ajustes realizados por adições e exclusões, bem como, compensações prescritas e autorizadas pela lei vigente do Imposto de Renda.

O Lucro Presumido é um método simplificado de apuração com base no cálculo dos tributos no imposto de renda e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido. Esse regime de tributação se restringe aos contribuintes que não estão obrigados no ano-calendário à apuração sobre o Lucro Real. Assim, o Imposto de Renda é devido de forma trimestral (OLIVEIRA, et al., 2007).

Ademais, o Lucro Presumido pode levar em consideração ainda o cálculo para imposto por meio da aplicação de um percentual, em face da receita bruta de vendas de mercadorias, serviços ou produtos, no entanto, a data de apuração deve ser o último dia útil de cada trimestre. Os percentuais vão de acordo com a atividade exercida pela entidade e segundo a legislação vigente (ANDRADE; LINS; BORGES, 2013).

O regime tributário do Simples Nacional é um sistema compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização dos tributos incidentes das microempresas e empresas de pequeno porte, o qual possui legislação específica, sendo pela Lei Complementar nº 123/2006. O referido sistema possibilita que as microempresas e

as empresas de pequeno porte optem pelo recolhimento dos tributos e contribuições federais, calculados com base na receita bruta, por meio da aplicação de alíquota única, sendo a arrecadação realizada mediante documento único, denominado DARF-simples (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Como já mencionado anteriormente, para enquadrar-se no sistema de tributação Simples Nacional, o optante não pode auferir receita bruta em ano-calendário anterior superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Segundo a SEFAZ-SC (2017), a partir de janeiro de 2018 para fins de recolhimento do ICMS será observado obrigatoriamente o sublimite no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no mercado interno e sublimite adicional, no mesmo valor, de exportação de mercadorias ou serviços para o exterior. (Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016)

No setor fiscal, tem-se a atuação do contador de modo a orientar e controlar a aplicação e apuração dos tributos esferas federais, estaduais e municipais, na elaboração de registros fiscais obrigatórios sendo eletrônicos ou não, em face dos órgãos competentes, assim como, as demais obrigações que se fizerem necessárias e previstas na legislação (RIBEIRO, 2013).

2.3.3 Principais atividades e funções do setor pessoal

Já no setor pessoal, por sua vez, são realizados os registros de funcionários e as demais exigências (admissão, demissão, folha de pagamento, férias, etc.), a elaboração de folha de pagamentos e pró-labore, a remuneração dos sócios, bem como, os devidos recolhimentos dos encargos sociais e tributos pertinentes das relações trabalhistas, no que tange ao atendimento da legislação trabalhista e previdenciária (RIBEIRO, 2013).

No setor pessoal, as atividades contábeis dividem-se em admissão, folha de pagamento, férias e rescisão. A admissão é o início das atividades contábeis nesse setor, haja vista que corresponde a etapa de contratação do empregado, de modo que lhe são solicitados documentos pessoais para preenchimento dos formulários e documentos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária. Nessa etapa, o profissional contábil e sua equipe deve estar aptos a colher e analisar a validade dos documentos, que dentre os mais comuns estão: a Carteira de Trabalho e

Previdência Social, Cédula de Identidade, título de eleitor, certificado de reservista para homens maiores de 18 anos, Cadastro de Pessoa Física, certidão de nascimento ou casamento, comprovante de residência, etc. (SILVA, 2014).

Após a coleta dos referidos documentos, o profissional lança os dados no sistema contábil, com as respectivas informações inerentes do cargo ocupado e das obrigações que da relação trabalhista surgirão.

A etapa de folha de pagamentos é dividida em proventos e descontos, sendo que os proventos correspondem aos valores em que o empregado tem a receber da empresa, enquanto os descontos são as verbas a serem descontadas do mesmo, sempre observando a legislação. Nos proventos enquadram-se os salários, abonos, prêmios e gratificações, comissões, adicionais de insalubridade e periculosidade, adicional noturno e horas extraordinárias. Os descontos, por sua vez, são relacionados às faltas e atrasos, o repouso semanal remunerado quando da falta injustificada, a pensão alimentícia e adiantamento de salário, os quais são descontos previstos pela legislação trabalhista. Existem ainda os descontos realizados sempre por meio de autorização prévia do empregado, quais sejam: seguro de vida e plano de saúde, vale alimentação e refeição, vale transporte, mensalidades de sindicatos, etc. (SILVA, 2014).

Segundo Gonçalves (2010) as férias são o período onde o empregado possui direito anualmente, após completos 12 meses de trabalho, onde é vedado desconto de salário, sendo que quando de faltas injustificadas, tem-se a diminuição gradativa dos dias de direito. Por fim, a rescisão é momento onde encerra-se a relação trabalhista, ou seja, é o fim do vínculo empregatício, extinguindo obrigações para ambos os lados do contrato: empregador e empregado.

Desse modo, o profissional contábil e sua equipe, quando contratados, responsabilizam-se pela elaboração da folha de pagamento dos funcionários, observando sempre o fato de que o salário deve ser pago no prazo máximo do quinto dia útil ao mês seguinte de trabalho, conforme o artigo 225 do Decreto nº 3.048/99. Ademais, deve-se atentar aos recolhimentos dos impostos obrigatórios: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o Instituto Nacional de Seguro e Social e o Imposto de Renda Retido na Fonte (SILVA, 2014).

Quanto às férias, cabe ao profissional a análise dos períodos a serem respeitados para que os funcionários gozem das férias, sob pena de aplicação de multa. Ademais, cabe ainda a observância dos devidos pagamentos à título de férias

e devidas remunerações. Na rescisão, por sua vez, cabe ao departamento a tratativa da dispensa, bem como, da realização dos depósitos referente às obrigações rescisórias: FGTS, pagamento do aviso prévio quando indenizado, cálculo da multa rescisória, proporcionais de férias e 13º salário, e demais pertinentes (SILVA, 2014).

Desse modo, entende-se que o profissional contábil possui o compromisso de ser parceiro do empresário, fornecendo informações que vão além dos registros e apurações fiscais e contábeis, mas contribuindo para que o negócio cresça e se mantenha no mercado.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A metodologia é o procedimento que proporciona a sistematização do estudo dos métodos para alcançar os objetivos traçados para a execução de uma produção científica (MOTTA, 2009). Desse modo, essa seção trata dos métodos e das técnicas utilizadas para a realização da pesquisa, dividindo-se em enquadramento metodológico e procedimentos para coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que diz respeito à natureza do objetivo, a pesquisa é caracterizada como exploratória, haja vista que esta tem por objeto de estudo as rotinas contábeis do Ldcon Contabilidade Ltda. Para Arruda (2008) a pesquisa exploratória, por meio do levantamento de dados, busca analisar as informações com clareza e possibilita o contato direto com o problema levantado, tornando-o explícito ou construindo hipóteses.

Quanto à natureza do artigo, caracteriza-se como pesquisa teórica e prática. No que tange ao aspecto teórico, diz respeito ao fato de que buscar na literatura já produzida ideias, conceitos, ideologias já formuladas para reflexão, conhecimento e aprimoramento de fundamentos teóricos. Quanto à prática, tem-se caracterizada pelo fato de que os dados levantados são advindos das análises dentro da empresa, objeto de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2005).

No que tange à lógica da pesquisa, trata-se de estudo dedutivo. De acordo com Lakatos e Marconi (2005) o método dedutivo produz conclusões corretas,

baseando-se no geral para o particular, se desenvolvendo com raciocínio, tanto em seus fundamentos como nos modos de realização.

A coleta dos dados se dá por meio de fontes secundárias, uma vez que serão obtidos por meio da observação e da análise das atividades que compreendem a rotina contábil do escritório objeto de estudo. Para Ludwig (2015) a coleta de dados por fontes secundárias permite o alcance de resultados por meio de instrumentos já existentes.

No que diz respeito a abordagem da pesquisa, esta se caracteriza como qualitativa, onde a pesquisa será realizada na empresa objeto de estudo e terá uma análise descritiva como forma de mostrar seus resultados, sem a utilização de cálculos estatísticos. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa se baseia na metodologia de pesquisa não estruturada, que por meio de pequenas amostras proporciona uma melhor compreensão acerca do problema levantado.

Quanto ao resultado, consiste em ser uma pesquisa aplicada, uma vez que tem-se a aquisição de conhecimentos e aplicação dos mesmos em uma situação específica, proporcionando resposta ao problema de pesquisa. Para Gil (2010) a pesquisa aplicada tem como finalidade pesquisar, comprovar ou não determinados resultados sugeridos por modelos teóricos e aplicar quanto as necessidades humanas.

Os procedimentos técnicos são realizados por meio da pesquisa bibliográfica e pelo estudo de caso. Para Gil (2010) a pesquisa bibliográfica se dá por meio da análise de materiais já publicados sobre o assunto, resultando no embasamento teórico. O estudo de caso, por sua vez, consiste em ser um estudo de um caso particular, ou seja, concentrado na empresa objeto de estudo (GIL, 2010).

O instrumento utilizado para coleta de dados, por sua vez, consiste na observação, analisando de forma estruturada, organizada com roteiro e anotações relevantes acerca dos fatos que busca investigar (BEUREN, 2008).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico, de forma a proporcionar aprofundamento sobre a temática abordada. Com isso, analisou-se livros, artigos e a legislação sobre a contabilidade gerencial para micro e pequenas empresas.

Em seguida, foram levantados os dados sobre a caracterização da Ldcon Contabilidade Ltda, seguido da elaboração de relatórios com os procedimentos e as principais atividades pertencentes às rotinas de prestação de serviços do escritório. Os dados foram obtidos mediante a observação das prestações de serviços, bem como, dos diálogos com o representante legal da Ldcon Contabilidade Ltda. Com os dados levantados, iniciou-se a análise dos mesmos, buscando a identificação das formas de prestação de serviços contábeis aos clientes.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da apresentação dos resultados da pesquisa considerando os temas: a caracterização do objeto de estudo; a análise e discussão dos resultados; e, a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A Ldcon Contabilidade Ltda, objeto desse estudo, iniciou suas atividades no ano de 2009, na cidade de Tubarão-SC, constituída pelo seu sócio. Com o intuito de incrementar a sua renda, já que o sócio também tinha outra atividade, ele optou por abrir o escritório, já que tinha formação contábil. Por esse motivo o escritório nunca teve a ambição de crescer muito, priorizando o atendimento de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Dessa forma, o escritório perde clientes quando estes necessitam migrar para outros regimes de tributação, o que contribui para a limitação das possibilidades do escritório.

A empresa se enquadra como Microempresa, optante pelo Simples Nacional. O escritório tem uma estrutura bem simples, pois como seu sócio tem também outras atividades, não pretende no momento expandir o escritório.

Atualmente o escritório fica situado na Rua Capitão Alexandre de Sá, no Bairro Dehon em Tubarão, conta com um total 35 clientes, entre prestadores de serviços e comerciantes, todos optantes pelo Simples Nacional.

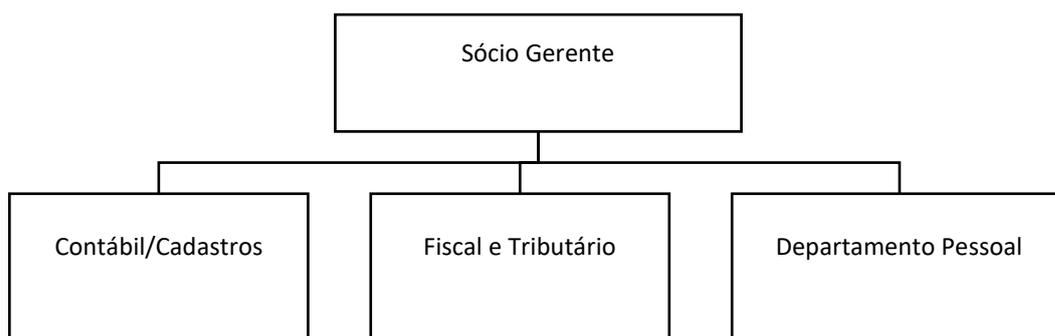
O trabalho no escritório é organizado da seguinte forma: o gerente faz a maior parte do atendimento aos clientes e os seus três colaboradores fazem o trabalho interno, porém quando há necessidade, os colaboradores também fazem contato

com os clientes. O principal intuito do trabalho é buscar sempre as melhores opções para suprir as necessidades de cada cliente. Os serviços oferecidos são: assessoria fiscal e contábil, assessoria em gestão de pessoas, abertura, baixa e alterações, planejamento tributário e Declarações de Imposto de Renda.

A empresa utiliza como sistema operacional o SCI – Sistemas Contábeis, que atende a todos os setores do escritório de forma integrada.

Na estrutura operacional hierárquica do escritório, os três colaboradores respondem diretamente ao Sócio Gerente, que os instrui e acompanha cada um em seu departamento. Sendo Departamento Contábil e de Cadastros, Departamento Fiscal e Tributário, e Departamento Pessoal, conforme figura 1. O serviço de Office-Boy é terceirizado.

Figura 1 – Estrutura Operacional Hierárquica



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Trata-se de um escritório devidamente organizado, com foco no atendimento dos clientes, proporcionando informações e prestação de serviços de modo que possibilitem às micro e pequenas empresas focar somente na realização das atividades fim, contribuindo de forma positiva para o alcance dos resultados.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção destaca a análise e discussão dos resultados da pesquisa a partir do cumprimento de cada objetivo específico proposto no estudo. Acredita-se que os objetivos específicos atribuídos aos estudos científicos traçam um roteiro para a elaboração do trabalho e, portanto, ajudam na elaboração dos seus resultados de forma ordenada.

4.2.1 As principais atividades decorrentes da prestação de serviços contábeis

O primeiro objetivo específico é buscar, perante a literatura, as principais atividades atribuídas à prestação de serviços contábeis. Esse objetivo encontra-se cumprido de forma completa no item 2.3 do referencial teórico. Resumidamente, com base nos resultados encontrados, as principais atividades contábeis são divididas pela atuação, quais sejam: contábil/cadastros, fiscal com tributário e pessoal.

No que diz respeito ao setor contábil é que se tem o verdadeiro início da prestação de serviços. Normalmente é no setor contábil que ocorre a abertura ou legalização do negócio, de modo a iniciar os registros das atividades da empresa. No setor contábil que são realizadas as transações que alteram o patrimônio da organização durante um período e a elaboração das demonstrações contábeis. É o responsável pelo setor contábil que faz os lançamentos contábeis nos livros sociais, a depender do regime empresarial a que se segue, de forma a manter sempre registrado todos os dados contábeis importantes.

Quanto ao setor fiscal, as atividades consistem na sua maioria das vezes em apurar e registrar os dados fiscais relevantes e obrigatórios ao negócio. É o setor fiscal que se responsabiliza pela apuração de tributos; registros fiscais obrigatórios e recolhimento de obrigações tributárias em âmbito federal, estadual e municipal, sempre com base no regime tributário pertinente à empresa.

Já no setor pessoal, as principais atividades dizem respeito aos cuidados com os funcionários das empresas clientes. É nesse setor que se realiza os registros de funcionários; a emissão de folhas de pagamentos e pró-labore; a remuneração de sócios; os recolhimentos de encargos sociais e tributos de ordem trabalhista e previdenciário. O setor pessoal também é responsável por dispor sobre as férias dos funcionários, as demissões e todas as demais atividades pertinentes ao âmbito trabalhista, analisando sempre as obrigações trabalhistas das empresas clientes como um todo.

4.2.2 Análise da estrutura organizacional da Ldcon Contabilidade Ltda.

Os dois últimos objetivos específicos estão relacionados à estrutura e rotina da Ldcon Contabilidade Ltda., quais sejam: identificar a estrutura de trabalho e demonstrar as principais atividades de cada setor da empresa estudada. No que se

refere à estrutura, a prestadora de serviços se subdivide em setores e, cada um deles, é responsável por atividades específicas.

4.2.2.1 Setor contábil/cadastros

Nos últimos anos, muitas pessoas estão realizando o sonho de abrir seu próprio negócio. Mas para isso é preciso uma série de situações que precisam ser seguidas. E uma das principais é a legalização do seu negócio. Para que isso aconteça, é necessário que se faça a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Neste momento o futuro empresário precisa buscar um profissional de contabilidade. Assim, é iniciada as etapas de conversas com o profissional da Ldcon Contabilidade. Dessa forma, é passado para o cliente toda a documentação necessária para o setor poder realizar o processo de abertura. Além disso, também é feita toda uma pesquisa sobre aquele seguimento de mercado que o cliente pretende abrir, para que o profissional de cadastro possa instruir o cliente da melhor maneira possível.

Durante o início das conversas e com o fornecimento das informações essenciais para o a abertura do negócio o profissional da Ldcon Contabilidade realiza a verificação das atividades que o cliente pretende prestar, para se encaixar nos Códigos Nacionais de Atividades Econômicas - CNAE adequadamente. Importante citar como responsabilidade desse setor na Ldcon Contabilidade, o levantamento de outros cadastros que por ventura precisem ser feitos em outros órgãos como, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, Vigilância Sanitária, Bombeiros, Meio Ambiente, Agencia nacional de transportes terrestre - ANTT, se for o caso, entre outros.

O Quadro 1 apresenta o passo a passo dos procedimentos para abertura de uma empresa na Ldcon Contabilidade.

Quadro 1 - Procedimentos para abertura de uma empresa na Ldcon Contabilidade Ltda.

Primeira conversa com o cliente	Neste momento são acertados os detalhes para a formalização do seu negócio.
Documentos solicitados	Cabe ao cliente entregar todos os documentos necessários para a abertura da empresa.
Pedido de viabilidade Regin	De posse dos documentos, é feito o pedido de viabilidade Regin no portal da Jucesc. Esse pedido de viabilidade é analisado por vários órgãos e ao final cada um aprova sua parte se estiver tudo de acordo.
Preenchimento do DBE	Com a aprovação do Regin, é preenchido o DBE no portal da Receita Federal.
Requerimento Eletrônico	Em seguida a aprovação do DBE, inicia o registro na Junta Comercial, com o preenchimento do requerimento e eletrônico.
Assinatura dos Sócios	Após esse processo é solicitada assinatura digital dos sócios.
Registro na Junta Comercial	Com a assinatura, o contrato social passa a ter a chancela da Jucesc e a empresa já terá personalidade jurídica, com o CNPJ e Inscrição Estadual se for o caso.
Inscrição Municipal	Com registro na Jucesc, é solicitada a inscrição municipal, para emissão de alvará e também de notas fiscais de prestação de serviços se for o caso.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Após a realização desses procedimentos, o processo como um todo é finalizado, dando início ao novo negócio e avançando a etapa da prestação de serviços, que passa então a ser responsável também pela contabilidade e demais atividades pertinentes à prestação de serviços pelo referido escritório.

O setor de contábil/cadastros também é responsável por cadastrar as empresas que vem de outros escritórios. Quando um cliente procura a Ldcon Contabilidade para fazer seus serviços contábeis, o profissional conversa com o cliente para entender o motivo de estar procurando outro escritório e também entra em contato com o escritório anterior para ver se está tudo certo com os honorários e se as obrigações fiscais e tributárias dos Livros Fiscais obrigatórios estão em dia para poder fazer a transferência.

Esse setor também é responsável por fazer as alterações contratuais solicitadas pelas empresas. Sempre que um cliente precisa fazer uma alteração, ele procura o escritório, onde lhes são passadas todas as opções possíveis para que

possa adequar a alteração pretendida as possibilidades que a legislação permite. Assim que tudo é definido o processo é aberto e é realizada a alteração.

Dependendo do tipo de alteração, alguns procedimentos são executados, algumas alterações devem começar pelo pedido de viabilidade, outras iniciam diretamente pelo Documento Básico de Entrada (DBE) e a seguir é preenchido o Requerimento Eletrônico e gerados os documentos para assinatura do cliente. É registrada também na prefeitura através de um requerimento de alteração.

Assim como muitos negócios nascem, outros se encerram. Segundo o SEBRAE (2017), mais de 20% das micro e pequenas empresas fecham as portas antes de dois anos de existência. O setor contábil/cadastro também faz os processos de baixas das empresas. Na conversa com o cliente é passado toda a documentação necessária, além da importância de deixar o CNPJ assim que se encerram as atividades da empresa.

O Quadro 2 contém o passo a passo de como a Ldcon Contabilidade realiza o processo de baixa dos negócios.

Quadro 2 - Procedimentos para baixa de empresas realizados pela Ldcon Contabilidade Ltda.

DBE	Pelo preenchimento do Requerimento DBE no portal site da Receita Federal, é solicitada a baixa do CNPJ.
Requerimento Eletrônico	Com o DBE, deferido, é feito o preenchimento do requerimento eletrônico, visando o Distrato Social.
Assinatura dos Sócios	Após esse processo é solicitada assinatura digital dos sócios.
Registro na Jucesc	Assim que aprovado é gerado o Distrato Social registrado.
Baixa da Inscrição Municipal e Estadual	Após baixado o CNPJ, é feita a baixa estadual e municipal.
Declarações Finais	Com todas as inscrições baixadas, são feitas todas as declarações necessárias e todos os documentos são entregues ao cliente, ficando no escritório apenas em meio digital.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Assim, com a realização de todos os procedimentos descritos no Quadro 2, o processo de baixa é então concluído, finalizando também as prestações de serviços pela Ldcon Contabilidade.

Mesmo sendo clientes optantes pelo Simples Nacional, as empresas precisam manter sua escrituração contábil em dia. O setor contábil cuida de toda

essa parte importante e vital para os negócios. O escritório conta com um procedimento próprio para facilitar o entendimento dos clientes às necessidades de envio da documentação e de todas as informações necessárias para o escritório poder fazer a escrituração contábil. Além disso, periodicamente o cliente é procurado para atualizações de informações contábeis da sua empresa.

Os trabalhos do setor contábil se iniciam com o recebimento de documentos e informações enviados pelos clientes. Também são enviadas as receitas e despesas mensais. Grande parte dos lançamentos contábeis já vem do fiscal pelo lançamento das Notas Fiscal de Entrada e Saída. A maioria dos clientes envia a documentação em forma digital. É solicitado aos clientes, o envio da documentação em tempo suficiente dentro do mês para haver tempo para processamento e envios das informações. Durante esse processo é feita a conciliação de todas as contas do balanço, a fim de manter a contabilidade em dia.

Feitos todos os lançamentos, os documentos que foram recebidos e lançados seguem para o arquivo. O setor também é o responsável pelo envio da Escrituração Contábil Digital (ECD) das empresas obrigadas a fazer a escrituração digital.

4.2.2.2 Setor fiscal e tributário

Os clientes enviam periodicamente para o escritório em meio digital, todas as suas notas fiscais de entrada e saída. Isso se faz necessário para que essas sejam lançadas no sistema do escritório, alimentando as informações, possibilitando a inclusão dos lançamentos contábeis e também a apuração dos impostos. Existe uma data limite para o envio das notas fiscais para o escritório afim de que este tenha tempo hábil para lançar todas as notas, fazer a apurações e enviar as declarações.

Após o lançamento de todas as notas fiscais, é feita a conferência e apuração dos impostos. Esse setor tem a importante missão de chegar ao valor a ser recolhido pelas empresas. Importante, porque uma vez recolhido, caso o imposto seja apurado de forma equivocada pode gerar prejuízos para o cliente, porém como a responsabilidade é do escritório o prejuízo passa a ser do escritório.

O escritório faz o acompanhamento fiscal de seus clientes através de consulta periódica, com a emissão de Certidões Negativas de Débito – CND. São consultadas a CND Conjunta da Receita Federal e Procuradoria da Receita Federal, onde abrange todos as obrigações acessórias e os impostos federais, inclusive

previdenciários. A CND da Secretaria Estadual da Fazenda, que abrange todas as obrigações acessórias e os impostos estaduais como ICMS, ITCMD, IPVA. A CND Municipal, que abrange todas as obrigações acessórias e os impostos municipais como ISS, ITBI, IPTU. A Certidão de Regularidade do FGTS, que confirma a legalidade com o FGTS.

A Ldcon Contabilidade também emite e envia periodicamente à seus clientes todos Alvarás necessários para o seu funcionamento, tais como Alvará de Bombeiro, Alvará de Localização e Alvará de Sanitário, e o que mais se fizer necessário para o funcionando adequado de cada cliente.

Outra análise importante que o escritório faz para seus clientes é a parte de planejamento tributário, onde faz várias simulações dentro das formas de tributação para saber em qual delas é mais vantajoso para a operação do cliente.

Além dessas responsabilidades, a Ldcon Contabilidade tem o compromisso e o dever de enviar todas as obrigações acessórias, que são informações que as empresas precisam prestar ao Fisco para que fins de fiscalização das operações das empresas. Com o advento do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, tornaram-se mais transparente as operações das empresas e por sua vez, gerando mais facilidade ao fisco no controle tributário das empresas. Nestas declarações, além de muitas outras informações, as empresas apresentam o detalhamento das apurações dos impostos que recolhem e cada autarquia tem seu fiscaliza de acordo com o imposto que lhe é recolhido.

Ao Município interessa o livro de apuração dos serviços, que é de onde fiscaliza se todas as notas fiscais de serviços foram declaradas e tributadas. Às Unidades de Federação ao Distrito Federal, interessa os livros, onde pode acompanhar as emissões e as entradas de notas fiscais de mercadorias e serviços tributados pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS. À União, também interessa os livros onde pode acompanhar as emissões e as entradas de notas fiscais de mercadorias de e serviços, por sua vez para fiscalizar os impostos federais, como IPI, PIS, COFINS, entre outros. Também é muito importante que as empresas, recolham os impostos em dia, para não gerar multas e juros.

Os optantes pelo Simples Nacional também estão sujeitos às obrigações acessórias, como no caso dos optantes pelo Lucro Presumido e Lucro Real, porém de uma forma mais simplificada. O recolhimento do imposto apurado mensalmente é

mediante o Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS, utilizada para recolher os impostos, contemplando os de competência municipal, estadual e federal. Esse documento é considerado uma obrigação principal para muitos profissionais, já que ele engloba 8 tributos em uma única guia que deve ser paga até o dia 20 de cada mês. Os tributos reunidos são:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Programa de Integração Social (PIS);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto Sobre Serviços (ISS).

Desde 2012 as informações socioeconômicas e fiscais, que antes eram prestadas na Declaração Anual do Simples Nacional, passaram a ser declaradas, anualmente, por meio da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (RODRIGUES, 2011).

A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), tem por objetivo informar a Receita os valores referentes a salários pagos pelas empresas a empregados. Essa informação deve combinar com as informações apresentadas nas Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF, de cada empregado que precisar declarar. Dessa forma, na DIRF também devem ser declarados os impostos retidos nas notas fiscais de prestação de serviços tomados de outras empresas.

Além de todas essas obrigações, tanto o escritório como também seus clientes precisam fazer o arquivamento dos documentos. Todos os documentos que foram enviados pelos clientes ao escritório, depois que foram utilizados para fazer as apurações fiscais, contábeis e trabalhistas, são arquivados por um período no escritório e posteriormente são devolvidos para a guarda definitiva dos clientes.

Cada departamento arquiva em separado sua documentação, identificando a data em que cada material pode ser descartado pelos clientes. Notas fiscais de entrada e saída, devem ser guardadas por 5 anos, nesse caso, os arquivos XML em meio digital. Documentos bancários também por 5 anos, podem ser guardados

impressos ou em meio digital. Documentos de cunho trabalhistas o escritório sugere que devem ser guardados por 35 anos.

4.2.2.3 Setor Pessoal

Atualmente, as empresas enfrentam muitas dificuldades para encontrar e manter bons funcionários. Dessa forma, cabe ao Setor Pessoal da Ldcon Contabilidade, a busca por todas as informações necessárias para calcular corretamente os salários dos funcionários dos clientes para que estes se sintam bem, trabalhando nestas empresas. Esse setor é responsável por receber as informações relacionadas ao seu quadro de funcionários das empresas clientes, validar e, caso necessário, solicitar esclarecimentos e outras informações.

O Quadro 3 dispõe sobre as principais atividades no âmbito do setor pessoal da Ldcon Contabilidade.

Quadro 3 - Atividades do departamento pessoal na Ldcon Contabilidade Ltda.

Recebimentos de Documentos e Informações	Até o 1º dia útil do mês seguinte, o cliente tem que enviar todas as informações do mês anterior para cálculo da folha.
Cálculo da Folha	O sistema roda o cálculo da folha
Conferência	Após o cálculo, a folha é conferida e está pronta para contabilizar e também para enviar os clientes para pagamento dos Salários dos seus funcionários
Documentos enviados aos Clientes	No 3º dia útil, é enviado aos clientes a relação de líquidos, e o também o arquivo com os recibos de pagamento de salários dos seus funcionários. Assim com as Guias de recolhimento do INSS e do FGTS
Declarações Enviadas	Até o dia 07 de cada mês subsequente, é enviado o E-social e o Caged
Admissões, Férias e Demissões	Os clientes enviam ao escritório todos os documentos necessários para as admissões e ainda as informações sobre férias e solicitação de rescisões.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com todas as informações conferidas é gerado o cálculo da folha de pagamento conforme o Quadro 3 demonstra, que além de gerar os lançamentos contábeis para a contabilidade, também torna possível a impressão dos recibos de salários e da relação de líquidos para enviar aos clientes.

O departamento pessoal também é responsável por fazer as admissões de novos funcionários, as rescisões dos funcionários demitidos ou que pediram demissão e o cálculo das férias e de 13º salário.

O referido departamento, também tem suas obrigações acessórias, como o eSocial, por exemplo. O eSocial é o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas. É uma ferramenta para apresentar ao fisco as obrigações acessórias trabalhistas das empresas, ou seja, tem por objetivo padronizar, concentrar as obrigações e combater a sonegação concernentes aos empregados. Com o cruzamento de dados, fiscalizado o cumprimento da legislação, nas esferas da Receita Federal, Ministério do Trabalho, Previdência Social e Caixa Econômica Federal.

4.2.2.4 Declarações de imposto de renda

A Ldcon Contabilidade preenche e envia as Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física - DIRPF. Portanto, apesar de não ser um setor em especial na prestadora de serviço, é uma atividade significativa em épocas de declarações. Nesta declaração são informados além dos rendimentos dos contribuintes, pessoas físicas, outras informações como patrimônio, ganhos de capital, entre outras. As informações prestadas nesta declaração, devem fechar exatamente, com as informações declaradas da (DIRF).

Por ocasião desta Declaração, que geralmente ocorre entre março e abril de cada ano, o escritório tem vários clientes interessados nessa prestação de serviços. Quando o cliente procura o escritório para tal serviço, é passada a relação de documentos necessários e o prazo para entrega destes. Assim que o cliente entrega a documentação, são analisadas todas as declarações e informações e se não estiver faltando nenhuma informação é preenchida e transmitida a Declaração pelo programa gerador da Declaração de Imposto de Renda, fornecido pela Receita Federal. Também fica a cargo do escritório a emissão das guias de recolhimento para os contribuintes que por ventura tiverem imposto de renda a recolher, inclusive quando houver parcelamento.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

O crescimento do ramo empresarial dos últimos tempos é surpreendente. Como prova disso tem-se o registro de uma alta de 47,63% nos novos negócios em Santa Catarina, registrados nos primeiros seis meses de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado. O número de registros na Junta Comercial do Estado nesse ano foi de 74.837 negócios, contra 50.689 marcados no período anterior (SANTA CATARINA, 2021). Ademais, no ano de 2019 o município de Tubarão, por exemplo, foi reconhecido como sendo o terceiro no ranking estadual de Melhores Cidades para Fazer Negócios (TUBARÃO, 2019).

Uma vez que o cenário dos negócios apresenta-se em constante crescimento, percebe-se que a Contabilidade também tende a permanecer em crescimento, haja vista que os empresários cedo ou tarde precisarão dos serviços especializados para o perfeito andamento dos negócios, levando em consideração que as atividades que envolvem os negócios de modo geral são consideradas como burocráticas para pessoas que não atuam diretamente na área contábil.

A contabilidade é essencial para toda e qualquer empresa, uma vez que durante suas atividades, todas precisam de um profissional dotado de capacidade para lidar com o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, de modo que, segundo afirmam Crepaldi e Crepaldi (2014) as rotinas de um escritório de contabilidade são baseadas justamente no cumprimento dessas obrigações, avaliando e controlando o patrimônio das empresas, bem como, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões.

Percebe-se que os setores de um escritório de contabilidade possuem a responsabilidade da execução dos procedimentos essenciais de uma empresa e que muitas das vezes são compreendidos como burocráticos. Sendo assim, percebe-se a importância em se estudar e conhecer as responsabilidades que fazem parte de uma rotina de um escritório de contabilidade, haja vista que a inobservância a qualquer dessas obrigações pode acarretar em prejuízos aos clientes.

Apresentar as rotinas de prestação de serviços de um, principal objetivo do estudo, vai diretamente de encontro com a realidade prática da Contabilidade, possibilitando a materialização dos conceitos, teorias e fundamentos dessa ciência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade se transformou em uma importante ferramenta para administração empresarial ao longo dos tempos. Dessa forma, ao passo que a constituição de empresas cresceu significativamente nos últimos anos, a busca por escritórios de contabilidade também cresceu, pois cada vez mais o mercado exige profissionais especializados na área para o cumprimento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, visando um melhor funcionamento dos negócios de modo geral. Corroborando com essa necessidade, há o despertar, mesmo que de forma lenta e gradativa, da contabilidade para tomada de decisão e como auxiliar da gestão.

Assim sendo, o objetivo geral deste artigo é apresentar as principais rotinas na prestação de serviços da Ldcon Contabilidade Ltda. O escritório escolhido como objeto do estudo de caso, conforme mencionado a Ldcon Contabilidade Ltda., encontra-se situado em Tubarão/SC. Por meio das análises, anotações e conversas com o profissional responsável dentro de cada um dos setores de atuação (contábil/cadastros, fiscal e tributário e pessoal) foi possível ter um maior contato com a prática da funcionalidade da ciência contábil, bem como, compreender a verdadeira importância da contabilidade para o melhor desempenho dos negócios.

Como resposta e, portanto, conclusão do estudo tem-se que as principais rotinas na prestação de serviços da empresa estudada são: as atividades do setor contábil/cadastros, que consiste na abertura, legalização, atualizações contratuais, escrituração contábil e encerramento de empresas; as atividades do setor fiscal e tributário, com destaque para os lançamentos de notas fiscais, apuração e recolhimento de tributos federais, estaduais, trabalhistas e previdenciários e consultas periódicas por meios da emissão de Certidões Negativas de Débitos; e, as rotinas decorrentes das atividades do Setor Pessoal com as admissões dos funcionários, cálculo das folhas de pagamento, férias, 13º salários, cálculos das verbas rescisórias quando das rescisões trabalhistas, bem como, lançamentos dos dados trabalhistas e previdenciários no e-Social. Por fim, tem-se as atividades advindas das Declarações de Imposto sobre a Renda para as pessoas físicas.

Durante a realização do estudo foi possível ainda constatar pontos positivos, os quais favorecem o crescimento do escritório, bem como, identificar um ponto que carece de ser melhorado.

Como ponto positivo, destacam-se a possibilidade de maior proximidade com os clientes, uma vez que o escritório não possui uma gama de clientes tão grande, de modo que os funcionários conseguem disponibilizar de mais tempo para os atendimentos, dando mais atenção aos mesmos. Outro ponto positivo a ser destacado é o fato de que o crescimento dos negócios no Estado, incluindo em Tubarão, possibilita a expansão da Ldcon Contabilidade, haja vista que em qualquer momento esses negócios precisarão de algum tipo de serviço contábil.

No que diz respeito ao ponto negativo encontrado, este consiste no fato de que a empresa só atua em serviços voltados para empresas optantes pelo Simples Nacional, de modo que tal fato pode acarretar na perda de clientes quando da necessidade de alteração do regime de tributação, o que contribui para a limitação das possibilidades do escritório.

Com a realização da pesquisa foi possível identificar as responsabilidades de competência da Contabilidade para o crescimento e para a manutenção dos negócios, mesmo que de pequeno porte, pois independentemente do tamanho, qualquer negócio precisa de serviços especializados no cumprimento de suas obrigações perante o Fisco e para tomada de decisão. Ademais, a produção da pesquisa permitiu que a empresa pudesse identificar as possibilidades de expansão dentro do ramo contábil.

Nesse sentido, sugere-se que a Ldcon Contabilidade possa aproveitar o fato de que a cartilha de clientes não conta com uma demanda alta e passar a estudar a possibilidade de expansão de seus negócios, passando a prestar serviços para empresas optantes por outros regimes de tributação, como as de Lucro Real ou Lucro Presumido. As contribuições da contabilidade para os negócios em geral são diversas, como bem ressaltadas ao longo desta pesquisa, o que demonstra a possibilidade de expansão dos negócios da Ldcon Contabilidade, de modo que não seja um escritório limitado somente a um tipo de cliente, pois mais cedo ou mais tarde um negócio precisará alterar seu regime de tributação.

O estudo realizado não tem por intuito pôr fim ao assunto, haja vista que o cenário empresarial e contábil está sempre em modificação. Desse modo, sugere-se a produção de futuras pesquisas que possam analisar as rotinas contábeis de escritórios que atendam clientes que sejam optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euridice Soares Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade tributária**: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. São Paulo: Atlas, 2013.

ARRUDA, Glacy Clóris Duarte. **Metodologia científica**: projeto de pesquisa. Curitiba: Camões, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.048 de 6 maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 6 mai. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar 123/06**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 14 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014**. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Brasília, 7 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp147.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 27 ago. 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito comercial**: direito de empresa. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade geral**: teoria e 1000 questões. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

LANGONI, Cristina Amélia Fontes, *et al.* **SPED e sistemas de informação**. São Paulo: FiscoSoft, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PRETTY, J.W.; PALIC, L. E. **Administração de pequenas empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, S. P. A. **Terceirização e o direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOTTA, Alexandre. **O TCC e o fazer científico**: da elaboração à defesa pública. Tubarão: Copiart, 2009.

NEVES, Silvério das. **Curso prática de imposto de renda pessoa jurídica e tributos conexos**: (CSLL, PIS e COFINS). 13. ed. São Paulo: Frase, 2007.

OLIVEIRA, Luís Martins; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de renda, contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples**. 15. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, 2018.

PIZZOLATO, Nelio Domingues. **Introdução a contabilidade gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Fazenda**. 2017. Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/85/Simples_Nacional. Acesso em: 09 dez. 2021.

RODRIGUES, Cirineu do Nascimento. **Simples Nacional: o que muda a partir de 2012 – alterações da Lei Complementar 139/2011**. Curitiba: Ceolin e Lima, 2011. Disponível em: https://static.fazenda.df.gov.br/arquivos/pdf/pmf_alteracoes_2012.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

SANTA CATARINA. **SC registra crescimento de 47,63% no saldo de novas empresas no primeiro semestre**. 20 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-economico/sc-registra-crescimento-de-47-63-no-saldo-de-novas-empresas-no-primeiro-semester-de-2021>. Acesso em: 17 set. 2021.

SANTANA, J. **Novo estatuto da ME e EPP: lei complementar n.º147, de 7 de agosto de 2014: essencialidades e orientações**. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2014.

SEBRAE. **Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas**. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SEBRAE. **Pequenos negócios geram quase 70% dos empregos em fevereiro**. 2021. Disponível em: <https://portaldodesenvolvimento.sebrae.com.br/pequenos-negocios-geram-quase-70-dos-empregos-em-fevereiro/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SCHNORR, Paulo Walter, *et al.* **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Marilene Luzia da. **Administração de Departamento de Pessoal**. 13. ed. São Paulo: Erica, 2014.

SILVA, Thales Dantas e. **Desburocratização do processo de registro e legalização de empresas: impactos causados com a implementação da Redesim e conforme a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007**. 2015. 52 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - 19 Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1974/3/Desburocatiza%C3%A7%C3%A3oDoProcesso_Silva_2015. Acesso em: 27 ago. 2021.

TUBARÃO. **Tubarão sobe uma posição no ranking das melhores cidades para fazer negócios**. 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.tubarao.sc.gov.br/noticias/ver/2019/12/tubarao-sobe-uma-posicao-no-ranking-das-melhores-cidades-para-fazer-negocios>. Acesso em: 16 set. 2021.

VAZ, Paulo Henrique. **Controladoria para empresas dos serviços contábeis**. 2 ed. São Paulo: IOB Sage, 2014.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ERP: UM ESTUDO DE CASO NA VAREJISTA KINCAS GÁS

Jeverson Gomes Ribeiro Junior¹

Fernando Pacheco²

Oscar Pedro Neves Júnior³

Resumo: Devido à competitividade de mercado, reflexo das revoluções industriais e da globalização mundial, diversas empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia da informação, a fim de melhorar sua capacidade de gerenciamento da informação e, conseqüentemente, auxiliar na tomada de decisões. O objetivo desta pesquisa foi analisar os principais impactos e benefícios gerados com a utilização de um sistema ERP na empresa Kincas Gás Ltda. No estudo, foram analisadas as rotinas da empresa objeto de estudo, no que se refere a atual utilização do sistema ERP, e também levantadas as principais deficiências e conseqüências da má utilização do sistema ERP. Ainda, foram avaliadas as melhorias na tomada de decisão com a utilização plena do sistema integrado de gestão empresarial ERP. Com relação à metodologia, quanto aos objetivos, a pesquisa se qualifica como descritiva. Quanto aos procedimentos, realizou-se um estudo de levantamento bibliográfico, para entendimento do assunto abordado, Sistemas Integrados de Gestão (ERP), estudo de caso e pesquisa documental com base nos objetivos específicos dessa pesquisa. Quanto à abordagem do problema, foi realizada de forma qualitativa. Os resultados da utilização correta do sistema ERP pela empresa Kincas Gás foram alcançados, pois a partir do momento que o principal lançamento foi realizado, todo o sistema começou a se alimentar automaticamente com os dados fornecidos. Os resultados auxiliaram os gestores na tomada de decisão, elevando também o relacionamento com a equipe e clientes. São perceptíveis as vantagens em adquirir os sistemas ERP, em relação à rapidez, segurança, automatização e otimização dos processos, resultando em um aumento na capacidade competitiva.

Palavras-chave: Enterprise Resource Planning. Contabilidade gerencial. Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea é possível constatar a alta competitividade presente no mercado, o que faz com que as empresas busquem ênfase no processo de tomada de decisões, sendo necessário à sua realização de forma rápida e eficiente, e elevando, assim, seus possíveis resultados. Além disso, é necessária a

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

construção de uma boa gestão e administração, para que seja possível realizar o aumento das receitas e a diminuição das despesas, tendo, assim, um controle efetivo das movimentações realizadas.

Por meio do processo de expansão econômica e com o crescimento da tecnologia, surgiu a necessidade de as empresas buscarem novos meios de se destacar entre a concorrência, visando alternativas que facilitem e viabilizem a realização dos seus serviços de uma forma mais rápida e prática.

Através dos sistemas de informação, foi possível a modernização dos processos internos, monitorando desde o primeiro passo até a finalização de uma venda, reduzindo o tempo gasto para a sua execução e aumentando cada vez mais a eficácia da organização.

Com a empresa Kincas Gás Comércio de Gás Ltda., objeto desse estudo, não é diferente. A empresa concedente do estágio e que, conseqüentemente, é alvo desse estudo, é uma distribuidora de gás do ramo de revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (LP). É uma empresa de pequeno porte fundada por uma sociedade de pai e filho, e fica localizada no município de Tubarão-SC no bairro Oficinas. A empresa que revende somente três variantes do gás LP, que são o Gás Lp de 13kg, o de 20kg, e o de 45kg. Seu ramo de atividade é o Comércio varejista de *Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)*.

Portanto, constata-se a necessidade da aplicabilidade de um sistema Enterprise Resource Planning (ERP), ou sistema integrado de gestão empresarial, em uma empresa de distribuição de gás LP, visando o aumento da produtividade e eficácia no controle e entrega do produto final.

Portanto, a pergunta de pesquisa se resumiu em: Quais os principais impactos e benefícios gerados com a utilização de um sistema ERP na empresa Kincas Gás Ltda? O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os principais impactos e benefícios gerados com a utilização de um sistema ERP na empresa Kincas Gás Ltda. Os objetivos específicos foram: (I) analisar as rotinas da empresa objeto de estudo no que se refere a atual utilização do sistema ERP; (II) levantar as principais deficiências e conseqüências da má utilização do sistema ERP; e (III) avaliar as melhorias na tomada de decisão com a utilização plena do sistema integrado de gestão empresarial – ERP. Sendo assim essa pesquisa se fez importante para que a empresa Kincas Gás visse o quão importante é se utilizar de um sistema ERP para ter controle total sobre as informações da empresa.

Para o meio acadêmico, este estudo serve como uma oportunidade para usufruírem e tirarem dúvidas sobre a importância de se utilizar um sistema ERP (Enterprise Resource Planning), ou sistema de controle integrado, para a tomada de decisões nas empresas. Já para a sociedade, e até para as mesmas empresas do ramo, traz esclarecimentos sobre a importância de um sistema ERP, mostrando como é fundamental ter controle de gestão em qualquer negócio.

Como descrito, a pesquisa foi realizada entre os dias 15 de março e 20 de abril do ano de 2021, na empresa Kincas Gás, sediada na cidade de Tubarão. Teve o objetivo de apresentar os principais impactos de um sistema ERP na empresa Kincas Gás e de ambientar o aluno no contexto da empresa, conhecer os processos, pessoal e espaço físico, e dar maior conhecimento sobre o negócio da empresa. Também foram realizadas entrevistas e feitas observações livres quanto à empresa.

A organização do artigo está estruturada em cinco partes, iniciando-se pela introdução da pesquisa. Na segunda parte se apresenta o embasamento teórico, que trata sobre os conceitos e tipos de custos. A terceira parte visa explicar todos os métodos e técnicas da pesquisa. A quarta parte apresenta os resultados e análises. E, por fim, na quinta parte se encontram as considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção se apresenta o embasamento teórico que norteia a pesquisa, apresentando-se os seguintes temas: controladoria empresarial, contabilidade de gerencial, *Enterprise Resource Planning* (ERP) e Sistemas de Informação.

2.1 CONTROLADORIA EMPRESARIAL

Controle empresarial é um processo que, por meio de práticas de gestão e de padrões de qualidade estabelecidos, busca controlar o patrimônio empresarial. Os dados que a controladoria fornece são importantes para o progresso da organização, auxiliando no equilíbrio diante do mercado econômico existente. Segundo Garcia (2010) a controladoria é como um órgão dentro da empresa, que tem como objetivo a adoção de técnicas que fornecem informações precisas, colaborando para o alcance das metas estabelecidas pela alta administração, garantindo, assim, a continuidade das operações empresariais.

O controle empresarial está inserido num sistema de informações de visão multidisciplinar com grandes desafios, por isso a exigência do profissional que desempenha essa função é imensa, posto que os dados extraídos das análises orientarão os gestores nas tomadas de decisões. Os objetivos da controladoria, dentro das organizações, devem estar bem claros antes de se iniciarem os trabalhos do profissional.

Figueiredo e Caggiano (2004) destacam que a missão da empresa significa finalidade, objetivo ou propósito básico e permanente da existência da empresa, e a missão da controladoria é zelar por sua continuidade, assegurando a otimização do resultado global. Os objetivos da Controladoria, pela visão de Peleias (2002), são envolvimento nos métodos de planejamento dos negócios e resultados.

Segundo Oliveira, A. (2009), os objetivos da controladoria são os apoios que os gestores têm para gerar informação para tomada de decisão. A controladoria tem sua missão e objetivos definidos, os quais estão unidos pelo sucesso e serão adaptados à organização empresarial analisada em questão. O profissional que exerce a Controladoria é o Controller, que deve ser detentor de vasto conhecimento em muitas áreas. Para Oliveira, Perez e Silva (2009, p. 10), o “Controller é responsável pelo projeto, elaboração, implementação do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de determinada entidade”. A principal atividade de responsabilidade do Controller é monitorar os métodos que os empreendedores analisam e controlam seus custos, por meio de relatórios, orientando-os na redução de custos e sucesso da organização (ARAGAKI, 2001). O Controller deve elaborar relatórios financeiros em que a Contabilidade contribua para esses dados, uma vez que servirão de base para a tomada de decisão dos gestores. Deve também analisar e rever os controles existentes na empresa mensalmente e a viabilidade econômica da empresa, ou seja, analisar a organização no todo.

A controladoria empresarial é um sistema amplo de gestão que contempla todos os aspectos ligados ao controle e a geração de informações para a tomada de decisão. Para o desenvolvimento destas duas missões gerais da controladoria, estas se apoiam nos sistemas de informação que controlam e gerenciam as informações geradas, e estão baseadas em algumas práticas de gestão financeira e administrativa. Esses dois importantes pilares da controladoria são desenvolvidos nos próximos tópicos.

Os sistemas de informação são as formas de levantamento de dados da empresa que auxiliam o Controller no desenvolvimento do seu trabalho e apoiam o gerenciamento da organização. A Controladoria depende muito desses sistemas de informação, pois é através destes que será estruturada a análise de controle. GIL (1999) define que os sistemas de informação compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, agregados segundo uma sequência lógica, para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações. Um sistema de informações engloba fatores ou componentes inter-relacionados que reúnem, modificam os dados, e propiciam a distribuição das informações, auxiliando na tomada de decisão e possibilitando um feedback. Desta forma, os sistemas de informações são fundamentais (STAIR, 1998).

Importante destacar que os problemas internos e externos numa gestão são comuns nas organizações e, portanto, estas devem estar estruturadas para melhor lidar com as situações de incertezas. Os sistemas de informação, quando alinhados de forma correta, geram as informações concretas para dar suporte e confiança na tomada de decisão do gestor. Segundo Pereira e Fonseca (1997), os sistemas de informação têm por finalidade a captura e/ou a recuperação de dados e sua análise em função de um processo de decisão. Envolve, de modo geral, o decisor, o contexto, o objetivo da decisão e a estrutura de apresentação das informações.

Os sistemas de informação devem fornecer dados seguros, confiáveis, e baseados sempre em informações concretas, para que não ocorram erros na análise da gestão e, muito menos, na tomada de decisão. Para O'Brien (2004), os sistemas de informação podem ser divididos em dois grupos, que estão ligados: sistema de apoio às operações e sistema de apoio gerencial. O primeiro engloba o sistema de processamento de transações, que coleta e armazena todas as transações da empresa. Analisa, ainda, o controle de estoque, contas a pagar, contas a receber, compras, pedidos, etc. Já o segundo item é subdividido em:

- a) Sistema de informação gerencial (SIG): gera informações através de relatórios aos gestores, de controle de taxas mensais, de qualidade, vendas por vendedor, relatório detalhando as vendas por região, e análise do fluxo de caixa;
- b) Sistema de apoio à decisão (SAD): este sistema gerencial combina dados na tentativa de resolver problemas. Faz o cruzamento dos dados

rapidamente e analisa os riscos, considerando os problemas da organização;

- c) Sistema de informações executivas (SIE): fornece informações aos gestores rapidamente, através de gráficos, tabelas, formas fáceis de visualização.

Os sistemas de informação alavancam a gestão, geram dados que toda organização deve analisar para o sucesso do negócio. Um empreendimento sem controle está fadado ao fracasso, pode até se manter por algum tempo, mas, aos poucos, sem controle, é complicado de prosseguir. Portanto, controle gerencial, através das ferramentas existentes que facilitam o dia a dia da empresa, é fundamental.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial tem o intuito de atender os gestores das empresas responsáveis pelas tomadas de decisões, processo de identificação, mensuração, análise e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento e controle das empresas, para assegurar o uso apropriado de seus recursos. A contabilidade gerencial fornece informações necessárias para a administração e para o desenvolvimento das empresas.

Segundo Marques (2011), a contabilidade gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização, e para assegurar o uso apropriado de seus recursos.

Os gestores necessitam de tomadas de decisões com agilidade, para que não acabem deixando passar uma oportunidade que a organização poderia ter. Para isso, há a necessidade de informações provindas da contabilidade. Entretanto, não é o que temos visto em muitos casos nos escritórios de contabilidade, pois o que se vê são contadores atendendo o fisco. Isso acaba passando para os usuários da contabilidade a impressão de que o contador é apenas um atendente do fisco, mostra uma visão de contabilidade sutil, sem saber a sua verdadeira importância, que são os auxílios para a tomada de decisão.

Conforme Atkinson (2008) os sistemas de contabilidade gerencial eficazes podem criar valor considerável pela informação a tempo e com precisão sobre as atividades exigidas para o sucesso das organizações de hoje. Os gestores almejam chegar ao resultado esperado, mas para isso as atividades devem ser bem controladas. Um sistema de contabilidade gerencial possibilita o controle destas atividades, para que assim os resultados almejados sejam alcançados.

2.2.1 Principais métodos de controle da contabilidade gerencial

Segundo Carvalho (2019) a partir dos orçamentos serão traçados os caminhos a serem seguidos, realizando todas as diretrizes necessárias para que se atinjam as metas.

As informações contidas no Balanço Patrimonial mostram que esta é uma poderosa ferramenta disponível aos gestores da organização e também para os seus usuários e clientes internos e externos, que conseguem visualizar a situação da empresa e auxiliar nas tomadas de decisões, com o objetivo de aumentar seus resultados, assim como mostra uma visão estratégica do plano da empresa, sendo possível visualizar o futuro, as limitações e as potencialidades da organização.

Para Carvalho (2019) a ferramenta de grande importância para gestão de qualquer negócio é o controle, mediante o qual se obtém as entradas e saídas de caixa, os valores operacionais (valor que poderá ser maior caso se obtenha lucro ou menor em caso de prejuízo), pelos quais as empresas terão capacidade de verificar os pagamentos por determinados períodos, verificando se há possibilidades de investimentos, e qual a melhor data para se programar determinadas compras.

A DRE evidencia qual foi a receita, os custos e despesas do período, bem como o lucro (ou prejuízo) da operação. Tão logo o demonstrativo seja disponibilizado pela contabilidade, deve-se fazer uma análise criteriosa e comparativa das informações, de modo a constatar se o resultado apresentado está dentro daquilo que se esperava, ou se a rentabilidade do negócio ficou abaixo ou acima da expectativa.

2.2.2 Contabilidade gerencial x contabilidade financeira

A contabilidade gerencial identifica e analisa as informações financeiras e econômicas, convertendo-as em informação de valor agregado para a tomada de decisão. A contabilidade financeira fornece informação sobre a entidade para os usuários externos, como os acionistas, investidores, bancos e outros. Segue o Quadro 01, referente às distinções entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira:

Quadro 01 - contabilidade gerencial x contabilidade financeira

	Contabilidade Gerencial	Contabilidade Financeira
Usuários Primários	Gestores da organização em vários níveis.	Usuários externos, como investidores e agências governamentais, mas também gestores das organizações.
Liberdade de Escolha	Sem restrições, exceto custos em relação a benefícios de melhores decisões gerenciais.	Restringida pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos.
Implicações Comportamentais	Preocupação com influência que as mensurações e os relatórios exercerão sobre o comportamento cotidiano dos gestores.	Preocupação em mensurar e comunicar fenômenos econômicos. As considerações comportamentais são secundárias, embora a compensação dos executivos baseada em resultado relatados possa ter impacto em seu comportamento.
Enfoque de Tempo	Orientação para os futuros: uso formal de orçamentos, bem como registros históricos. Ex.: orçamento de 20x2 comparado com desempenho real de 20x1.	Orientação para o passado avaliação histórica. Ex.: desempenho real de 20x2 comparado com o desempenho real 20x1.
Horizonte de Tempo	Flexível, com uma variação que vai de horas a 10 ou 15 anos.	Menos flexível, geralmente um ano ou um trimestre.
Relatórios	Detalhados; preocupam-se com detalhes de partes da entidade, produtos, departamentos, territórios etc.	Resumidos: preocupam-se primeiramente com a entidade como um todo.
Delineamento de Atividades	Campo de ação se define com menos precisão. Uso mais intenso de disciplinas como economia, ciências de decisão e comportamentais.	Campo de ação se define com maior precisão. Menor uso de disciplinas afins.

Fonte: Crepaldi (2002).

Com o emprego dos sistemas de informações proporcionados pela contabilidade gerencial, fornecendo instrumentos que auxiliam nas funções gerenciais, ela se volta para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa e os ganhos imediatos que os empresários podem obter, com dados para as decisões e agilidade nas ações (CREPALDI 2002). Se existe a realização da Contabilidade e a geração da informação contábil, mas não esta não for utilizada no processo administrativo, não existe contabilidade gerencial (PADOVEZE, 2000).

2.3 ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

Colangelo Filho (2001) aduz que os primeiros projetos de implantação de sistemas ERP foram conceituados com base nas ideias de reengenharia, que envolve mudanças radicais, fazendo, muitas vezes, com que os projetos fossem muito caros e demorassem a serem desenvolvidos. Também afirma que essas mudanças radicais exigiam um sistema de informações que não existia na organização, e conclui que era caro e demorado para desenvolver esses sistemas, resultando no fracasso de diversos projetos de reengenharia. Na época, quando começaram a serem desenvolvidos, os sistemas ERP ainda era uma novidade e não tinham a mesma tecnologia de hoje.

Os sistemas ERP têm grande relevância na gestão de uma empresa quando são gerenciados corretamente e alimentados com os dados necessários para que haja harmonia nas informações de cada setor da organização, tornando, assim, mais fácil o processo de tomada de decisão e análises dentro da empresa. Pamplona e Hypolito (1999) afirmam que o sistema ERP automatiza os 16 processos de uma empresa, tendo como meta a integração das informações através da organização, extinguindo o uso de sistemas de interfaces complexas que não são projetados para se inter-relacionarem. Ressalta o autor que, com o uso de um ERP, a repetição de informações não acontece, pois o banco de dados é único e o ERP faz com que, quando os usuários forem buscar informações, olhem para uma única fonte de dados, independente do setor em que trabalhem.

Plantullo e Hoffmann (2013) explicam que o ERP é um software multi modular que executa um conjunto de atividades de uma organização, tais como desenvolvimento de produtos, serviços e relacionamento com clientes. Os autores também definem que o ERP é um software que facilita o fluxo de informações em

todas as atividades organizacionais. Dessa forma, para que haja sucesso na implementação de um sistema ERP, é necessário treinar as pessoas que utilizarão o software, para melhor aproveitamento das ferramentas que ele oferece.

Plantullo e Hoffmann (2013) resumem um pouco a história e o desenvolvimento dos ERP, afirmando que nos anos 1960 as empresas utilizavam software de gerenciamento de estoque, e na década seguinte foram desenvolvidos sistemas de planejamento das necessidades dos materiais ou dos recursos produtivos, o MRP, que consiste em proporcionar a monitoração de atividades diversas.

2.3.1 Conceito

O Sistema Integrado de Gestão, também conhecido como sistema ERP é um conjunto de diversos módulos que integram todas as informações de uma organização. Valle (2013) diz que os sistemas ERP podem ter a definição de planejamento de recursos empresariais ou informação. Esse sistema tem o objetivo de fornecer suporte para as diversas áreas e operações de uma organização e são adquiridos na forma de um pacote de software comercial.

Valle (2013) ainda explica que os sistemas ERP são divididos em dois módulos, sendo que esses módulos se inter-relacionam e atualizam uma mesma base de dados central, que fica em um servidor, ou seja, as informações devem ser alimentadas em um módulo e disponibilizadas para os demais módulos que delas dependam. Ensina o autor que uma das grandes funcionalidades do sistema ERP, que é interessante para uma organização, é que os sistemas integrados de gestão possuem ferramentas de planejamento que analisam o impacto nas decisões de produção, suprimentos, finanças e no RH da empresa.

2.3.2 Áreas de aplicação dos sistemas ERP

Segundo Colangelo Filho (2001, p. 19) essas são as áreas de atuação do sistema ERP:

Quadro 02 - Áreas de aplicação dos sistemas ERP

Finanças e Controles	Operações/Logísticas	Recursos Humanos
<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Financeira • Contas a pagar • Contas a receber • Tesouraria • Ativo imobilizado • Orçamentos • Contabilidade Gerencial • Custos • Análise de rentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Suprimentos • Administração de materiais • Gestão de qualidade • Planejamento e controle da produção • Custos da produção • Previsão de vendas • Entrada de pedidos • Faturamento • Fiscal • Gestão de Projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento e seleção de pessoal • Treinamento • Benefícios • Desenvolvimento de pessoal • Medicina e segurança do trabalho • Remuneração (salários) • Folha de pagamento

Fonte: Adaptado de Colangelo Filho (2001).

As características se dividem em funcionamento do sistema e pacotes para implementação. São apresentadas ao cliente as ferramentas e funções que ele poderá utilizar num sistema ERP e, a partir disso, monta-se um pacote comercial, com os módulos que irá utilizar, variando assim os preços do sistema e implantação. Os sistemas ERP, também conhecidos como sistemas integrados de gestão empresarial no Brasil, controlam e oferecem suporte a todos os processos da empresa, sendo eles: operacionais, administrativos, comerciais e produtivos. Todas as operações feitas pela empresa devem ser registradas no sistema para que nas consultas de informações existam dados muito próximos da realidade.

2.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Cruz (2003) define que um sistema é a distribuição das partes de um todo, dentro de uma estrutura organizada, com o objetivo de exercer tarefas. Já para a definição de informação, o autor afirma que a informação é um resultado do tratamento dos dados existentes acerca de alguém ou de alguma coisa. A informação aumenta a consistência e o conteúdo perceptível dos dados. Laudon, J. e Laudon, K. (2014) apresentam outra definição, dizendo que, para que haja mais entendimento, sistema também seria um conjunto de componentes que se inter-relacionam, para coletar, processar, armazenar e distribuir informações que são destinadas a auxiliar na tomada de decisão, estruturação e o controle de uma organização.

Para Cruz (2003), o sistema de informações gerenciais é um agrupamento de tecnologias que concede recursos necessários para a execução de um processo

decisório de qualquer organização, por meio de análise dos dados coletados e disponíveis. Já os sistemas de informações gerenciais são sistemas de pessoas, equipamentos, procedimentos, documentos e comunicações, que coletam, validam, executam operações, transformam, armazenam, recuperam e apresentam dados para uso no planejamento, orçamento, contabilidade, controle e outros processos gerenciais para vários propósitos administrativos. Os sistemas de processamento de informações tornam-se sistemas de informações gerenciais quando sua finalidade transcende uma orientação para processamento de transação, em favor de uma orientação para a tomada de decisões gerenciais (SCHWARTZ, 1970 *apud* CRUZ, 2003). Outra definição mais compacta sobre sistema de informações gerenciais é a de Oliveira (1997 *apud* CRUZ, 2003) que entende como um processo de conversão de dados em informações, que são utilizadas como auxílio para as tomadas de decisões de uma empresa, bem como proporcionam a sustentação administrativa para aperfeiçoar os resultados a serem alcançados. Para Valle (2013), os sistemas de informações gerenciais permitem que os gerentes façam um acompanhamento dos processos operacionais da empresa e comparem seu desempenho com os padrões já estabelecidos pela organização, a partir dos relatórios e resumos operacionais.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentado o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, são descritos os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere aos objetivos, este estudo qualifica-se como descritivo, e de acordo com Gil (1999), existem pesquisas que ainda que definidas como descritiva a partir dos seus objetivos, servem também para proporcionar uma nova perspectiva do problema, se aproximando das pesquisas exploratórias. Sendo assim, esta pesquisa descreve como foram feitas as etapas do processo de adaptação de um sistema ERP na empresa estudada e quais foram os benefícios e dificuldades trazidos para a gestão desta organização.

Quanto aos procedimentos, realizou-se um estudo de levantamento bibliográfico, para entendimento do assunto abordado – Sistemas Integrados de Gestão (ERP) –, estudo de caso e pesquisa documental com base nos objetivos específicos dessa pesquisa.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já existentes, encontrados em artigos científicos e livros. Já a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, porém a diferença entre as duas está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica é composta por contribuições de vários autores sobre determinados temas, enquanto a pesquisa documental é composta por materiais que ainda não foram analisados.

E quanto à abordagem do problema, foi realizada a pesquisa de forma qualitativa, que segundo Richardson *et al.* (1999, p. 90) pode ser caracterizada como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Assim, os dados obtidos com os gestores da empresa objeto de estudo, foram analisados de forma qualitativa, guiando a elaboração dos resultados da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a análise sobre os impactos da implantação de um sistema ERP na organização, a coleta de dados se deu inicialmente por meio de entrevistas informais com os gestores e funcionários, para a caracterização da empresa pesquisada e para a coleta de dados sobre a implantação do sistema ERP, a fim de obter as informações necessárias para realizar os objetivos específicos do trabalho.

A coleta de dados sobre a implantação do sistema foi realizada por meio de observação, documentos, e a utilização do próprio sistema, que apresentavam detalhadamente os processos e etapas de implantação de cada módulo do sistema ERP, visando analisar os benefícios e dificuldades da utilização. Foi utilizado também o programa Excel, onde foram criadas planilhas para realizar o estudo e chegar aos resultados esperados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da caracterização do objeto de estudo, análise e discussão dos resultados, e a visão sistêmica aplicada ao caso. Cumpre salientar que o autor cumpriu as 312 horas de estágio na mesma instituição. Para efeito de pesquisa, o objeto de estudo é a empresa Kincas Gás Comércio de Gás Ltda.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A empresa Kincas Gás Comércio de Gás Ltda. iniciou suas atividades no dia 27 de novembro de 2003, com o seu antigo proprietário Edio Fogaça. A empresa foi fundada no bairro Vila Moema, em Tubarão, Santa Catarina, e por muito tempo foi a maior empresa de distribuição de gás liquefeito de petróleo da cidade.

No ano de 2016 a empresa foi adquirida por Fábio Aristeu Gomes, atual proprietário. Fábio é natural da cidade Criciúma, Santa Catarina, e na mesma cidade já possui outra empresa de distribuição de gás liquefeito de petróleo, chamada Ci Gas Comércio E Transportes Ltda., focada no atendimento de empresas de médio e grande porte. Quando decidiu ir para Tubarão, adquiriu também as empresas Marqueval Gás Comércio de Gás Ltda. e a Quethal Gás, ambas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo.

As empresas citadas foram unidas mantendo o nome Kincas Gás Comércio de Gás Ltda., que fica localizada na Rua Altamiro Guimarães, número 1855, no bairro Oficinas, Tubarão, próximo ao supermercado Giassi, na mesma cidade que foi fundada. Sua localização é estratégica, pois é de fácil deslocamento aos principais bairros da cidade, facilitando, assim, o atendimento ao cliente e a agilidade nas entregas.

A empresa não se utiliza totalmente de formas contábeis e sistema ERP para realizar o controle a sua administração, utilizando formas arcaicas no processo. Sabe-se que um controle de vendas, estoque e material é de extrema importância para saúde financeira e o desenvolvimento da empresa, e com isso seus administradores conseguem tomar decisões importantes.

Figura 01 – Kincas Gás



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O principal e único fornecedor da empresa é a Nacional Gás Butano Distribuidora de Gás Ltda., que tem como foco o segmento de Gás – Fornecedores, e fica localizada na Rua Benjamim Dagnoni, 1355, no bairro Itaipava, em Itajaí, Santa Catarina. O Kincas Gás tem uma carteira de clientes muito extensa, porém os principais são: Weber Saint-Gobain, Ferrovia Tereza Cristina, e Tecmesteel. A empresa Kincas Gás, em si, não tem um principal concorrente, pois a cidade de Tubarão não é muito extensa, fazendo com que todos os depósitos de distribuição de gás lp atendam a cidade inteira, e tornando todo e qualquer depósito de gás concorrente.

Por ser uma empresa de pequeno porte tem regime tributário sobre o lucro presumido, contendo poucos setores, divididos em setor financeiro, administrativo e de relacionamento. A contabilidade é terceirizada, e a cada final de mês todas as informações relacionadas ao quadro de funcionários, notas fiscais de entrada e saída são enviadas para a contabilidade para serem realizados os serviços contábeis, permitindo que sejam pagos os devidos impostos. A sua localização é estratégica, pois é de fácil deslocamento aos principais bairros da cidade, facilitando o atendimento ao cliente e a agilidade nas entregas. Além da empresa em Tubarão, o proprietário tem mais duas unidades em Santa Catarina: uma em Criciúma; e outra em Braço do Norte.

Hoje a empresa Kincas Gás é a maior distribuidora de GLP da cidade e a principal e única distribuidora da marca Nacional Gás no município. A empresa foi fundada por uma sociedade de pai e filho há quarenta e cinco anos atrás, e primeiramente se localizava na Avenida Rosário, número 473 no bairro Vila Moema. Hoje, como dito anteriormente, a empresa fica localizada no município de Tubarão-SC, no bairro Oficinas, na Rua Altamiro Guimarães, número 1855, próximo ao supermercado Giassi. É uma empresa que revende somente três variantes do gás LP, sendo essas variantes o Gás Lp de 13kg, 20kg e 45kg. Seu ramo de atividade é o Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção se apresentam a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, conforme os objetivos específicos designados para este estudo.

4.2.1 Rotina da empresa e a utilização do sistema ERP

O primeiro objetivo específico é analisar as rotinas da empresa objeto de estudo no que se refere a atual utilização do sistema ERP. Nesse sentido, atualmente a empresa utiliza um sistema para revenda de Gás LP da marca Brazil Sistem Soluções Empresariais, que, segundo a empresa criadora do software, foi desenvolvido para distribuidores e revendedores de Gás LP e água mineral, para agilizar o gerenciamento da empresa que o utiliza de forma rápida, fácil e eficiente, proporcionando os seguintes benefícios e serviços:

- Realizar as tarefas diárias com tranquilidade;
- Maior economia de tempo e um amplo controle financeiro;
- Atendimento com identificador de chamadas;
- Cadastro de clientes;
- Entradas e vendas de produtos, comodatos, contas a pagar e receber, acerto de contas, controle do vale gás, venda antecipada e fechamento de caixa;
- Serviço de telemarketing;
- Controle de Estoque.

Figura 2 - Cadastro de clientes

Telefone: (48) 999356817 Telefones Cadastrados Preços do Cliente

Nome: HENRIQUE HEMKEMEIER BUSS

Endereço: BERNARDINO ANTUNES TEIXEIRA

Número: 35 **Complemento:** -

Bairro: CENTRO **Caminho:**

Assinatura:

Cidade: 1 TUBARAO

Estado: SC **Cep:** 00000000 **Código Cliente:** 2400

Obs:

Referência:

Rota:: 39 MARQUEVAL

Tipo Cliente: 1 RESIDENCIAL

Tipo: 2 BOLETO

Entregador: 1 PORTARIA

Caminho: 0

Quadrante:

Aniversário: 11 / 8

Satisfação: Não Satisfeito **Cartão Validade:**

Cart. Nro: **Cart. Seg.:**

Conjuge: **Aniversário:**

Pesquisa com o Cliente
 Outros Dados
 Média Verão 0
 Média Inverno 0

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como se observa na Figura 02, o painel de cadastro de cliente é de simples entendimento e autoexplicativo. Esse painel deve ser alimentado com os dados dos clientes, como: nome, endereço, tipo de cliente, formas de pagamento e qual entregador que irá atender. No cadastro do cliente também é possível destacar se os clientes estão satisfeitos ou insatisfeitos com o atendimento ou serviço prestado.

Figura 03 – Lista de ligações

Hora	Linha	Telefone	Nome	Endereço	Bairro
28/08/2021 10:31:49	2	48999356817	HENRIQUE HEMKEMEIER BUSS	BERNARDINO ANTUNES TEIXEIRA	CENTRO
28/08/2021 10:28:00	2			ESTRADA GERA DA MADRE	CONGONHAS
28/08/2021 10:26:24	2			ALDO HULSE - RES. FIORO D ARANCIO	ANDRINO
28/08/2021 10:21:27	2			ALDO HULSE - RES. FIORO D ARANCIO	ANDRINO
28/08/2021 10:13:41	2			-	-
28/08/2021 09:46:56	3			GALDINO JOSE DE BESSA	OFICINAS
28/08/2021 09:46:06	2			GALDINO JOSE DE BESSA	OFICINAS
28/08/2021 09:44:53	2			ROD BR 101	REVOREDO
28/08/2021 09:32:57	2			ALTAMIRO GUIMARAES	OFICINAS
28/08/2021 09:32:27	2			PEDRO PEICHER DE CARVALHO	OFICINAS
28/08/2021 09:27:22	3			PEDRO ZAPELINE	SANTO ANTONIO DE PADUA
28/08/2021 09:03:56	3			-	OFICINAS
28/08/2021 08:19:36	2			TRAVESSA RAULINO CONSTANTE	OFICINAS
28/08/2021 08:02:11	3			JOSE ANTUNES MARTINS	VILA MOEMA

Desativar Atualização Fechar

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Na Figura 03 é possível observar onde ficam armazenadas todas as ligações feitas no dia, que são salvas em ordem cronológica, contendo a data, hora, nome do cliente e endereço. Ao clicar em uma das ligações o operador é encaminhado para o lançamento de vendas, como se demonstrará na Figura 04.

Figura 04 – Controle de pedidos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na Figura 04 é possível visualizar onde ficam armazenados todos os pedidos realizados durante o expediente. Nessa parte o operador consegue visualizar todas as informações referentes ao pedido, como: nome do cliente, horário que foi feito o pedido, o entregador que realizou a entrega e o horário que foi finalizado.

Apesar do sistema ERP que a empresa utiliza conter vários módulos de gestão completos, a empresa só se utiliza integralmente de dois: televendas e controle de duplicatas. Alguns outros módulos são utilizados em sua parcialidade, como cadastro de clientes e vendas, porém esses dois módulos, que, conforme dito, são utilizados parcialmente, são dois dos mais importantes para de geração de informação, pois geram dados gerenciais importantes para a tomada de decisão. São nesses módulos que a empresa tem o controle do que é vendido e de quantos clientes novos procuraram a empresa ou deixaram de comprar.

O sistema ERP, que é utilizado pela empresa, tem muitas funções que a própria desconhece, ou se conhece, não utiliza. Como exemplo: controle de comodato, controle de estoque, relatórios por clientes, agendamento de entregas, relatório de faturamento, controle de vale gás, etc. Muitas vezes esses módulos não são utilizados por falta de conhecimento dos operadores e falta de cobrança da gerência, sendo que nem mesmo a própria gerência se utiliza dessas funções.

A utilização do sistema de gestão reduz o tempo necessário aos colaboradores para desempenhar tarefas burocráticas e repetitivas. O ERP automatiza as atividades e facilita a padronização de processos, com a adoção de estruturas simplificadas. Assim, a empresa pode desempenhar as demandas de forma ágil e com grande potencial de colaboração entre equipes de diferentes setores, onde cada venda automaticamente daria baixa do produto vendido do estoque.

4.2.2 Levantamento das principais deficiências e consequências da má utilização do sistema ERP

O segundo objetivo específico é levantar as principais deficiências e consequências da má utilização do sistema ERP. Nesse sentido, é perceptível a má utilização do sistema ERP na empresa Kincas Gás. Como dito anteriormente, o sistema ERP que a empresa utiliza contém vários módulos, como: controle de comodato, controle de estoque, relatórios por clientes, agendamento de entregas, relatório de faturamento, e controle de vale gás, porém nenhum desses módulos citados é utilizado, deixando a empresa confusa no momento de tomar alguma decisão.

Os comodatos que a empresa realiza em questão não são laçados no sistema há oito anos. Alguns comodatos, entretanto, estão documentados. Realizando-se algumas análises visuais, e em conversa com administradora e auxiliar administrativo, verificou-se que a empresa não sabe quantos vasilhames de GLP estão em comodato e quantos retornaram para o estoque desde a última vez que foi utilizado corretamente o módulo de comodato. A falta de controle dos comodatos é algo negativo e que pode trazer prejuízos para a empresa.

Quadro 03 - Consequências com a não utilização do sistema ERP

Módulo/funcionalidade não utilizada no ERP **Consequências com a não utilização do Sistema ERP**

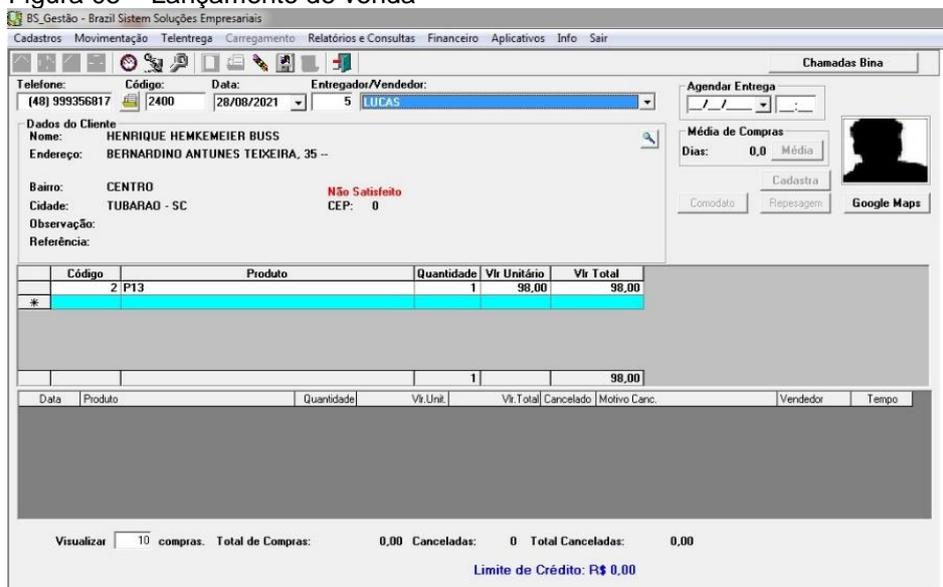
Cadastro do Cliente	Não possuir informações de seus clientes.
Comodato	Não possuir o número exato de vasilhames em comodato.
Contas a Pagar	Não ter o controle das despesas, ou duplicatas futuras
Estoque	Não ter o controle dos produtos que estão na empresa
Veículos	Não ter o controle de manutenção do veículo ou das despesas geradas por eles: como combustível
Materiais	Não ter o controle de equipamentos individuais de proteção, materiais de escritório, uniformes etc.
Fluxo de Caixa	Não ter o controle sobre o dinheiro do caixa da empresa, ou seja, ao montante de caixa recolhido e gasto pela empresa.
Vendas	Não saber o quando vendeu em terminado dia, semana ou mês
Tele Entrega	Não saber om qual entrega está determinado entregador, atraso e desordem nas entregas.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No quadro número 03 observamos as consequências da não utilização das funcionalidades do sistema ERP, uma dessas funcionalidades seria a de cadastro de clientes, pois essa atividade ajuda os gestores a entenderem melhor o seu público, de forma que com base nessas informações a empresa seja capaz de adaptar o seu atendimento conforme a demanda recebida, diminuindo, assim, os seus custos de captação de cada cliente.

Ter o cadastro de clientes devidamente atualizado como uma ferramenta de gestão para a empresa é importante, pois as estratégias traçadas com base nesses dados contribuem em longo prazo para a sustentabilidade do negócio, além de outros benefícios que agregam para que o resultado gerado seja o melhor possível.

Figura 05 – Lançamento de venda



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como observado na figura número 05, está sendo realizada uma venda no módulo tele entregas. A partir do momento em que o cliente faz uma ligação telefônica para empresa, o próprio sistema busca automaticamente os dados cadastrados vinculados ao número de telefone que ligou, e assim que a venda é fechada, o operador deve alimentar o sistema com o código do produto, quantidade e valor, e logo em seguida selecionar o entregador que irá realizar a entrega.

O módulo de venda do sistema se entende como a parte mais importante, pois é por ele que vão se transmitir as informações para outros módulos de forma automática, por exemplo: a partir do momento que é lançada uma venda, automaticamente se dá baixa de um item no estoque. Partindo disto, o caixa também é alimentado com a venda, etc. Não é isso que ocorre, porém, pois em média, de dez vendas que há na empresa, somente uma é lançada no sistema. O não lançamento da venda no sistema implica em tantos outros fatores, como estoque sempre negativo, controle de caixa, controle do faturamento, controle de clientes, entre outros.

4.2.3 Avaliação das melhorias na tomada de decisão com a utilização plena do sistema integrado de gestão empresarial – ERP

O terceiro objetivo específico é avaliar as melhorias na tomada de decisão com a utilização plena do sistema integrado de gestão empresarial – ERP. A preparação e treinamento dos colaboradores são um dos principais fatores para que isso ocorra, vez que a capacitação dos profissionais é imprescindível para se conseguir bons resultados no ambiente empresarial. Primeiramente, vale destacar que esse treinamento impacta profundamente os indicadores de produtividade da empresa, permitindo que os colaboradores entreguem o melhor nos processos cotidianos. Uma vez que eles estejam alinhados e saibam como usar os sistemas, podem cumprir seus prazos e entregar as suas obrigações.

Quando há uma boa capacitação, os funcionários ficam livres para se preocupar apenas com suas funções e com as estratégias associadas, e não com aspectos técnicos referentes à usabilidade. Com isso, os gargalos operacionais são reduzidos, o que implica em estabilidade interna e serviços eficientes para os clientes. Se os colaboradores trabalham melhor e entregam resultados otimizados, eles, conseqüentemente, sentem-se mais satisfeitos e motivados a continuarem

produzindo. A motivação e a satisfação dos funcionários são essenciais para que os membros contribuam com o crescimento e expansão dos negócios, bem como com o cumprimento das principais metas traçadas.

A capacitação também é fundamental para padronizar os processos, com uma forma específica de trabalhar e utilizar os sistemas. Isso funciona como uma unificação das estratégias da empresa, de modo que se evitem inconsistências e problemas de comunicação. Uma vez que há padrões, os setores colaboram melhor entre si. Com os funcionários devidamente alinhados, a necessidade de suporte e o número de chamadas também são reduzidos consideravelmente, afinal, os colaboradores sabem resolver os inconvenientes e poderão contar com a ajuda dos colegas para sair de situações complicadas no dia a dia.

A má utilização do sistema leva a imprecisão dos relatórios, pois não há lançamento, e assim o gestor não consegue tomar as decisões necessárias para melhorar o atendimento, o financeiro e o operacional. Isso vem com a ausência de compras do cliente, pois como o sistema não é alimentado, a empresa tem uma imprecisão de consumo dos clientes. Sem isso, não se sabe qual bairro consome mais ou menos, ficando impossível a tomada de providências e a realização de campanhas para captação de clientes.

Isso tudo que se discutiu leva a falsa ideia de lucro, porque o controle é falho, levando ao descontrole financeiro. Além da falta de lançamento de venda, há a falta de lançamento de despesas, e a empresas em si não sabe quanto tem de despesas fixas ou variáveis, pois não tem controle de despesas futuras, não se podendo realizar um orçamento preciso se for necessário.

Quadro 04 – Módulos implementados e seus benefícios

Módulo/ funcionalidade não utilizada no ERP	Informações/benefícios gerados com a utilização	Situação atual	Data e responsável pela implantação
Controle de Estoque	Controle em tempo real do estoque da empresa, com agilidade e confiabilidade.	Implementado	01/04/2021 - Bernardete
Comodato	Controle dos vasilhames que estão em comodato com os clientes.	Não implementado	01/01/2022 - Henrique
Cadastro do Cliente	Conhecer melhor o perfil do seu consumidor, bem como suas preferências, hábitos de consumo e informações pessoais importantes como aniversário, datas nas quais ele costuma comprar mais ou menos.	Implementado	01/04/2021 - Henrique
Financeiro	Acompanhamento de vencimentos, Identificação de todas as contas a pagar, Controle de pagamentos recebidos e Facilidade para elaborar e acompanhar o fluxo de caixa.	Implementado	01/04/2021 - Henrique
Estoque	Otimizar o processo de compras, Prevenir prejuízos e fornecer relatórios gerenciais.	Implementado	01/04/2021 - Henrique
Veículos	Controle de frota reduz custos em diversos segmentos, como manutenção, operações, e todo tipo de gasto extra que poderia surgir caso não houvesse um acompanhamento contínuo dos veículos.	Não Implementado	01/01/2022 - Henrique
Materiais de Expediente	Evitar desperdícios e falta de produtos.	Implementado	01/04/2021 - HENRQUIE
Fluxo de Caixa	Fluxo de caixa projetado mais preciso, Previsão, Alinhamento de pagamentos e maior precisão e acessibilidade no manuseio de dados	Implementado	01/04/2021 - HENRQUIE
Controle de Vendas	Finanças organizadas, melhor relacionamento com clientes e controle de estoque mais preciso	Implementado	01/04/2021 - HENRQUIE

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Melhorias simples aplicadas, como o treinamento dos operadores do sistema, levaram ao atendimento ágil dos clientes, pois a partir do momento que o sistema começou a ser alimentado, a base de dados com informações confiáveis foi gerando um bom embasamento no atendimento ao cliente. Com as informações disponíveis aos vendedores e entregadores, os mesmos conseguem fornecer atendimentos personalizados e saber como agir com cada cliente.

Quadro 05 – Adaptação, controle de lançamento de pedidos no sistema

VENDAS REALIZADAS NO SISTEMA EM COMPRAÇÃO COM ESTOQUE				
MÊS	TOTAL DE VENDAS LANÇADA NO SISTEMA	TOTAL DE VENDAS CONTABILIZADAS NO ESTOQUE	DIFERENÇA ENTRE ESTOQUE E SISTEMA DE VENDAS NÃO LANÇADA	PERCENTUA DE VENDAS LANÇADAS NO SISTEMA
ABRIL/2021	429	861	432	59,09%
MAIO/2021	852	1018	166	95,30%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No mês de abril de 2021, como pode ser observado no Quadro 05, foi realizado um acompanhamento referente à adaptação dos colaboradores após o treinamento adequado. Este acompanhamento foi realizado durante trinta dias, com o objetivo final de verificar quantos lançamentos foram realizados referentes ao total de vendas, sem a cobrança e supervisão do gestor. O método utilizado foi bem simples: a cada final de expediente o estoque era conferido com o número de vendas lançadas no sistema.

Foram acompanhadas as vendas de três entregadores e de somente um item, o GLP de 13 Kg, com as formas de pagamento em dinheiro, cartão e duplicata. No final desses trinta dias, verificou-se que somente 59,09% dos GLP de 13 Kg foram lançados no sistema. O entregador Thiago vendeu 336 unidades GLP de 13 Kg, e somente 216 unidades foram lançadas no sistema. O entregador Reinaldo vendeu 324 unidades GLP de 13 Kg, e somente 233 unidades foram lançadas no sistema. Por fim, o entregador Diogo vendeu 201 unidades GLP de 13 Kg, e somente 115 unidades foram lançadas no sistema.

No mês seguinte, maio de 2021, como se vê na Tabela 02, foi realizado o mesmo acompanhamento referente ao controle de lançamento. O acompanhamento foi realizado durante trinta e um dias, com o objetivo final de verificar quantos lançamentos foram realizados referentes ao total de vendas. O método utilizado foi o mesmo do mês anterior: a cada final de expediente o estoque era conferido com o número de vendas lançadas no sistema.

Foram acompanhadas as vendas de três entregadores e de somente um item, o GLP de 13 Kg, com as formas de pagamento em dinheiro, cartão e duplicata. No final desses trinta e um dias, verificou-se que 95,30% dos GLP de 13 Kg foram lançados no sistema, um aumento de 36,21% a mais que o mês anterior. O

entregador Thiago vendeu 400 unidades GLP de 13 Kg e 379 unidades foram lançadas no sistema, o entregador Reinaldo vendeu 390 unidades GLP de 13 Kg e 360 unidades foram lançadas no sistema, e o entregador Diogo vendeu 228 unidades GLP de 13 Kg, das quais 215 unidades foram lançadas no sistema.

Os resultados da utilização correta do sistema ERP pela empresa Kincas Gás foram superados, pois a partir do momento que o principal lançamento é feito, que seria a venda de um produto, todo o sistema começa a se alimentar automaticamente com os dados fornecidos pelo módulo de venda. Isso auxilia na redução de custos e no aumento de lucros, direta ou indiretamente. Houve um aumento do controle sobre o estoque e o financeiro da empresa, e como consequência, esses resultados auxiliaram os gestores na tomada decisão, também aumentando o relacionamento com a equipe.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

O presente trabalho está relacionado com a área da Contabilidade, e aplicada na contabilidade gerencial, a qual tem um papel essencial dentro das organizações, que é o fornecimento de informações que auxiliam nas tomadas de decisões, tanto para o desempenho, planejamento e o controle das operações.

A contabilidade gerencial tem o intuito de atender os gestores das empresas, responsáveis pelas tomadas de decisões, pelo processo de identificação, mensuração, análise e comunicação de informações financeiras utilizadas para planejamento e controle das empresas, visando assegurar o uso apropriado de seus recursos. A contabilidade gerencial fornece informações necessárias para a administração e para o desenvolvimento das empresas.

Isso só ocorre, porém, quando a empresa dispõe de um sistema de informação completo, como a utilização de um sistema ERP, que é um método completo de gestão, com o objetivo principal de integrar os processos dentro de uma empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. O sistema integrado auxilia gestores nas demandas de informações, reduzindo custos e melhorando a qualidade dos processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão e integração da informação dentro das organizações se tornou uma necessidade em um cenário tão competitivo. Várias ferramentas sobre gestão empresarial estão disponíveis, de forma a facilitar o acesso dessas empresas a trabalharem com esse modelo de sistema de informação global. No entanto é preciso trabalhar a cultura organizacional em todas as fases deste processo de implantação de um sistema ERP, pois todo o esforço poderá ser perdido ou ficará subutilizado.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar os principais impactos e benefícios gerados com a utilização de um sistema ERP na empresa Kincas Gás Ltda, que foi alcançado com sucesso, pois foram feitas análises das rotinas da empresa objeto de estudo com relação à atual utilização do sistema ERP, levantando-se as principais deficiências e consequências da má utilização do sistema ERP. Também se realizou a avaliação das melhorias na tomada de decisão com a utilização plena do sistema integrado de gestão empresarial.

Um dos resultados obtidos foi que, a partir do momento que o principal lançamento foi feito, no caso a venda de um produto, todo o sistema começou a se alimentar automaticamente com os dados fornecidos pelo módulo de venda. Isso auxiliou a redução de custos, aumento de lucros direta ou indiretamente, e aumentou o controle sobre o estoque e o financeiro da empresa. Como consequência, esses resultados auxiliaram os gestores na tomada decisão, também aumentando o relacionamento com a equipe.

Esse estudo ajudou a empresa a realizar uma análise para identificar possíveis problemas. Pode-se citar, como exemplo, o aspecto do treinamento: muitas vezes, é necessário treinar funcionários, não apenas para que eles saibam manusear o programa, mas também para que consigam identificar o propósito daquilo que seria um procedimento que ajuda a evitar erros e omissões.

Para o meio acadêmico este estudo serve como uma oportunidade para usufruírem e tirarem dúvidas sobre a importância de se utilizar um sistema ERP ou sistema de controle integrado para a tomada de decisões nas empresas. Já para sociedade e até para as mesmas empresas do ramo, traz esclarecimentos sobre a importância de um sistema ERP e mostra como é fundamental ter controle de gestão em qualquer negócio.

O processo de implementação de um sistema ERP é um fenômeno complexo e, por este motivo, existe uma diversidade de enfoque que pode ser dada ao seu estudo. Uma possibilidade de realização de estudo se baseia na análise das expectativas e perspectivas das pessoas envolvidas no processo de implementação e em sua visão a respeito do seu trabalho. Outra possível pesquisa interessante seria analisar a continuidade e a maturidade do sistema ERP nas organizações, observando quais as ações, prioridades e melhorias as organizações buscam após o sistema estar operando e totalmente estável.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A, *et al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAGAKI, Carlos. **Qual é o papel da controladoria?** Quais são suas competências? Centro Universitário FIG, Guarulhos, 2001. Disponível em: www.fig.br/artigos/adm/n2/cap14.doc. Acesso em: 4 jul. 2021.

CARVALHO, Bruna Boch. **Contabilidade gerencial como ferramenta para gestão de microempresas e empresas de pequeno porte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Facvest, Lages, 2019. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/c1000-tcc-bruna-boch-carvalho.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

COLANGELO FILHO, Lucio. **Implantação de sistemas ERP (Enterprise Resources Planning): um enfoque de longo prazo**. São Paulo: Atlas, 2001.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GARCIA, Alexandre Sanches. **Introdução á controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORNGREN; SUNDEM; STRATTON. **Contabilidade gerencial**. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. 11 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

MARQUES, W.L. **Contabilidade gerencial: a necessidade das empresas**. 3. ed. Paraná: Cidade, 2011.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Controladoria: fundamentos do controle empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2009.

PAMPLONA, Edson de O.; HYPOLITO, Christiane Mendes. **Sistemas de gestão integrada: conceitos e principais considerações em uma implantação**. Rio de Janeiro: 19º ENEGEP, 1999.

PLANTULLO, Vicente Lentini; HOFFMANN, Andreas Roberto. **Sistemas de informação: fundamentos do Sistema de Informações Gerenciais –SIG ao Planejamento de Recursos Empresariais – ERP**. Curitiba: Juruá, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

VALLE, André. **Gestão da tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANÁLISE DE CUSTO DE PRODUÇÃO PARA FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA: UM ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA FARILENE LTDA.

Joelson José da Silva¹

Daniel Barbosa de Souza²

Joana D'Arc de Souza³

Resumo: Com a competitividade e as constantes mudanças no mercado, ter um controle de custos é indispensável e fundamental para o desenvolvimento de qualquer empreendimento, pois, com ele, consegue-se formas para diminuir gastos e aumentar os lucros. O presente estudo tem como objetivo geral calcular o custo para a produção de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene. Para alcançar este objetivo geral, será necessário analisar os seguintes objetivos específicos: Identificar, perante a literatura, aspectos relacionados aos custos de produção; coletar, de forma detalhada, os gastos durante a safra 2021, para o processo produtivo de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene, bem como analisar o resultado que a indústria Farilene obteve durante o processo de produção. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e se apresenta tanto de forma qualitativa como quantitativa. Foram utilizados os aspectos relacionados a custo de produção, que com base no embasamento teórico toda pesquisa foi estruturada. Assim, foi aplicada a observação direta, em todo processo produtivo, com utilização de cronometragem, cálculos, entrevista com proprietário, assim como elaboração de planilhas. Desta forma, foi iniciado um estudo de caso, a fim de analisar os valores gastos por tonelada de mandioca para fabricação de farinha, desde o início do processo produtivo até a finalização da fabricação, o que resultou num custo total de R\$ 533,02 gasto por tonelada de mandioca, além de uma quantidade produzida de 350 quilos de farinha.

Palavras-chave: Processo produtivo. Controle. Custos de produção.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente com o desenvolvimento do mercado e a competitividade, as pequenas e grandes indústrias de farinha de mandioca estão cada vez mais buscando métodos para reduzirem seus custos e aumentarem sua lucratividade. Para isso, uma grande parte das indústrias contratam especialistas do ramo contábil, para gerar informações e levantar todos os custos do processo produtivo até a formação do preço de venda.

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

Mas, ainda hoje, existem muitas indústrias do ramo, principalmente, as de pequeno porte, que são fundadas geralmente por agricultores, e não obtêm um auxílio da contabilidade em sua indústria. Desta forma, acaba ficando incerto de conhecer exatamente o custo real para o processo de fabricação, e, com isso, acabam trabalhando com sua margem de lucro muito pequena, levando a uma grande dificuldade para permanecerem no mercado.

Ter um controle de custo é indispensável e fundamental para a continuidade e o crescimento da indústria, sendo elas do pequeno ao grande porte.

Segundo Bornia (2010), o sistema de custo pode ajudar a gerenciar a empresa em duas maneiras; no auxílio ao controle e à tomada de decisão. O controle de custos ajuda a indicar problemas ou situações não previstas que podem estar ocorrendo, através de comparações com padrões e orçamentos. E as informações de custo são também de extrema importância para auxiliar em diversos processos decisórios na administração.

Seguindo o raciocínio, a contabilidade de custo tem como objetivo avaliar todos os custos gerados na produção, e, com isso, levantar informações para uma tomada de decisões. Ou seja, buscar formas para diminuir os gastos e aumentar os lucros.

Diante dessas informações, a pergunta de pesquisa é: Qual o custo para a produção de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene?

O objetivo geral desta pesquisa é calcular o custo para a produção de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene.

Para alcançar o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar, perante a literatura, aspectos relacionados aos custos de produção; b) coletar, de forma detalhada, os gastos durante a safra 2021, para o processo produtivo de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene; c) analisar o resultado que a indústria Farilene obteve durante o processo de produção.

A indústria a ser estudada é do ramo alimentício, que faz o beneficiamento da raiz da mandioca bruta para a produção de farinha de mandioca. Localizada na zona rural, às margens da Rodovia BR-101, do bairro Morro Azul, no município de Jaguaruna-SC. O funcionamento da indústria é apenas por safra, pois depende da matéria-prima principal, que é somente comercializada em períodos de colheita, que

se inicia no mês de abril e se encerra no mês de agosto, aproximadamente seis meses de produção. No restante do ano, a produção fica parada.

É uma indústria de pequeno porte, fundada por uma sociedade de pai e filhos agricultores, no qual eram somente produtores de mandioca e vendiam a raiz para a comercialização. Com passar do tempo, construíram sua própria indústria para fazer o beneficiamento do seu produto para agregar mais valor. Ainda não utilizam critérios de custos na indústria, e, para estabelecer o preço de venda do produto, os proprietários se baseiam no preço de mercado e na prática do ramo do negócio.

Ter um controle de produção é de extrema importância para a saúde financeira e o desenvolvimento da indústria, pois o gestor passa a ter todas as informações dos custos envolvidos no processo de produção, levando a melhor forma para a tomada de decisões.

Deste modo, essa pesquisa se faz necessária para que a indústria de farinha de mandioca Farilene possa saber exatamente seu custo real para o processo de produção.

Para o meio acadêmico, este estudo servirá como uma oportunidade para usufruírem e tirarem dúvidas sobre a contabilidade de custos envolvidos na produção. Já para sociedade, e até mesmo indústrias do ramo, trará esclarecimentos sobre custo e mostrará como é fundamental ter controle de custo em qualquer negócio.

A organização do artigo está estruturada em cinco partes, inicialmente pela introdução da pesquisa. Em segunda parte, o embasamento teórico que se trata sobre os conceitos e tipos de custos. Na terceira parte, discute-se sobre os métodos e técnicas da pesquisa. A quarta parte apresenta os resultados e análises. E, por fim, na quinta parte, encontram-se as considerações finais e as referências.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção, será apresentado o embasamento teórico que norteia a pesquisa, apresentando-se os seguintes temas: contabilidade rural, contabilidade de custos e os métodos de custeio.

2.1 CONTABILIDADE RURAL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

Com o desenvolvimento e crescimento do agronegócio, os produtores rurais e as agroindústrias estão cada vez mais atentos pela importância de aprimorar sua gestão. Ou seja, buscar informações para produzir mais e, no mesmo momento, reduzir os custos, tendo como visão um controle econômico-financeiro de forma mais rigorosa.

Para Marion (2012), toda atividade que explora a capacidade produtiva por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da modificação de um determinado produto agrícola são considerados empresas rurais. Assim, divide-se a contabilidade rural em: atividade agrícola (vegetal), zootécnica (animal) e agroindustrial (beneficiamento dos produtos).

Já Calderelli (2003) define a contabilidade rural como normas baseadas na orientação, controle e registros de atos e fatos registrados por empresas do qual o motivo de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária.

Segundo Crepaldi, S. (2019), a contabilidade no setor rural tem um importante papel, como ferramenta gerencial, que, através das informações geradas, permite fazer o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com competência para acompanhar a evolução no setor rural.

Mas, para que as empresas rurais consigam alcançar seus bons resultados de produção e produtividade, é necessário fazer uma atualização dos meios gerencias para garantir o sucesso do empreendimento, que, por meio das tecnologias existentes nos dias de hoje, permitem interligar criações, sendo possível obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos (CREPALDI, S., 2019).

Para Crepaldi, S. (2019), o planejamento rural tem como principal alvo organizar os planos de produção da propriedade, tendo em vista a melhor utilização dos fatores de produção, aumento das eficiências técnicas e econômicas, para se ter melhoria na rentabilidade econômica e da renda do proprietário. Para isso, é necessário ajudar a capacitar os produtores nos aspectos relacionados à tecnologia de produção e na gestão administrativa da propriedade.

Segundo Nepomuceno (2004), para aplicar contabilidade rural com êxito nas propriedades e nas empresas rurais, é necessário fazer um bom planejamento. Para

as empresas e propriedades rurais de pequeno porte, apenas deve-se obter um sistema de contabilidade simples, para proporcionar futuras análises. Já nas grandes empresas e propriedades rurais, é necessário ter um sistema mais complexo e contar com a participação de um profissional competente.

Crepaldi, S. (2019) destaca que todas as entidades rurais, por menor que seja, necessitam de um controle eficiente, pois os impactos das decisões administrativas são importantes para se ter uma boa gestão.

Sendo assim, a contabilidade rural tem uma grande importância para o desenvolvimento das propriedades e empresas rurais, não exclusivamente em questão de técnicas de produção, mas também na importância da administração e planejamento do ramo que exerce.

Segundo Crepaldi, S. (2012), no Brasil, a utilização da contabilidade rural, principalmente pelos produtores e agroindústrias de pequeno porte, continua ainda é bem reduzido, devido os produtores rurais possuírem um certo receio, preferindo continuar com seus conhecimentos e experiências que aprenderam ao longo da vida no campo.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Segundo Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), a contabilidade de custo surgiu com o desenvolvimento da Revolução Industrial, pois, nesse período, as primeiras indústrias começaram a sentir a necessidade de conhecerem os custos de seus produtos, desta forma as indústrias conseguiam avaliar estoques e apurar seus resultados.

Salienta Martins (2018), que, no início, a contabilidade de custo servia apenas para auxiliar os contadores a resolver as dificuldades na mensuração monetária dos estoques e do resultado das indústrias, e não como uma forma de ferramenta para auxiliar na administração da indústria.

Entretanto, com o crescimento e o desenvolvimento do mundo empresarial, a contabilidade de custo passou a ser também cada vez mais importante na área gerencial das indústrias, tornando-se como objetivo principal para fazer realização de planejamentos, no controle de custos, na tomada de decisões e no atendimento a exigências fiscais e legais (CREPALDI, S.; CREPALDI, G., 2018).

Conforme Megliorini (2001), o principal objetivo da contabilidade de custos dentro de uma empresa é alcançar a maior obtenção possível de lucros. Assim, Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018) ressaltam que a contabilidade de custos é uma ferramenta utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos ou serviços, tendo como função de buscar informações rápidas e precisas para a administração e a tomada de decisão. Desta forma, a indústria terá todas as informações detalhadas, como: avaliação do desempenho, redução dos custos, acompanhamento dos gastos, previsão orçamentária, conhecimento do lucro, estabelecer preços de venda e entre outros.

Com todas essas oportunidades, para uma boa gestão, a contabilidade de custos passou a ser realizada não só em campo industrial, mas também em: bancos, lojas comerciais, escritórios de consultoria e entre outros (CREPALDI, S.; CREPALDI, G., 2018).

2.2.1 Termologias contábeis aplicadas em custos

A contabilidade de custos, assim como as outras áreas, também possui sua terminologia própria, tendo como função definir os entendimentos de cada conceito que são: gastos, desembolso, custos, despesas, investimentos e perdas.

Para Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), gastos seriam todos os encargos financeiros que uma empresa arca para conseguir um determinado produto, ou serviço prestado para a produção de um bem. Somente são considerados gastos a partir da realização do reconhecimento contábil, assim os gastos podem se tornar custo ou despesas.

Desembolso é o valor pago para a compra de um bem ou serviço prestado, na qual a forma de pagamento pode ser diferente do momento em que ocorreu o gasto. Ou seja, na compra de um material, o gasto é efetuado imediatamente, mas o pagamento poderá ser a prazo, assim o desembolso só ocorrerá na hora do pagamento (BORNIA, 2010).

Para Martins (2018), custos são todos os gastos gerados que se referem ao setor de produção de uma empresa, sendo para fabricação de um bem ou serviço prestado. Os custos apenas são reconhecidos a partir do momento da utilização durante o processo produtivo, podendo ser uma matéria-prima ou execução de um serviço na produção.

Já as despesas, segundo Bornia (2010), são todos os gastos de bens ou serviços consumidos para o funcionamento da empresa, mas sem relação com o processo produtivo. Portanto, as despesas estão relacionadas ao setor de administração, financeiro, comercial e entre outros, menos ao setor de produção, que já faz parte de custos.

Os investimentos seriam um gasto de um bem ou serviço mais com uma visão futura, pois será uma aquisição em que a empresa terá um retorno de curto ou longo prazo, por exemplo, estoque de matéria-prima ou máquinas. Pode-se dizer que um custo é um investimento, mas geralmente nem todo investimento é um custo (CREPALDI, S.; CREPALDI, G., 2018).

Martins (2018) explica que a perda é um bem ou serviço consumido de forma anormal e involuntária e, muitas, vezes são confundidas como despesas, porém as despesas são gastos que geram receita, e já as perdas são gastos sem intenção e acabam não agregando nenhum valor ao produto.

2.2.2 Classificação de custos

A contabilidade de custos aborda os custos em diferentes formas, para produzir diversas informações, assim, principalmente nos cenários atuais devido às constantes mudanças, o contador de custos deve sempre buscar novas informações para usar novos critérios e saber qual é o mais adequado. Dessa forma, os custos em relação aos produtos se classificam em: custos diretos e custos indiretos.

Segundo Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), os custos diretos podem ser identificados pelo motivo de não haver necessidade de rateio, ou seja, são os gastos apropriados diretamente ao produto, basta ter algum tipo de medida de consumo, como, horas de mão de obra ou de máquina, quantidade de matéria-prima e entre outros. Por estarem diretamente ligados à fabricação, suas quantidades e valores consumidos variam conforme a quantidade de produzida.

Megliorini (2001) argumenta que há uma regra básica para a classificação de custos: quando se torna possível a sua identificação na quantidade utilizada ao produto, o custo será direto, mas, caso haja dificuldade e não for possível identificar a quantidade aplicada no produto, o custo será indireto.

Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018) explicam que os custos indiretos possuem dificuldade para serem identificados de forma correta como parte dos custos, em

razão de não possuírem uma relação direta com a unidade de produção. Para serem incorporados a um produto, é necessário usar alguns critérios de rateio. Ou seja, precisam ser rateados ou alocados conforme cada departamento, sendo assim o custeio é realizado por meio de critérios subjetivos. Alguns exemplos de custos indiretos são o salário do supervisor, aluguel, depreciação, iluminação e entre outros.

2.2.3 Custos fixos e variáveis

Segundo Megliorini (2001), os custos diretos e indiretos também podem ser classificados como custos fixos e variáveis. O motivo dessa classificação se dá pela relação das mudanças ocorridas conforme o volume de produção, que pode haver mais ou menos consumo.

Bornia (2010) ressalta que a separação dos custos em fixos e variáveis são fundamentais para a tomada de decisões, pois, por meio das informações geradas, trará vários subsídios importantes para o planejamento da empresa com base aos custos.

Para Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), os custos fixos são aqueles que, dependendo de um determinado período e volume de produção, o valor total do custo não se altera. Ou seja, não há nenhuma mudança, mesmo que a empresa aumente ou diminua o volume de sua produção. Um aspecto importante é que, dependendo do aumento da produção, os custos fixos podem variar em funções de grandes oscilações na produção, tornando-se variável em relação à unidade produzida, pois, quanto mais produzir, menor será o custo unitário. Alguns exemplos de custos fixos têm-se aluguel, seguro da empresa, depreciação de máquinas, salários de supervisores.

Bornia (2010) explica que os custos variáveis são aqueles ligados intimamente à produção. Ou seja, variam o valor conforme o aumento ou diminuição do nível de produção da empresa, como por exemplo o valor da matéria-prima consumida. Assim, como os custos fixos podem ser variáveis em relação à unidade produzida, os custos variáveis também podem ser fixos em relação à unidade produzida, pois permanecem constante a qualquer que seja o volume de produção.

2.3 MÉTODOS DE CUSTEIO

Conforme Padoveze (2013), os métodos de custeio são procedimentos para identificar o custo unitário de um produto ou serviço de uma determinada empresa, partindo do total dos custos diretos e indiretos.

Para Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), custear significa acumular e determinar custos. Sendo assim, o método de custeio tem como finalidade a apropriação dos custos. Há diferentes tipos de métodos, desta forma, é necessário avaliar cuidadosamente a aplicação de cada método, para saber qual é o melhor e mais eficaz para cada empresa, a fim de suprir as necessidades gerenciais.

Na contabilidade, os métodos mais utilizados são: Custeio por Absorção, Custeio Variável ou Direto e Custeio por Atividade (ABC).

2.3.1 Custeio por absorção

Bruni (2008) explica que o custeio por absorção deve ser calculado a partir de todos os gastos produtivos, sejam eles fixos, variáveis, diretos e inclusive os indiretos que necessitam o uso de rateio. Por esse motivo, muitas vezes podem acontecer distorções nas informações essenciais a custo. Ou seja, com aplicação do rateio para a distribuição dos custos entre os setores ou produtos, nem sempre são justos ou adequados, podendo haver alterações na rentabilidade do produto. Desta forma, o método de custeio por absorção não é uma boa opção para a tomada de decisões na contabilidade gerencial.

Segundo Padoveze (2013), a absorção é usada há muito tempo pelo motivo que, após a apuração do custo unitário de cada produto e serviço com os custos diretos e variáveis, tem-se a obrigação de absorver os demais custos indiretos, para que se tenha uma base do custo unitário total, ou seja, saber o valor do custo unitário com todos os custos apropriados aos produtos e serviços do período.

O método de custeio por absorção é utilizado pela legislação fiscal e comercial no Brasil, pois atende a legislação, é válido nas demonstrações financeiras e é derivado da aplicação dos princípios contábeis (CREPALDI, S. 2010).

Portanto, entende-se que o custeio por absorção é abrangente e atinge todos os gastos relacionados à produção de uma empresa.

2.3.2 Custeio variável ou direto

Conforme Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018), o custeio variável ou direto é o custeamento que considera como custos de produção apenas os custos variáveis incorridos durante um período. Sendo assim, são desprezados os custos fixos, no quais são tratados da mesma forma como as despesas, devido existirem, mesmo não havendo produção no período.

Bornia (2010) relata que apenas os custos variáveis são apropriados aos produtos e os custos fixos são considerados como custos do período. Assim, pode dizer que o custeio variável está relacionado principalmente para a aplicação de decisões de curto prazo, pois os custos variáveis se tornam relevantes e os custos fixos não.

Segundo Leone, G. e Leone, R. (2010), o custeio variável é um dos métodos que não são aceitos pela legislação do Brasil e de outros países, todavia são muito utilizados para tomar decisões operacionais de curto prazo. Bruni (2008) explica que o método do custeio variável não é utilizado pelos princípios da contabilidade, pois evita o uso do rateio de custos indiretos.

2.3.3 Custeio por atividade (ABC)

Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2018) explicam que o custeio por atividade (ABC) é definido como um método que procura identificar um conjunto de custos para cada transação da empresa, atuando como um direcionador de custos. Ou seja, o direcionador de custos tem a finalidade de determinar a quantidade de trabalho necessária para cada produção de um produto ou serviço, e tem a influência na quantidade certa de recursos que serão necessários para esse tipo de atividade.

Para Wernke (2001), o objetivo do método de custeio por atividade (ABC) é auxiliar nas decisões gerenciais, tendo como foco principal na informação e geração de relatórios financeiros. Esse método permite um controle mais efetivo dos gastos, desta forma, os custos indiretos não são mais abordados por produtos, mas sim, por atividade.

Segundo Martins (2018), o ABC é uma técnica que busca reduzir de forma suave as distorções que são provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos.

Por esse motivo, é utilizado como uma ferramenta poderosa a ser utilizado na gestão de custos.

Por fim, o método de custeio por atividade é o custeamento que verifica primeiro a existência dos custos ligados a atividades e depois aos custos de cada produto, conforme o uso das atividades de cada produto. Apesar de ser uma ferramenta poderosa na gestão de custos, o ABC não é aceito pelo fisco, pelo motivo de gerar a necessidade de possuir dois sistemas de custeio.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção tem como finalidade abordar os métodos e técnicas que foram utilizadas para a elaboração desta pesquisa. Portanto, considera-se o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à natureza do objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois tem como objeto de estudo uma única indústria. Segundo Beuren (2004), a pesquisa exploratória procura conhecer de forma mais aprofundada os conceitos sobre determinado assunto, para torná-lo de forma mais clara e satisfatória, colaborando para o esclarecimento das questões importantes para a condução da pesquisa.

Com relação à natureza da pesquisa, refere-se a uma pesquisa teórica e prática, em virtude de ser um estudo de caso com fundamentação teórica com base em pesquisas através de livros e artigos científicos da área contábil. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), é indispensável um mínimo de estruturação, de embasamento teórico e geral e um planejamento cuidadoso, para que o pesquisador não se perca no contexto geral, que lhe serve de apoio.

Classifica como dedutiva a lógica da pesquisa, pois trata-se de uma teoria já existente. Assim, Lakatos e Marconi (2011) alegam que o processo dedutivo leva o pesquisador do conhecimento para o desconhecido, mas de alcance limitado, pois, desta forma, o método dedutivo se desenvolve em forma de raciocínio, tanto seus fundamentos quanto suas formas de realizações.

Para a coleta de dados, foram utilizadas, para esta pesquisa, fontes primárias e secundárias, pois, segundo Beuren (2004), a coleta de dados de fontes primárias é

obtida através de entrevistas, quadros elaborados para cálculo ou documentos, em suas diferentes formas. Já a coleta de fontes secundárias usa dados que foram extraídos de obras literárias.

No que tange à abordagem da pesquisa, o estudo se apresenta de forma qualitativa e quantitativa, pois a metodologia qualitativa tem a finalidade de analisar e interpretar os aspectos mais profundos em relação ao objeto de estudo, fornecendo uma análise mais detalhada sobre a pesquisa. Já o método quantitativo utiliza instrumentos estatísticos para obter os resultados, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (BEUREN, 2004).

Quanto ao resultado desta pesquisa, define-se como aplicada, pois, segundo Gil (2010), pelo fato de proporcionar conhecimento frente a uma resposta em solução de um problema. O objetivo geral desta pesquisa é calcular o custo para a produção de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca, deste modo, proporcionando benefícios para uma melhor tomada de decisão no processo de fabricação.

De acordo com Gil (2010), as técnicas de pesquisa, para a elaboração deste trabalho, foram realizadas por meio da pesquisa documental porque as fontes são mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, podendo ser incluídas diversas informações; pesquisa bibliográfica que é elaborada com base em materiais que já foram apresentados, compostos principalmente por livros e artigos científicos. E trata-se, também, de um estudo de caso, em razão de ser um estudo profundo de um ou poucos objetos, de modo que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A primeira etapa da pesquisa foi a busca da realização do embasamento teórico para nortear o processo, com base em livros, artigos científicos e conceito de autores relacionados à área de custos, para alcançar um melhor conhecimento sobre o tema estudado.

Em seguida, foi realizado um questionamento juntamente com o proprietário da indústria para saber se a mesma possui um controle de custo, além de conhecer quais eram os procedimentos para realizar a fabricação da farinha de mandioca, desde a compra da matéria-prima até o procedimento final.

Após isso, foi iniciado um estudo de caso de modo a ter conhecimento dos valores reais envolvidos nas operações do processo para a fabricação de farinha de mandioca, a fim de organizar e calcular os referidos valores para a chegada do resultado.

Por fim, com os dados devidamente organizados, foram realizadas as análises e avaliações com objetivo de identificar o real custo do processo para a fabricação de farinha de mandioca.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, será descrita a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados da pesquisa e a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A indústria Farilene Ltda. foi criada no ano de 2017, e está localizada na zona rural, às margens da Rodovia BR-101, do bairro Morro Azul, no município de Jaguaruna-SC. É uma indústria familiar e sua atividade é do ramo alimentício, que faz o beneficiamento da raiz da mandioca bruta para fabricação de farinha de mandioca.

Fundada por uma sociedade de pai e filhos que, antes, eram apenas agricultores e somente produziam a raiz da mandioca bruta cultivada nas suas terras e vendiam para outras indústrias para fazer o beneficiamento em farinha ou polvilho de mandioca.

O trabalho na agricultura sempre permaneceu na família, ou seja, veio passando de geração para geração.

Assim, como um dos proprietários já tinha conhecimento na atividade, tanto no cultivo da plantação de mandioca quanto na produção das indústrias de farinha, obtendo conhecimento de forma empírica no trabalho juntamente com seu pai, no período de 1974 até 1986, em uma pequena indústria de farinha de mandioca.

Naquela época, era totalmente diferente dos dias atuais, pois não havia a tecnologia das máquinas na produção. Era movido por tração animal. Sendo assim, devido alguns problemas e dificuldade, seu pai parou com a produção de farinha e

fechou sua indústria, resolvendo apenas continuar com o cultivo da mandioca em suas terras.

Logo, com o passar do tempo, o proprietário continuou na agricultura, mas tinha um sonho de abrir uma nova indústria de farinha, devido as tradições familiares. Desta forma, resolveu, juntamente com seus filhos, iniciar as atividades de uma nova indústria de farinha em 2017, tendo como projeto uma forma de trabalho para seus filhos e agregar mais valor ao seu produto produzido na lavoura.

A indústria não possui empregados fixos, pois a maioria do setor de produção é mecanizado, sendo operada pelos próprios donos. Contudo, em algumas situações, é necessária a contratação de aproximadamente dois empregados temporários durante o período forte da safra.

Quanto aos principais fornecedores, são os próprios proprietários e os agricultores da região, que fazem o cultivo do plantio da mandioca, para assim fornecer matéria prima para a indústria. É preciso também o fornecimento de madeira de eucalipto, para fazer a torragem durante a fabricação de farinha de mandioca.

A gestão administrativa também é feita pelos próprios proprietários, que são responsáveis tanto pela parte de compra e venda de produtos, como os controles de estoque, caixa e entre outros. Ainda não se utiliza sistema contábil na indústria, e, para estabelecer o preço de compra e venda, os proprietários se baseiam no preço de mercado e na prática do ramo do negócio.

A indústria, no momento, apenas produz farinha de mandioca à granel, ou seja, são vendidas em *big bags* de mil quilos para outras indústrias, que compram a farinha e empacotam em sua marca. Desta forma, a indústria Farilene tem como expectativa de aumentar cada vez mais sua produção e vender seu próprio produto diretamente ao mercado, sem passar por outras indústrias.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir deste capítulo, o objetivo é demonstrar os resultados que foram adquiridos na elaboração do estudo de caso, com apresentação das fases do processo produtivo para fabricação de farinha de mandioca e a composição dos custos de produção da indústria Farilene Ltda.

4.2.1 Apresentação das fases do processo produtivo

Para saber como funciona a produção de farinha de mandioca, verifica-se a necessidade de fazer um levantamento explicando cada fase do processo produtivo da indústria Farilene Ltda.

Para produzir a farinha de mandioca, é preciso adquirir a matéria-prima, que é a raiz da mandioca, comprada de seus fornecedores que são os produtores rurais da região. A compra acontece apenas em períodos de safra, que se inicia no mês de abril e se estende até o mês de setembro. A partir do mês de outubro até o mês de abril do próximo ano, a produção fica parada, devido ser fora de época e não ter a comercialização da matéria-prima.

As raízes de mandioca são compradas sempre em toneladas. Vale ressaltar que uma tonelada de mandioca, após passar pelo processo para a fabricação de farinha, não dará a mesma quantidade em peso, em média a cada uma tonelada de mandioca gera apenas 35% de farinha, ou seja, 350 quilos. Esta diferença acontece porque as raízes geram subprodutos sólidos, que são as cascas, entrecascas, como também o líquido da manipueira, que é a água presente nas raízes. As cascas e entrecasca são aproveitadas depois para alimentação de bovinos e o líquido da manipueira é armazenado em um reservatório, por algumas semanas, para serem usados como fertilizante no solo, podendo, assim, ser colocados nas próprias lavouras de mandioca.

Como a raiz de mandioca é um produto que tem pouco tempo de durabilidade e qualidade após ser colhida, fazer grandes estoques na indústria não é algo viável, devido ao ataque de microrganismos, principalmente fungos, causando o escurecimento das raízes. Então, a quantidade de estocagem de matéria-prima na indústria deve ser calculada com sua produção diária, ou seja, estoque deve ser abastecido diariamente. Para não correr o risco de faltar a matéria-prima, é necessário fazer um controle junto com os produtores rurais, para manter o estoque sempre abastecido, levando em consideração o volume de estocagem. Assim, para se ter uma boa qualidade do produto final e das raízes de mandioca, é necessário que seja colhida e transportada para a indústria no máximo 24 horas após a colheita.

O processo de transformação da raiz da mandioca em farinha é composto por algumas etapas.

Figura 01 - Resumo das fases de produção da indústria



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

O processo de produção começa pela recepção da matéria-prima (funil), local onde é armazenado a raiz de mandioca na indústria. O caminhão que faz o transporte descarrega a carga e, a parti dali, começa seu processo para a transformação em farinha. As raízes saem do funil através de correias transportadoras e vão entrando em um equipamento chamado lavador-descascador, que possui rotação e água corrente. Ali são retiradas as cascas e terras das raízes.

Depois de lavadas, as raízes de mandioca passam por outro equipamento onde vão ser moídas. Após isso, a mesma fica em um estado de uma massa mole, sendo necessário que a massa passe por uma prensagem para eliminar o excesso de água presente nas raízes, que é chamado de manipueira. Esse processo é realizado por meio de uma prensa hidráulica, manuseada por um colaborador da produção, que coloca a massa em fardos em uma barrica e aciona a prensa a uma pressão de um peso de 40 toneladas, retirando-a depois de ela estar totalmente seca. O processo leva em média de 12 a 15 minutos para cada empresada. Desta forma, para empresar uma tonelada de massa de mandioca, é preciso repetir o processo em torno de quatro vezes.

Em seguida, após a massa de mandioca ser prensada, ela está no estado de seca e compactada, onde é necessário passar por um outro equipamento para moer e peneirá-la, deixando-a extremamente fina e esfarelada. Após isso, outro colaborador da produção coloca a massa para que a mesma seque ainda mais em um forno de tacho com pás giratórias, necessárias para mexer a massa.

O forno é aquecido por lenha de eucalipto, durante a produção, a uma temperatura em média de 350 a 400 graus °C, para retirar o restante da umidade que ainda possui na massa. Em seguida, a mesma começa a secar e se transformar em farinha de mandioca. Monitora-se, portanto, a farinha no forno em torno de 15 a

17 minutos para que a mesma fique pronta e seja retirada imediatamente do mesmo. O procedimento é repetido várias vezes e cada fornada produz em média de 118 quilos de farinha.

Após isso, para que a farinha não fique com a cor amarelada, a mesma precisa passar por uma rosca transportadora para fazer o esfriamento antes de ser embalada. Em seguida, são embaladas em big-bags de mil quilos e são armazenadas no depósito da indústria para serem vendidas. Todo processo da produção exige cuidado, atenção e conhecimento em todas as etapas, pois, se raiz de mandioca não for de qualidade e farinha não ficar no ponto padrão, não se terá um produto de excelência.

4.2.2 Coleta e análise de dados

Portanto, para facilitar entendimento do processo de produção foi utilizada, como técnica, a observação direta; e, para definir o custo, foram elaboradas tabelas, para que ficassem claros os custos por cada fase do processo de produção e o custo total da produção de farinha de mandioca.

Para identificar os gastos em cada fase de produção, foi seguida uma metodologia de pesquisa com objetivo de medir os custos de cada fase. Então, para fins de uma pesquisa mais específica e fidedigna, optou-se em fazer análise para cada tonelada de raiz de mandioca em fase de produção da farinha.

Sendo assim, em observância ao segundo objetivo específico da pesquisa, teve-se, como base, coletar, de forma detalhada, os gastos durante a safra 2021, para o processo produtivo de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene. A partir de agora serão apresentadas as coletas de informações referentes à safra 2021.

4.2.2.1 Custo da matéria-prima

Os custos com matérias-primas gastos no processo de produção da indústria foram identificados, através de anotações feitas pelo proprietário da indústria. Desta forma, foi elaborada uma tabela para informar o produto, unidade, quantidade e seu valor.

As raízes de mandioca, antes de serem compradas dos produtores, precisam passar por uma análise para saber a quantidade de amido que a mesma possui. Ou seja, é utilizada uma amostra de 5 quilos de mandioca e pesada dentro da água, assim resultará a quantidade de gramas e a média de quilo de farinha por tonelada de mandioca. Esse processo é feito porque há diferentes variedades e qualidades de raízes de mandioca, ou até mesmo o solo onde foi plantada, podendo, assim, variar a quantia de amido tanto para mais ou para menos, afinal a quantidade de amido resultará na quantidade de farinha depois de produzida.

Para a indústria não ter nenhum prejuízo e fazer uma compra justa dos produtores, é calculado o preço da tonelada baseado no valor do resultado das gramas de amido. Assim, é feita uma análise em todas as cargas de matéria-prima compradas.

Desta forma, para saber o preço da tonelada de mandioca, foi pego os valores referentes da safra 2021, onde se teve uma média do preço de R\$ 0,75 a grama de amido e a média da análise das raízes de mandioca deu em torno de 600 gramas de amido e 350 quilos de farinha por tonelada de mandioca. Os valores do preço do amido e da grama são multiplicados e resulta no valor de R\$ 450,00 por tonelada de mandioca.

Na tabela 01, é possível analisar as informações sobre os custos relacionados com matéria-prima gastos a cada tonelada de mandioca para a produção de farinha.

Tabela 01: Custos relacionados com matéria-prima

Produto	Unidade	Quantidade utilizada	Valor total
Mandioca	Ton.	1	R\$ 450,00
Big-Bags (embalagem)	Unidade	1	R\$ 7,30
Custo da produção			R\$ 457,30
Quantidade produzida de farinha	kg		350kg
Custo por quilo			R\$ 1,31
Custo por saca de 50 kg			R\$ 65,33

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na tabela 01, apresenta-se as matérias-primas que são utilizadas para a fabricação de farinha de mandioca. Mostra-se, então, suas quantidades e unidades utilizadas com seu respectivo valor. O primeiro item que é a mandioca que está em toneladas e o segundo que são os big-bags (embalagens) em unidades. Para finalizar, tem-se o total dos custos de produção gastos por tonelada, que é de R\$

457,30, que resulta em uma quantidade produzida de 350 kg de farinha de mandioca. O custo por quilo da farinha foi encontrado por meio da divisão entre o total do custo da produção pela quantidade produzida. Desta forma, obteve-se o valor do custo por quilo de R\$ 1,31. Como a produção de farinha é vendida baseada por sacas de 50 kg, multiplicou-se o valor do custo por quilo pelo peso da saca de 50 kg, obtendo, assim, o valor do custo por saca de R\$ 65,33.

4.2.2.2 Custo de mão de obra direta

Para facilitar a identificação do custo da mão direta (MOD), foi elaborada uma tabela com os dados de cada atividade, dos equipamentos, dos minutos necessários e seus referentes valores para sua realização, visto que, como a produção da indústria não é anual, foi elaborado um contrato com os funcionários, para trabalharem só em períodos de safra. Seus salários unitários são calculados por dias trabalhados, fechando em 12 h/dia com pagamento de R\$ 180,00 ao dia, em média de R\$ 3.600,00 mensal para o período da safra 2021.

Para alcançar este resultado, foi utilizado o método de custeio ABC, que tem a finalidade de determinar a quantidade de trabalho necessária para cada produção de um produto ou serviço.

Portanto, verifica-se, na tabela 02, o custo com MOD para a fabricação de farinha de mandioca.

Tabela 02 - Custos relacionados com MOD

Equipamentos	Função	Tempo em minutos	Total do custo MOD 240 hora	Custo MOD	Custo Total MOD
Prensa	Prensagem	00:51:00	R\$ 3.600,00	R\$ 0,25	R\$12,75
Forno	Secagem	00:51:00	R\$ 3.600,00	R\$ 0,25	R\$ 12,75
Total		01:42:00			R\$ 25,50

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na tabela 02, é possível analisar que foi necessário um tempo de 01 hora e quarenta e dois minutos para as etapas de produção de uma tonelada de mandioca, resultando em uma quantidade de 350 quilos de farinha produzida. Para obter o valor final do cálculo, foi utilizado o total do custo de cada função da produção em reais de MOD, visto que, como não são funcionários fixos, apenas está incluso o valor de seus dias trabalhados.

Desse modo, divide-se o valor por 240 h/mês, em seguida, divide-se novamente por 60 minutos, que é 1 hora. Então, se tem o tempo utilizado para efetuar cada função de fabricação, assim multiplicando o valor da MOD com o tempo de cada processo produtivo, encontra-se o resultado final da MOD para a fabricação de farinha, a cada uma tonelada de mandioca processada, num total de R\$ 25,50.

4.2.2.3 Custos diretos

Por se tratar de um custo direto por ter sua fácil identificação, foi elaborada uma tabela para definir os demais custos diretos relacionados com a produção. Portanto, apresenta-se, na tabela 03, os custos com lenha de eucalipto, usadas para o aquecimento do forno e custos com gastos com frete da matéria-prima, necessários para a realização do processo produtivo. Desta forma, é possível analisar sua unidade, quantidade e seus valores gastos para a cada uma tonelada de mandioca.

Tabela 03 - Custos diretos

Descrição	Unidade	Valor da unidade	Quantidade	Valor total
Lenha de eucalipto	St	R\$ 70,00	0,28	R\$ 19,60
Frete matéria-prima	Ton.	R\$ 20,00	1	R\$ 20,00
Total				R\$ 39,60

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observa-se que o custo da unidade da lenha de eucalipto é de R\$ 70,00 a cada um metro estéreo (st), sendo que um metro estéreo é uma pilha de madeira roliça com de dimensões de 1,0 metro de largura, vezes 1,0 metro de altura, vezes 1,0 de comprimento. Desta forma, foi medido 1,0 metro de lenha e analisado quantos quilos de farinha de mandioca seria produzido a cada 1,0 metro, mantendo o forno aquecido em média de 350 a 400 graus °C. Sendo assim, obteve um resultado de 1.250 quilos de farinha ou 3,57 toneladas de mandioca.

Para chegar à quantidade utilizada para a cada 1 tonelada de mandioca, utiliza-se a quantidade de 1,0 metro de lenha, divididos por 1.250 quilos de farinhas, o que resulta numa quantidade de 0,0008 centímetros de lenha a cada 1 quilo de farinha. Sabe-se que 1 tonelada de mandioca corresponde a 350 quilos de farinha, sendo assim, multiplica-se a quantidade 0,0008 centímetros de lenha, e encontra-se o resultado de 0,28 centímetros. Por sua vez, multiplica-se pelo valor da unidade,

que é de R\$ 70,00, chegando a um resultado de R\$ 19,60 gasto com lenha a cada uma tonelada de mandioca.

No que diz respeito ao custo com frete da matéria-prima, o valor é pago por quantidade de tonelada transportada no caminhão. Logo, o valor cobrado na safra 2021 estava custando R\$ 20,00 por tonelada de mandioca.

Por fim, tem-se o valor total dos demais custos diretos, totalizando um custo de R\$ 39,60 por tonelada de mandioca.

4.2.2.4 Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica são reconhecidos como custos indiretos, por ter sua difícil identificação. Deste modo, foi elaborada uma pesquisa para definir o consumo de cada equipamento da produção, com objetivo de chegar ao valor mais próximo da realidade. Desta forma, na tabela 04, é possível identificar os dados necessários para chegar ao valor gasto para cada tonelada de mandioca em fase do processo produtivo.

Tabela 04: Custo com energia elétrica

Equipamentos	Função	Tempo para produzir	Potência motor KW	Consumo total do equipamento/kW	Valor total em KW/h
Funil	Armazenador	00:51:00	1,47	1,251	0,783662
Lavador/descascador	Remover cascas	00:51:00	3,68	3,128	1,959154
Bomba d'água	Lavagem	00:51:00	0,736	0,626	0,391831
Moinho da mandioca	Moer as raízes	00:51:00	3,68	3,128	1,959154
Prensa	Prensagem	00:20:00	2,21	0,736	0,460977
Moinho da massa	Esfarelamento	00:25:00	5,52	2,30	1,440554
Forno (pás)	Mexer	00:51:00	5,52	4,692	2,938731
Rosca esfriar/embaladora	Embarlar	00:30:00	2,21	1,104	0,691466
Total por tonelada					10,625529

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na tabela 04, foi necessário identificar o quanto *kilowatt* (kw) de potência cada motor dos equipamentos possui. Tal processo é necessário, visto que os equipamentos têm sua potência em cavalos motores (cv). Então, foi preciso

transformá-los para (kw). Logo, multiplicando a quantia de (cv) por 0,736 kw, que é a quantidade de kw para a cada 1 cv de potência, foi possível deixar todos em uma mesma unidade de medida para cálculos mais fidedignos.

Portanto, divide-se o valor de (kw) de cada equipamento por 60 minutos, chega-se, assim, ao consumo de energia por minuto. Em seguida, multiplica-se o consumo por minuto pelo tempo necessário de cada equipamento para a fabricação de farinha, chegando ao consumo total do equipamento. Por fim, multiplica-se pelo o valor da tarifa da CELESC de R\$ 0,626328 kw/h, e acha-se o valor R\$ total kw/h. Portanto, soma-se os valores R\$ Total Kw/h de cada equipamento, encontra-se o valor de R\$ 10,625529 gastos para a cada 1 tonelada de mandioca.

Por exemplo, o “forno”, suas pás para mexer a farinha o motor tem potência de 7,5 cv, multiplica-se por 0,736, torna-se a potência para 5,52 kw, divididos por 60 minutos, passa para 0,092 kw por minuto. Multiplicando esse valor por 51 minutos (tempo gasto para secagem da farinha), encontra-se o consumo total de 4,692 kw. Em seguida, multiplica-se pelo preço da tarifa da energia elétrica em kw/h, que é de R\$ 0,626328, assim, tem-se o valor total gastos de energia pelo “forno” que é de R\$ 2,938791.

4.2.2.5 Custo total da produção

Na tabela 05, apresenta-se uma análise mais especificada, a fim de demonstrar o levantamento dos custos totais gastos para a cada tonelada de mandioca em processo de fabricação de farinha, com os valores totais das tabelas apresentadas anteriormente.

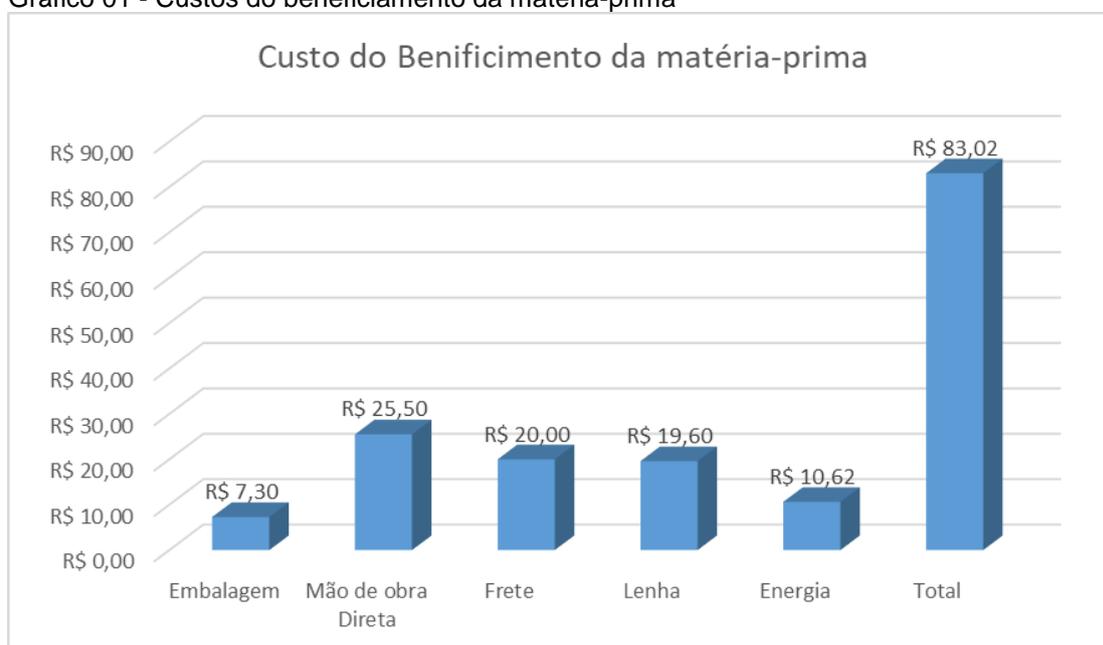
Tabela 05: Custo total da Produção

Referências	Custo total da produção
Matéria-prima	R\$ 457,30
Mão de obra direta	R\$ 25,50
Custos diretos	R\$ 39,60
Energia	R\$ 10,62
Total do custo por tonelada de mandioca	R\$ 533,02
Custo por quilo de farinha produzida	R\$ 1,52
Custo por saca de 50kg produzida	R\$ 76,15

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Portanto, atentando-se ao terceiro objetivo específico: analisar o resultado que a indústria Farilene obteve durante o processo de produção, a tabela 05 demonstra todos os valores gastos do processo produtivo, elaborados e apresentados por meio de análises, cálculos e tabelas realizadas neste artigo, onde se encontra o resultado do custo total que é de R\$ 533,02 por tonelada de mandioca para uma quantidade produzida de 350 quilos de farinha. Para chegar o custo por quilo de farinha, divide-se o valor do custo total por tonelada de mandioca, pela quantidade produzida, tem-se o custo de R\$ 1,52 o quilo, após multiplica-se esse valor por 50 kg, e encontra-se o custo por saca, que é de R\$ 76,15.

Gráfico 01 - Custos do beneficiamento da matéria-prima



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para melhorar a demonstração, foi desenvolvido o gráfico 01, com intuito de expor apenas os custos relacionados para o beneficiamento da matéria-prima, visto que o maior custo da produção é matéria-prima no valor de R\$ 450,00. Nele, pode-se observar detalhadamente os custos gastos para o beneficiamento, que totalizou em R\$ 83,02 a cada uma tonelada de matéria-prima, ou seja, raiz de mandioca em fase de fabricação de farinha.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A presente pesquisa está relacionada com a área da Contabilidade aplicada na contabilidade de custos, a qual tem um papel essencial dentro das empresas, que é produzir informações para auxiliarem nas tomadas de decisões, para o desempenho, o planejamento e o controle das operações.

A realização desta pesquisa demonstra o quanto é importante ter o conhecimento dos custos dentro de uma indústria, pois, com ele, é possível identificar todos os gastos e consumos em cada fase do processo produtivo, com objetivo de atingir o melhor resultado na apuração dos dados coletados e facilitar o controle gerencial.

Deste modo, o presente artigo estava em ênfase com a contabilidade de custos, pois, com base nela, toda a pesquisa foi estruturada. No ramo alimentício, percebe-se o quanto é essencial identificar os custos de produção, pois, com ele, é possível se ter um controle em cada fase de produção. Ter um controle sobre eles, permite que a indústria consiga tomar as melhores medidas e decisões. No estudo apresentado, todos os custos referentes à produção de farinha de mandioca foram elencados. Como resultado, obteve-se o real custo por tonelada de mandioca em processo de fabricação de farinha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas indústrias de farinha de mandioca geralmente não têm conhecimento específico nem controle total dos custos de produção. Realiza-se cálculos sem sustentação e seus preços de custos e vendas são baseados no preço de mercado e na prática do ramo do negócio.

O objetivo geral desta pesquisa é calcular o custo para a produção de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene. Sendo assim, para atingir o resultado da pesquisa, seguiram-se os objetivos específicos as quais eram identificar, perante a literatura, aspectos relacionados aos custos de produção; coletar de forma detalhada, os gastos durante a safra 2021, para o processo produtivo de farinha de mandioca para cada tonelada de mandioca na indústria Farilene e, por fim, analisar o resultado que a indústria Farilene obteve durante o processo de produção.

Todos os objetivos específicos desse artigo foram atingidos de forma satisfatória, tendo por alicerce o primeiro objetivo específico a partir da busca da literatura sobre os aspectos relacionados aos custos de produção, como se pôde observar no embasamento teórico desta pesquisa.

Após isso, norteado pelo segundo objetivo específico, foram coletados todos os gastos durante o processo produtivo da safra 2021, que, mediante a apresentação das tabelas 01 a 04, obtiveram-se informações referentes aos custos relacionados com o processo de fabricação de farinha de mandioca. E, por fim, foram levantados os custos de produção, apresentados na tabela 05. Com estas informações expostas, foi possível analisar os custos do processo de produção de farinha de mandioca.

Portanto, em total consonância com o terceiro objetivo específico, pode-se ressaltar que a pergunta de pesquisa foi respondida. Através das tabelas apresentadas nas seções precedentes, foi possível evidenciar os custos com os seguintes valores: matéria-prima R\$ 457,30; mão de obra direta (MDO) R\$ 25,50; custos diretos R\$ 39,60; energia R\$ 10,62, totalizando o custo total de produção de farinha de mandioca no valor de R\$ 533,02 gastos para cada tonelada de mandioca.

Conclui-se que, conhecer e controlar os custos de produção, é fundamental para o desenvolvimento de qualquer empreendimento, pois, quando não se tem um conhecimento dos custos, torna-se difícil de identificar e calcular, precisamente, o custo total do produto, podendo levar o empreendimento ao prejuízo.

Diante disso, o estudo foi de grande valia, pois proporcionou, aos proprietários, informações sobre o processo produtivo das quais os mesmos não tinham o conhecimento total do controle de produção. Desta forma, o estudo buscou passar uma visão sistêmica de toda produção da indústria, identificando seu real custo e auxiliando no controle de custos e nas tomadas de decisões futuras.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORNIA, Antônio Cesar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CREPALDI, Sílvia Aparecido. **Contabilidade rural**. 7. ed. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Sílvia Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, Sílvia Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CREPALDI, Sílvia Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEONE, George S. Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custo**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Makron Books, 2001.

NEPOMUCENO Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB-Thomson, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de custos: teoria, prática, integração com sistemas de informação (ERP)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS DO CÓDIGO DE ÉTICA CONTÁBIL

Valesca Fidélis Gonçalves¹

Maria Aparecida Cardozo²

Edilson Citadin Rabelo³

Resumo: Os diversos setores sociais geralmente desenvolvem um código de ética ou de conduta, e na contabilidade não é diferente. As regras de ética e conduta relacionados à profissão contábil, exigem que todos os contadores atuem de maneira eficaz, transparente, e principalmente, ética. Na ausência de regras ou padrões específicos, os contadores devem refletir suas ações para garantir que estão seguindo os princípios comumente aceitos. Desse modo, este estudo tem como objetivo geral analisar os principais impactos do CEPC à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC. Os procedimentos metodológicos utilizados, se deram por meio de pesquisa exploratória caracterizada como um estudo de caso de lógica dedutiva, abordagem qualitativa, pesquisa básica com aplicação de questionário com perguntas fechadas. Os resultados mostraram a necessidade da disseminação e enfoque no CEPC durante o Cursos de Ciências Contábeis para obtenção de maiores conhecimentos, mostrando que antes e durante o exercício da profissão, é fundamental ampliar o conhecimentos acerca dos princípios morais e éticos, para resolver conflitos e divergências sobre o verdadeiro objetivo da contabilidade, principalmente pelos impacto trazidos pelo Código, e as penalidades que o profissional contábil está sujeito a sofrer em caso de descumprimento das normas estabelecidas. Conclui-se que o estudo alcançou seus objetivos, uma vez que demonstrou os principais impactos trazidos pelo Código de Ética Profissional do Contabilista na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo-SC, demonstrando a importância da ética profissional para os profissionais da contabilidade, infrações e penalidades previstas no mesmo, apresentando um *checklist* com os principais deveres atribuídos ao contador.

Palavras-chave: Ética. Contabilidade. Código de ética contábil.

1 INTRODUÇÃO

A integridade é um elemento fundamental importante da profissão contábil e exige que os contadores sejam honestos, francos e diretos com as informações financeiras do cliente. Os contadores devem restringir-se a ganhos ou vantagens pessoais usando informações confidenciais. Embora existam erros ou diferenças de

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientadora e Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

opinião sobre a aplicabilidade das leis contábeis, os contadores profissionais devem evitar a oportunidade intencional de enganar e manipular as informações financeiras.

As empresas de contabilidade pública ou empresas privadas frequentemente desenvolvem um código de ética ou conduta para contadores. Essas regras de ética e conduta garantem que todos os contadores ajam de maneira consistente. Na ausência de regras ou padrões específicos, os contadores devem revisar suas ações para garantir que estão seguindo os princípios comumente aceitos.

Objetividade e independência são valores éticos importantes na profissão contábil. Os contadores devem permanecer livres de conflitos de interesse e outras relações comerciais questionáveis ao realizar serviços de contabilidade. Deixar de permanecer objetivo e independente pode prejudicar a capacidade de um contador de fornecer uma opinião honesta sobre as informações financeiras de uma empresa. Objetividade e independência também são valores éticos importantes para os auditores.

O setor de contabilidade geralmente limita o número de serviços que as firmas de contabilidade pública ou os contadores públicos certificados individuais podem oferecer aos clientes. Os serviços de contabilidade incluem serviços de contabilidade geral, auditoria, consultoria tributária e de gestão. O contador que realiza mais de um desses serviços para um cliente pode comprometer sua objetividade e independência.

A ética na área do conhecimento surgiu pela necessidade de se estabelecer a boa convivência do ser humano em sociedade, buscando estudar a conduta das pessoas, e investigar seus comportamentos propondo o bem-estar e a segurança de todos, onde as leis determinaram e limitaram os comportamentos negativos do ser humano.

Diante do exposto, a pergunta que permeia a pesquisa é: Quais os principais impactos do CEPC à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC?

O objetivo geral do estudo é analisar os principais impactos do CEPC à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC. Para alcançar o objetivo geral, e responder a pergunta de pesquisa, têm-se como objetivos específicos: a) demonstrar a importância da ética profissional para os profissionais da contabilidade; b) verificar

as infrações e penalidades previstas no Código de Ética Contábil; e, c) apresentar um *checklist* com os principais deveres atribuídos pelo código de ética contabilidade.

A relevância do estudo justifica-se pela grande demanda de comportamento ético para o meio acadêmico e para a sociedade, pois é o que traz credibilidade ao trabalho do profissional, onde compreende-se que expor as principais infrações e penalidades, pode servir como um alerta na prevenção ao se considerar que atividades contábeis fraudulentas demonstram fraqueza nos valores éticos que regem o trabalho e a educação contábil, para a formação do contador, a qual vem sendo cada vez mais discutida por estudiosos da área.

A pesquisa delimita-se a um estudo sobre a ética na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC, com foco no papel da ética na resolução do sistema de formação em contabilidade e nas regras profissionais da contabilidade.

O estudo está organizado da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se o capítulo dois o qual refere-se ao embasamento teórico, abrangendo a ética como ciência; ética na contabilidade; influência da cultura nas práticas contábeis éticas; práticas éticas de contabilidade e desempenho empresarial e código de ética na contabilidade. No capítulo três apresenta-se métodos e técnicas da pesquisa demonstrando o enquadramento metodológico e os procedimentos para a coleta e análise dos dados. No capítulo quatro, apresenta-se os resultados da pesquisa, a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada. Por fim no capítulo cinco, faz-se as considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nessa seção serão apresentados os conceitos da Ética e seus objetivos, bem como a Ética Profissional, em especial relacionada à Profissão Contábil. Além disso, demonstrará as infrações e penalidades previstas no Código de Ética. Apresenta-se da seguinte forma: ética como ciência no primeiro subcapítulo, o segundo fala sobre a ética na contabilidade, o terceiro descreve sobre a influência da cultura nas práticas contábeis éticas, o quinto subcapítulo relata as práticas éticas de contabilidade e desempenho empresarial, e o último subcapítulo se faz uma análise sobre o código de ética na contabilidade.

2.1 ÉTICA COMO CIÊNCIA

O estudo da Ética engloba um ramo da filosofia que estuda a ação humana a partir dos diferentes princípios e valores que a orientam. Tais valores são relacionados ao bom, correto ou justo, variando de sociedade para sociedade bem como de cultura para cultura.

De acordo com Bolzani Filho (2006), o termo remete ao filósofo grego Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) que através da sua obra “Ética a Nicômaco” diz que o fim de todas as coisas é o bem. A Ética Aristotélica fala sobre o indivíduo, enquanto, a política conceitua o homem na sua dimensão social. Aristóteles prega a Ética como a arte de viver, ou “saber-viver”.

As ideias de Ética surgiram pela necessidade de convivência do ser humano em sociedade, como forma de conduzir as atitudes das pessoas para o bem-estar e a segurança de todos. Então, diante da demanda leis foram feitas para limitar os comportamentos negativos para a sociedade.

Sendo assim, é a ciência da conduta humana, a conduta moral do convívio social. Também é foco de discussões, pois seu conceito varia de pessoa para pessoa, criando um impasse ético. Por isso, possui alguns princípios básicos para nortear o comportamento social: (a) o utilitarismo, que visa a maior felicidade ao maior número de pessoas envolvidas e não do próprio agente; (b) os direitos individuais, ou seja, a proteção de direitos essenciais; e (c) a justiça que significa agir com equidade, buscando a felicidade tratando todos como iguais (BOLZANI FILHO, 2006).

Ética significa modo de ser, forma usada pelas pessoas para viver em sociedade, são normas práticas que surgem no grupo e na cultura dos povos. A ética está inserida nos diversos contextos da humanidade e utilizam-se de estruturas para conviver de forma pacífica de acordo com o que o período histórico exigia. A palavra ética vem do grego *ethos*, se referindo ao ramo do conhecimento que estuda a conduta das pessoas. Assim, a ética é simplesmente saber o que é considerado como um comportamento correto na sociedade.

A ética está ligada às relações em sociedade. Sem pessoas não haveria preocupação com normas e valores, o que acontece é que muitas vezes as pessoas conhecem as normas, mas não sabem como colocá-las em prática no cotidiano. Pertencem ao campo da ética o pensamento sobre os valores da vida, virtude, vício,

direito e dever, bem e o mal. No entanto, a ética sempre foi de interesse dos filósofos. Os primeiros a questionar sobre a ética foram Platão e Sócrates que desenvolveram um conceito do que seria o bem, o correto. Aristóteles, discípulo de Platão desenvolveu uma teoria de que a moral seria uma arte e deveria preencher quesitos (PORFÍRIO, 2014).

Desde que o homem deixou de ser nômade e passou a viver em sociedade, firmando residência em um lugar, ele passou a conviver de forma pacífica com o outro e busca um convívio compartilhado e organizado, tendo no vizinho um aliado nas adversidades. Isso fez com que fossem criadas algumas regras de convivência para que todos vivessem em paz, mesmo que as regras não estivessem escritas eram cultuadas como obrigatórias, como por exemplo, as áreas de terras eram demarcadas e deviam ser respeitadas. Essas regras eram desenvolvidas no dia a dia e dentro da comunidade para haver uma convivência pacífica entre os moradores daquele local (FERREIRA, 2013).

Com a evolução da humanidade, as regras também foram sofrendo mudanças e evoluindo, sendo objetos de estudos de filósofos, antropólogos, sociólogos, etc., que se dedicaram ao estudo do comportamento humano, e proporcionaram sucessivos conceitos de regras morais, religiosas, éticas e jurídicas. Segundo Wonsovicz (2001) atualmente observa-se um volume grande de publicações sobre a ética em todo o mundo e em diversos ramos do conhecimento (ética na política, na indústria, na escola, no esporte, na economia, nos meios de comunicação).

2.2 ÉTICA NA CONTABILIDADE

A contabilidade é uma prática profissional que dá segurança nas tomadas de decisão das empresas e assegura o patrimônio através de relatórios e demonstrações financeiras, análise de balanços e variações patrimoniais. Esta tem por finalidade orientar a administração no exercício das funções, sendo que, a contabilidade faz um controle do patrimônio (FERREIRA, 2013).

A contabilidade é um conjunto de conhecimentos que ajuda no controle dos aspectos quantitativos e qualitativos e como conjunto de normas constitui uma técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos, acumular, resumir e revelar informações das variações econômico-financeira. Esta existe desde os primórdios

da civilização, quando o homem começa a sentir a necessidade de dominar, administrar e conservar os seus bens e gerenciar os lucros (BASSO, 2005)

O homem primitivo fazia inscrições nas paredes das grutas para controlar os seus bens. Especialistas afirmam que há cerca de 30 mil anos, já havia conhecimento contábil, pois tem-se conhecimento de registros em grutas de anotações contábeis, embora de forma rudimentar. A evolução da contabilidade ocorreu devagar, houve o tempo da troca de mercadorias, em que os negociantes anotavam o que tinham para receber, suas obrigações e bens (FERREIRA, 2013).

Gonçalves (2011) apresenta a contabilidade como uma ciência que se desenvolveu com o passar dos séculos de diferentes formas para registrar as atividades, nos grupos familiares para se fazer o registro buscando a sobrevivência dos seres humanos.

Na Idade Média, surgiu a correlação de causa e efeito, abordando a esfera comercial, pública e industrial. Assim, as atividades econômicas desabrocharam nos grandes centros mercantis. Com o passar da evolução humana as técnicas contábeis foram sendo aperfeiçoadas e passaram a usar-se papiros, com uma textura parecida com o papel e chegando a atualidade com modernização e firmando-se como ciência que estuda o crescimento das entidades. Franco (1989) fala que a Contabilidade é uma ciência que tem como objetivo estudar aos fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e interpretação desses fatos, objetivando a orientação aos usuários da contabilidade a aplicabilidade.

Em alguns grupos sociais a contabilidade evoluiu rapidamente e, em outros, foram se adequando de acordo com as necessidades de registrar os fatos e atos que influenciavam no comércio e atividades de registro contábil. No Brasil, a contabilidade foi se desenvolvendo aos poucos, assimilando a necessidade de registro de bens, direitos e obrigações. Em relação à legislação, uma grande manifestação ocorreu em 1850.

Segundo Schmidt (2006), foi o Código Comercial de 1850, que indicou como obrigatória a escrituração contábil e a elaboração anual da demonstração do balanço geral. Assim, houve uma padronização na forma de relatar as informações coletadas nas organizações.

Padrões e princípios éticos são cruciais para qualquer profissão que pretenda promover suas aptidões profissionais e desenvolve a eficiência geral dos negócios.

Na verdade, a contabilidade é uma profissão que depende amplamente do julgamento do profissional e de seus princípios que inclui objetividade, independência, confidencialidade, competência, integridade, profissional e comportamento e devido cuidado (OLIVEIRA, 2007).

Então, ao realizar diferentes funções, tais como, registrar todos os eventos de negócios com caráter financeiro, classificá-los e verificá-los, registrando e apresentando-os na forma de declaração de lucros e perdas, balanço patrimonial e dinheiro, a contabilidade da declaração de fluxo ajuda as empresas a rastrear seus eventos financeiros (ARRUDA, 2014).

Todas essas atividades são muito críticas para serem executadas e exigem que os padrões éticos sejam mantidas durante todo o processo, portanto, os contadores são considerados os principais candidatos nos negócios enquanto se trata de manter um relatório financeiro de qualidade e fornecer aos grupos de interesse e informações financeiras confiáveis (LISBOA, 2011)

No entanto, vários eventos ocorridos questionaram o integridade da profissão e iluminar a reputação que normalmente representa. Por exemplo, na contabilidade alguns profissionais estiveram envolvidos na violação de princípios e padrões contábeis, manipulando informação financeira e não demonstrando profissionalismo, independência e cuidado, envolvendo-se atividades fraudulentas.

Nessas circunstâncias, é fundamental restaurar a confiança do público na contabilidade profissão e para garantir que as práticas e valores éticos devam ser exercidos pelos contadores enquanto desempenhar suas funções e evitar ações que possam ser consideradas antiéticas (ARRUDA, 2014).

A ética em contabilidade é uma das preocupações mais importantes, embora a mais mal compreendida no mundo dos negócios. Arruda (2014) indicou que simplesmente a consciência dos padrões éticos profissionais e o código de conduta profissional não garantem que um contador se comportará de forma ética.

Portanto, é necessário compreender o processo de tomada de decisão ética como proporção significativa do julgamento profissional depende do indivíduo crenças e atitudes éticas. A tomada de decisão ética de um indivíduo depende de vários fatores demográficos, como cultura, sexo, religião, idade, educação, sistema de valores, caráter moral e sensibilidade às questões morais (LISBOA, 2011).

2.2.1 Práticas éticas de contabilidade e desempenho empresarial

Compreender e defender a ética nos negócios é essencial para as atividades de negócios em geral. De acordo com Arruda (2014) a estabilidade e sobrevivência de uma organização depende muito da consistência e qualidade das decisões financeiras éticas feitas pelos contadores. Na verdade, estudos têm mostrado que empresas com maior compromisso ético estão engajadas em uma gestão menos lucrativa, têm maior avaliação de mercado e devem ter maior desempenho financeiro corporativo.

De fato, um estudo conduzido por Lisboa (2011) encontrou a contribuição da ética no desempenho dos negócios. Práticas éticas não trazem apenas lucratividade, mas também aumenta a fidelidade dos clientes, ajuda a reter clientes, cria boa vontade para a organização e utilizar os recursos no nível máximo.

Em contraste, contabilidade antiética e práticas como manipular números contábeis para exibir lucros maiores, não registrar despesas em período de tempo apropriado, registrando estoques em valores mais altos e falsificação de ativos de locação pode não apenas representar erroneamente a situação financeira da organização, mas também pode se tornar uma ameaça a sua existência (OLIVEIRA, 2007).

Assim, como contadores profissionais em negócios, não só eles têm que manter elevados padrões éticos, mas também, precisam desempenhar um papel fundamental em ajudar as empresas a agirem com ética.

2.3 CÓDIGO DE ÉTICA NA CONTABILIDADE

É importante que o profissional contábil exerça sua função com ética, mas também com autonomia. É necessário estudo na área de contábeis para que se dê a devida importância a ética e evite-se ter no mercado de trabalho um profissional que não trabalhe de forma digna, respeitosa e leal.

Para Lisboa (1997, *apud* Barros, 2010) o objetivo do código de ética para o contador é habilitá-lo para adotar uma atitude pessoal, conforme os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade atual. Para o exercício da profissão de contador, não basta apenas a preparação técnica, deve-se defender os princípios e

valores éticos que são aplicáveis a sua profissão de contador, de modo a produzir uma imagem adequada para as novas gerações de profissionais contadores.

O Código de Ética Profissional do Contabilista foi criado em 1970 e alterado em 1996, e agora reformulado em 2010, quando passou a se chamar Código de Ética Profissional do Contador. Esse conjunto de normas deve ser observado pelos contadores nas suas relações profissionais. O código de ética profissional prevê até mesmo a suspensão do direito de exercer a profissão em caso de conduta inadequada. Este código deve prever as obrigações, mas também os direitos dos profissionais.

Lisboa (1996, *apud* Kubiak, 2012) confirma que o Código de Ética Profissional do Contador, serve como guia a ação moral e possibilita que a profissão de contador atinja seu propósito de cumprir as regras da sociedade, servindo com lealdade e diligência o respeito a ela mesma.

O Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) tem por objetivo fixar a conduta do contador, através dos princípios éticos, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), e é válida para contadores e técnicos.

A profissão pode dignificar o profissional, bem como pode desmoralizar o contador, através de sua conduta ética (SÁ, 1998). O objetivo do código de ética para o contador é capacitá-lo para adotar uma atitude pessoal que esteja de acordo com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade atual (LISBOA, 2011).

Cada código de ética possui as suas singularidades, em conformidade com o nível de conhecimento exigido, o ambiente onde a atividade profissional é executada e a forma como se desenvolve, mantendo em comum apenas as virtudes principais exigíveis do profissional (SÁ, 1998). Os contabilistas brasileiros iniciaram o esboço de seu código de ética em 1950, no V Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Belo Horizonte, mas só se encerraram os debates em 1970, quando o CFC aprovou a Resolução (SÁ, 1998).

Segundo Lisboa (2011), o código de ética contém princípios e regras a serem observados no exercício da profissão, e visam o bem-estar da sociedade em geral, através da formação da consciência profissional sobre padrões de conduta.

O Código de Ética Profissional do Contabilista foi aprovado pela Resolução CFC nº 803 de 1º de outubro de 1996 e contém os objetivos, deveres e proibições, valor e publicidade dos serviços, deveres em relação aos colegas e a classe, penalidades e disposições gerais. Sua última alteração entrou em vigor em 01 de

junho de 2019, e cabe aqui salientar, que para esta pesquisa, foi utilizada a resolução vigente até 31 de maio de 2019.

A NBC PG 01, que entrou em vigor em 01 de junho de 2019 reforça a necessidade de o contador informar seu registro profissional em qualquer trabalho assinado como contador, propostas comerciais, contratos e anúncios.

Segundo o Código de Ética do Profissional Contador (1996), são deveres do profissional da contabilidade, entre outros: exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardando os interesses dos clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais; e guardar sigilo no exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade (BRASIL, 1996).

O inciso I do artigo 3º do CEPC aborda as proibições em propagandas. Fazer propaganda não é proibido, desde que a propaganda não desmereça os trabalhos dos colegas, da Organização Contábil ou da classe de maneira geral, sendo sempre aceita a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos concretizados e relação de clientes (BRASIL, 1996).

Conforme o artigo 3º do código de ética do profissional contábil, nos incisos II, III e IV é vedado ao contador; assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe; auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita; assinar documentos ou peças contábeis, elaborados por outrem, alheios à sua orientação, supervisão e fiscalização (BRASIL, 1996)

No inciso VI do artigo 3º do CEPC trata-se sobre a organização contábil: “VI– manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;” (BRASIL, 1996, p. 03). É vedado que o profissional possua uma empresa contábil que não esteja dentro dos preceitos da legislação vigente, ou seja, precisa estar devidamente inscrita nos órgãos competentes, e estar com o pagamento dos tributos em dia, nas esferas municipais, estadual e federal.

Segundo o artigo 3º do código de ética do profissional contábil, nos incisos VII VIII, IX, X, XII e XII é proibido ao contabilista: proteger-se de agenciador de serviços, mediante participação do mesmo em seus honorários; convergir de ato contrário à

legislação ou destinado com intuito de fraude ou prática de crime ou contravenção; solicitar ou receber do cliente ou empregados vantagem para uso ilícito; se utilizar da confiança lhe dada para prejudicar outros; recusar-se a prestar contas que lhe forem confiadas; deter, livros, papéis ou documentos, comprovadamente, confiados à sua guarda (BRASIL, 1996).

No artigo 3º do código de ética do profissional contábil, nos incisos, XIII e XIV é proibido que contabilista aconselhe seu cliente ou empregador contra disposições determinadas em lei ou contra os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; e proibido ainda, exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas (BRASIL, 1996).

Nota-se que nos incisos XIII e XIV a questão em foco é que a assistência prestada ao cliente deve ser ética, realizada com responsabilidade, visando a qualidade do trabalho, proibindo que o profissional contábil relacione seu nome com atividades que transgrida a lei, além de ser vedado que profissional se exponha a negociações feitas pelo seu cliente ou empregador para tratar de acordos que já tenha conhecimento.

O inciso XVI aborda a mesma temática ao expor que emitir referência que identifique o cliente ou empregador e quebre de sigilo profissional, em publicação em que fale de trabalho que ele próprio realizou ou orientou sem autorização (BRASIL, 1996).

Segundo Brasil (2019) a última alteração no código de ética havia ocorrido em 2010, através da Resolução 1307 de 09 de dezembro de 2010. Porém, no dia 14 de fevereiro deste ano, o CFC divulgou o novo código de ética do contador, disposto na NBC PG 01, o novo código de ética entra em vigor no dia 01 de junho de 2019.

O CFC buscando acompanhar as mudanças mundiais e atender as necessidades dos contadores no âmbito de sua profissão, observando as mudanças também ocorridas na contabilidade, estabeleceu um novo código de ética. Entre as principais mudanças pode-se destacar: Informar o nome, o registro e a categoria do profissional contador: entra no código de ética, em um dos itens de Deveres, a obrigação de informar, em trabalhos de contabilidade, o nome, o número do registro profissional e categoria, ou seja, se o profissional é contador ou técnico em contabilidade. Serão necessários que esses itens estejam em placas de escritórios, cartões e propagandas (BRASIL, 2019).

Reter documentos eletrônicos: outro ponto significativo para a classe com o novo código é a inclusão da vedação de retenção de arquivos eletrônicos, o item já existia na resolução 803/96, mas especificava apenas livros e papéis, com o avanço tecnológico fez-se necessário essa inclusão. Consta também neste item que o contador não poderá de maneira nenhuma, reter documentos, sob alegação de inadimplência de seu cliente (BRASIL, 2019).

Iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente: Essa vedação já constava no código antigo, apenas foi incluso, que é vedado ao contador iludir a boa-fé do cliente, também através de documentos eletrônicos (BRASIL, 2019).

Emitir referência que identifique o cliente ou empregador, somente se autorizado: Passa a vigorar também a norma que diz respeito a publicação de trabalho profissional que faça menção ao cliente, apenas se o mesmo autorizar, devido à quebra do sigilo profissional (BRASIL, 2019).

O contrato de trabalho se torna obrigatório. No contrato, deve estar incluso especificadamente cada trabalho que será realizado o valor de cada serviço, o período e a forma de reajuste. Também devem estar de maneira explícita: as obrigações, os deveres e os prazos de entrega e recebimento de cada um dos serviços a serem prestados, bem como para a parte contratante. As maiorias das empresas contábeis já utilizam esse tipo de contrato (BRASIL, 2019).

No caso de parte dos serviços ter que ser executado pelo próprio contratante, isso deve estar mencionado na proposta e no contrato de prestação de serviços de forma explícita. Através dessa norma, fica vedado fazer afirmações exageradas sobre o serviço que proporciona, utilizar de mentiras para depreciar o colega de classe, fazer depreciações ou comparações com o trabalho dos colegas, sem fundamento, enganar o cliente com propaganda enganosa.

Código de Defesa do Consumidor, começa a fazer parte do código de ética um item que especifica que o profissional deve observar, principalmente, em relação à disponibilização da informação apropriada e clara sobre os serviços, a serem prestados. Caso isso não ocorra, o cliente poderá entrar com uma ação junto ao código de defesa do consumidor (BRASIL, 2019).

Sobre publicidade: é vedado anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, o valor dos serviços ou de pacote de serviços, pois a mercantilização permanece proibida. É vedado também anúncio que deprecie o colega ou a classe contábil. A publicidade deve ser informativa, moderada e discreta (BRASIL, 2019).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste tópico, serão apresentados os aspectos metodológicos do estudo expondo o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A determinação dos métodos e técnicas de pesquisa implica na possibilidade de transmitir esclarecimentos sobre um objeto ou uma realidade através do aperfeiçoamento de fatos obtidos e pela busca de conhecimento por meio da seleção de técnicas e avaliação para a ação científica. Assim, *escolher o método e seu enquadramento é fundamental para instituir o um posicionamento eficaz do mesmo* (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Desta forma, no que diz respeito à natureza do objetivo deste estudo, classifica-se como exploratório, que de acordo com Gil (2010), objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, o qual geralmente envolve levantamento bibliográfico. Busca explicações de determinado fenômeno sobre suas causas e consequências (RICHARDSON, 1999).

Quanto à natureza da pesquisa é teórica e prática uma vez que se ajusta a estudos conceituais, modelos, teorias e estuda e investiga o objeto com profundidade.

Em relação à lógica do estudo, tem-se uma pesquisa dedutiva, visto que o seu propósito é o de explicar o conteúdo das premissas, sendo que o pensamento dedutivo ocorre quando, a partir de enunciados gerais dispostos ordenadamente como premissas de um raciocínio, chega a uma conclusão particular ou menos geral (RUIZ, 2014).

Trata de um processo de análise e informações que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter uma conclusão a respeito de um determinado assunto (GIL, 2010).

Quanto à coleta de dados, além de dados secundários como teorias pesquisadas em livros, artigos, revistas científicas e estudos já realizados, se deu

também, por meio de dados primários, onde a busca exploratória, ocorreu por meio de questionário com perguntas fechadas.

As fontes primárias são consideradas materiais inéditos e originais adquiridas pelo próprio autor da pesquisa, as quais podem ser encontrados em arquivos públicos, particulares, anuários estatísticos, fotografias, e por entrevistas, entre outros. Enquanto a fonte secundária, se refere a documentos que discutem ou relacionam informações já apresentadas em outros lugares envolvendo análises, sínteses, discussões e interpretações da informação original, ou seja, é o resultado das discussões realizadas no material da fonte primária (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Referente ao tipo de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Qualitativa porquê de acordo Marconi e Lakatos (2019) esse tipo de pesquisa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade dos comportamentos fornecendo uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências, ou seja, as pesquisas de cunho qualitativo trabalham os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

No que tange aos resultados trata-se de um estudo aplicado. O estudo aplicado é um método científico peculiar que abrange a aplicação prática de uma ciência, o qual se utiliza de teorias, conhecimentos, métodos e técnicas para um propósito específico (GIL, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como um estudo de caso e bibliográfico que segundo Yin (2015) investiga um fenômeno considerando seu contexto, ou seja, realiza uma análise sob a conjuntura real, objetivando fornecer uma análise do contexto e processos que iluminam as questões teóricas que estão sendo estudadas, sendo dessa forma, uma atividade heterogênea.

O estudo de caso foi realizado com gestores de alguns escritórios da cidade de Capivari de Baixo no Estado de SC, com o intuito de responder ao questionamento inicial deste trabalho, perguntando como eles lidam com o código de ética, se são assíduos nas suas decisões, sua realidade na empresa, e a forma como ela é direcionada para posterior discussão dos resultados mantendo-se dentro da ética do trabalho que lhes compete como contadores. A técnica utilizada, foi a utilização de instrumento "questionário" com perguntas fechadas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de fontes secundárias (livros, estudos já elaborados e rede mundial de internet) sobre os assuntos que dizem respeito ao tema.

Depois foi realizado a escolha e um fichamento das teorias a discorridas e citadas no estudo. Posteriormente, foi enviado o questionário para os gestores dos escritórios de contabilidade para coleta de informações e documentos pertinentes ao tema, para a montagem de estudo de caso.

Por fim, realizou-se a análise dos dados obtidos e comparação das teorias apresentadas com a prática utilizada na organização, para obtenção de dados, com vistas na contemplação do objetivo geral e dos objetivos específicos do estudo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se neste tópico a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada ao caso.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Mesmo que alguns escritórios de contabilidade de Capivari de Baixo, tenham sido o objeto foco para contemplar o objetivo proposto por este estudo, onde aplicou-se um questionário de perguntas fechadas, cita-se também como contribuição, a empresa onde foi realizado o estágio pela acadêmica autora deste trabalho, o qual enriqueceu e trouxe experiências e maior compreensão sobre a importância da contabilidade.

A Lomeq Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos LTDA, iniciou sua atividade em 21 de maio de 2008. Está localizada na Rua Antônio Luiz Bitencourt, nº 475, no Bairro Alvorada, no município de Capivari de Baixo, Sul de Santa Catarina.

A sócia responsável é Luisa Ribeiro e a empresa está sob o regime do Simples Nacional, sendo de pequeno porte. Sua atividade econômica principal é o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador.

Tem como a atividade econômica secundária, o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; locação de automóveis sem condutor; comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, e possui Natureza Jurídica de Sociedade Empresária Limitada.

Durante o estágio teve-se acesso as seguintes informações: a empresa pertence a um grupo econômico onde as demais empresas pertencem à mesma família. Seu início se deu através da necessidade de tornar o grupo mais completo, por serem todos do mesmo ramo, a comercialização e venda de equipamentos para torres de transmissão.

Segundo o diretor da empresa, atualmente, em todo o Brasil, a Lomeq loca seus equipamentos e presta seus serviços para diversas empresas, tendo clientes fixos, mas sempre buscando novos locadores através de viagens feitas pelo administrador e gerente para as regiões onde possui demanda de seus serviços.

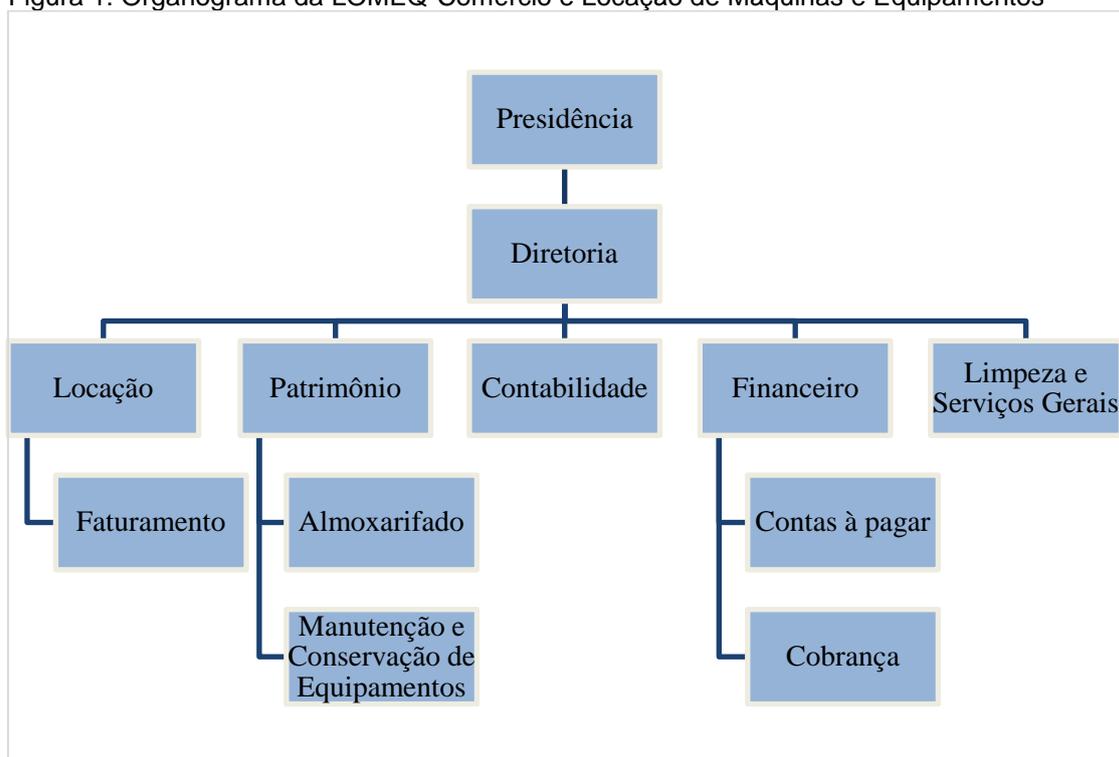
A concorrência vem através de empresas que possuem o mesmo maquinário e os disponibilizam para locação. Atualmente, a contabilidade é realizada pelo Diretor Administrativo, juntamente com sua auxiliar contábil e os lançamentos contábeis e fiscais são realizados através de sistemas próprios da área.

4.1.1 Organograma da empresa

Para que a empresa possa realizar suas atividades de maneira adequada sua estrutura organizacional deve ser bem elaborada.

Neste sentido, torna-se importante levantar a questão de subordinação e funções existentes na empresa. Obteve-se, portanto, a informação que o organograma da empresa no que se refere ao quadro de pessoal, está designado conforme a figura 1.

Figura 1: Organograma da LOMEQ-Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos



Fonte: Lomeq (2021).

Cada setor apresentado no cronograma possui funções específicas de acordo com as determinações da empresa, onde os profissionais desempenham suas atividades conforme delegação das atribuições definidas pela presidência e diretoria da Lomeq, buscando contemplar todas as atividades diárias necessárias e prioritárias.

Cabe salientar que o estágio foi realizado na empresa Lomeq em virtude da contribuição dada ao se estagiar em uma empresa, onde a contabilidade é realizada pelo próprio Diretor Administrativo e pelo auxiliar contábil, o que oportuniza maiores conhecimentos sobre como a contabilidade interna acontece, mediante a pesquisa realizada em escritórios prestadores de serviços contábeis no município de Capivari de Baixo, sendo possível realizar de maneira informal um comparativo sobre a contabilidade interna e externa para enriquecer o estudo.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da análise e discussão dos resultados a partir do cumprimento dos objetivos específicos propostos no estudo.

4.2.1 A importância da ética profissional para os profissionais da contabilidade

O primeiro objetivo específico é demonstrar a importância da ética profissional para os profissionais da contabilidade. Assim, tem-se como resposta que a retidão, o profissionalismo e uma boa imagem do profissional, com certeza mantém e atrai novos clientes.

Esse tipo de postura, cria uma boa reputação perante a concorrência, e aumenta a confiança dos clientes, que poderão compartilhar informações positivas do profissional e do escritório contábil.

A ética na área do conhecimento surgiu pela necessidade de se estabelecer a boa convivência do ser humano em sociedade, buscando estudar a conduta das pessoas, e investigar seus comportamentos propondo o bem-estar e a segurança de todos, onde as leis determinaram e limitaram os comportamentos negativos do ser humano.

No mundo dos negócios, para todos os tipos de profissionais, assim como para os profissionais da contabilidade a postura e conduta ética moral no convívio social é de fundamental importância, pois através das mesmas pode-se avaliar as normas seguidas e a forma como o profissional atua em sociedade, para conviver de forma pacífica, respeitosa e coerente.

O profissional da área de contabilidade deve seguir e respeitar Código de Ética Profissional do Contador, o qual dispõe de um conjunto de normas, prevendo até mesmo a suspensão do direito de exercer a profissão em caso de conduta inadequada.

Neste sentido, verificou-se durante o estudo, que o referido código determina obrigações e direitos dos profissionais, servindo como guia de ação moral possibilitando que a profissão de contador atinja seu propósito de cumprir as regras da sociedade, servindo com lealdade e diligência o respeito a ela mesma.

A importância da ética para os profissionais da contabilidade, além de uma atitude de respeito aos clientes, baseia-se ainda, na preservação da sua imagem profissional, sobretudo, ao adotar normas profissionais de conduta, contribuindo com para o desenvolvimento dos saberes da profissão para a sociedade.

Por se tratar de um elemento capaz de nortear os profissionais, pode-se compreender que a ética exige um comportamento pautado no respeito a legislação

e aos clientes. Esse tipo de conduta é bastante valorizado na contabilidade e gera contribuição para o sucesso no setor.

A contabilidade é um tipo de profissão que demanda um alto nível de confiança do profissional, onde os clientes, empresas e a sociedade de maneira geral, valorizam, sobretudo, uma postura responsável e comprometida com as leis, indo além do estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador - CEPC.

A partir de uma conduta ética, tanto do profissional quanto da equipe de um escritório contábil, a profissão de contador pode cada vez mais conquistar benefícios e reconhecimento, uma vez que o mercado, tem valorizado os profissionais e os escritórios que se destacam em seus posicionamentos íntegro, coerente, responsável e verdadeiro. Além de atrair novos clientes e criar uma boa reputação diante da concorrência uma boa imagem, aumenta a confiança dos clientes, que poderão compartilhar informações positivas sobre o negócio.

4.2.2 Infrações e penalidades previstas no Código de Ética Contábil

O segundo objetivo específico do estudo é verificar as infrações e penalidades previstas no Código de Ética Contábil, onde foi possível constatar que o Código de Ética Profissional do Contabilista foi criado em 1970, alterado em 1996, e reformulado em 2010, passou a se chamar Código de Ética Profissional do Contador - CEPC, trata de um conjunto de normas que devem ser observadas pelos contadores. O atual código de ética prevê, situações de conduta inadequada que abrange a suspensão do direito de exercer a profissão, além de s obrigações e direitos dos profissionais, determinados no art. 29 do mesmo.

Trata de um guia de ação moral para que contador de cumpria as regras estabelecidas. O CEPC objetiva fixar a conduta através dor princípios éticos, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC tendo como base a conduta ética, possibilitando a capacitação deste profissional para que sempre adote atitudes que primem pelos princípios éticos.

No que tange as infrações e penalidades previstas no Código de Ética Contábil, a referida classe, pode sofrer penalidades em não exercer a profissão c=conforme disposto nas "Penalidades", art. 19 onde "a transgressão de preceito desta norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a

aplicação de uma das seguintes penalidades: (a) advertência reservada; (b) censura reservada; ou (c) censura pública.

No art. 20 na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes: (a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; (b) ausência de punição ética anterior; (c) prestação de serviços relevantes à Contabilidade; e (d) aplicação de salvaguardas.

A aplicação das sanções éticas, de acordo com o art. 21, podem ser consideradas como agravantes: (a) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador; (b) punição ética anterior transitada em julgado; e (c) gravidade da infração. O contador pode requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

Além disso, o inciso I do art. 3º do CEPC proíbe: propagandas que desmereça os trabalhos dos colegas da classe de maneira geral, assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe; auferir qualquer provento do exercício profissional sem ser exclusivo de sua prática lícita; assinar documentos ou peças contábeis de outrem sem sua supervisão e fiscalização, além de manter Organização Contábil sem autorização da legislação e possuir empresa contábil sem inscrição nos órgãos competentes.

Ainda é proibido ao contabilista, de acordo com o art. 47, valer-se de serviços com participação nos honorários; concorrer para ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la no exercício da profissão (crime ou contravenção); solicitar ou receber de clientes vantagens para aplicação ilícita; prejudicar o interesse que lhe foi confiado; recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem confiadas; reter, abusivamente de documentos confiados à sua guarda.

Por fim, o contabilista não pode aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei e Princípios e Normas da Contabilidade e ligar o seu nome a empresas ilícitas; expor e revelar negociações e emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo em publicação que mencione trabalhos realizados ou, salvo quando autorizado expressas no art. 27, 28, 29 30 e 31.

A partir das alterações ocorridas, em 01 de junho de 2019, entrou em vigor o CFC buscando acompanhar as mudanças mundiais e atender as necessidades dos contadores, onde destaca-se à obrigatoriedade de informar o nome, registro e a

categoria do profissional contador e os trabalhos de contabilidade exercidos, para identificar se é contador ou técnico em contabilidade, a ser contados nas placas de identificação dos escritórios, cartões de visitas e propagandas.

Ademais, o contrato de trabalho se torna obrigatório e deve especificar tudo que será realizado, como obrigações, os deveres e os prazos de entrega e recebimento de cada um dos serviços às mencionando no contrato de forma explícita, abrangendo a publicidade e suas proibições, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação depreciem o colega ou a classe contábil.

Quando tais normas e regras não forem cumpridas, são consideradas infrações, onde o seu violador fica passível de penalidades previstas na ordem jurídica profissional, ao executar as infrações descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Infrações previstas na ordem jurídica profissional da contabilidade

Transgressão do código de ética da contabilidade	Do direito as penalidades
Exercer a profissão sem o devido registro do conselho	<p>A transgressão de preceito das Normas do Código de ética da contabilidade ocorrem de acordo com a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:</p> <p>(a) advertência reservada; (b) censura reservada; ou (c) censura pública.</p> <p>20. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes:</p> <p>(a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; (b) ausência de punição ética anterior; (c) prestação de serviços relevantes à Contabilidade; e (d) aplicação de salvaguardas.</p> <p>21. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes:</p> <p>(a) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador; (b) punição ética anterior transitada em julgado; e (c) gravidade da infração.</p> <p>22. O contador pode requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.</p>
Deixar de comunicar ao conselho uma mudança de endereço	
Transgressão dos princípios da contabilidade	
Conduta inadequada no exercício da profissão	
Incidir em erros constantes, o que evidenciar incapacidade técnica	
Reter ou extraviar documentos que foram confiados ao profissional	
Prática de crime ou contravenção no exercício profissional	
Incorrer em fraudes às rendas públicas	
Criação de peças de contabilidade com audiência de lastro em documentação idônea e hábil	
Emissão de peças de contabilidade com valor que divergem dos constantes da escrituração da área	
Não apresentação da comprovação de contratação de serviços profissionais, quando exigido	

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2019).

Ao infringir as normas e regras citadas, as penalidades previstas no Código de Ética Contábil abrangem punições mostra o quadro 1.

4.2.3 Principais normas ou recomendações atribuídas pelo código de ética contábil

Como terceiro objetivo específico tem-se: elaborar um *checklist* com as principais recomendações atribuídas pelo código de ética contábil.

Assim, considerando que o profissional contábil deve ter um comportamento ético inquestionável, a partir do sigilo, conduta pessoal, dignidade, honra, competência e serenidade para proporcionar ao usuário informações com segurança e confiabilidade, como resposta tem-se como base no próprio CEPC, os seguintes atributos e indicações, apresenta-se algumas sugestões na atuação do profissional contábil, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Sugestões na atuação do profissional contábil

Exercer sua profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais
Recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida
Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade
Informar a quem de direito, obrigatoriamente, fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho
Aplicar as salvaguardas previstas pela profissão, pela legislação, por regulamento ou por organização empregadora toda vez que identificar ou for alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, observando, tomar medidas razoáveis para evitar ou minimizar conflito de interesses e quando não puder eliminar ou minimizar a nível aceitável o conflito de interesses, adotar medidas de modo a não perder a independência profissional
Abster-se de expressar argumentos ou dar conhecimento de sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu trabalho no âmbito técnico e limitando-se ao seu alcance
Abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional
Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, abstendo-se de emitir qualquer opinião em trabalho de outro contador, sem que tenha sido contratado para tal;
Comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo;
Despender os esforços necessários e se munir de documentos e informações para inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
Enunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato
Quando substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de contribuir para o bom desempenho das funções a serem exercidas
Manifestar, imediatamente, em qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão
Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja defendendo remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico
Cumprir os Programas de Educação Profissional Continuada de acordo com o estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Comunicar imediatamente ao CRC a mudança de seu domicílio ou endereço, inclusive eletrônico, e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como informar a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional;
Atender à fiscalização do exercício profissional e disponibilizar papéis de trabalho, relatórios e outros documentos solicitados
Informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2019).

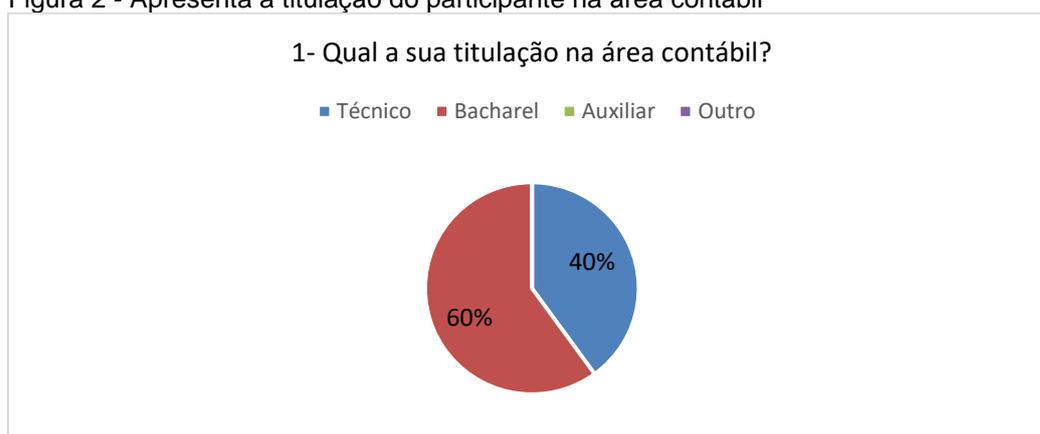
O Quadro 2 apresenta sugestões por meio de um *checklist*, como as principais recomendações atribuídas pelo código de ética contábil, para que o contador, adote uma postura ética e responsável ao atuar.

4.2.4 Analisar os impactos do CEPC à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC

Por fim, para contemplar, o ponto principal do objetivo geral da pesquisa que trata de analisar à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC, fez-se a elaboração e aplicação de um questionário com perguntas fechadas com cinco gestores de alguns escritórios da cidade de Capivari de Baixo no Estado de SC.

As perguntas elaboradas no questionário, abrangem questionamentos sobre como eles lidam com o código de ética, se são assíduos nas suas decisões, sua realidade na empresa, e a forma como ela é direcionada, mantendo-se dentro da ética do trabalho que lhes compete como contadores, conforme se apresenta nos quadros que seguem.

Figura 2 - Apresenta a titulação do participante na área contábil

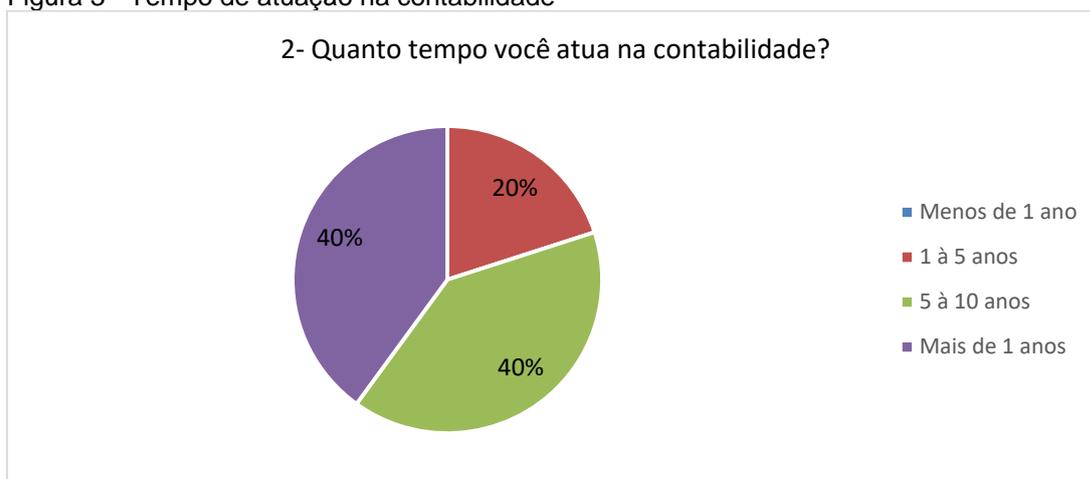


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Aos se observar os resultados, verificou-se que 40% dos respondentes tem formação técnica e 60% possuem titulação de Bacharel (Figura 2).

A segunda pergunta trata da do tempo de atuação do respondente na contabilidade, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 - Tempo de atuação na contabilidade

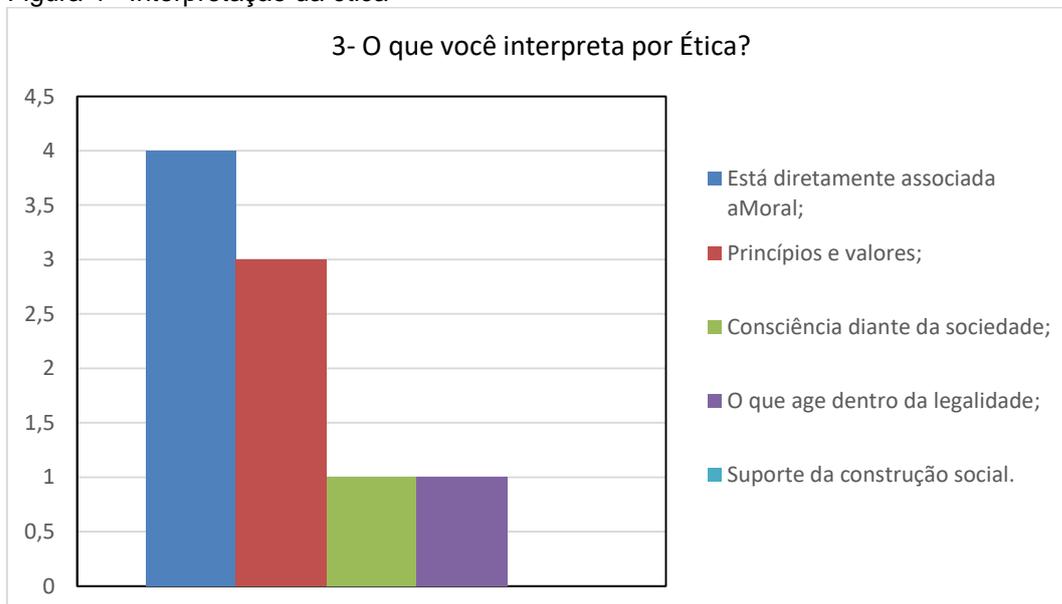


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A figura 3 aponta que 40% dos respondentes atuam na contabilidade há mais de um ano e de 5 a 10 anos e 20% de 1 a 5 anos.

Quanto a pergunta que solicita a forma como o participante interpreta por ética o quadro apresenta-se os resultados na figura 4.

Figura 4 - Interpretação da ética

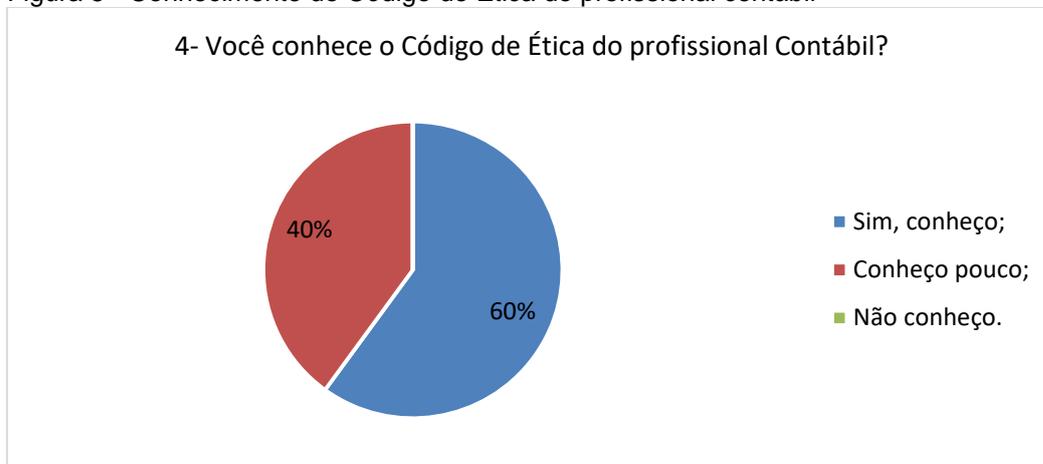


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que as respostas da figura 4, a qual era possível marcar mais de uma alternativa, apontam que houveram quatro marcações onde diz que a ética está diretamente associada a moral, três marcações sobre os princípios e valores e uma marcação para o que age dentro da legalidade e também a consciência diante da sociedade.

Sobre a questão de vendas mostra-se os resultados na figura 5.

Figura 5 - Conhecimento do Código de Ética do profissional contábil

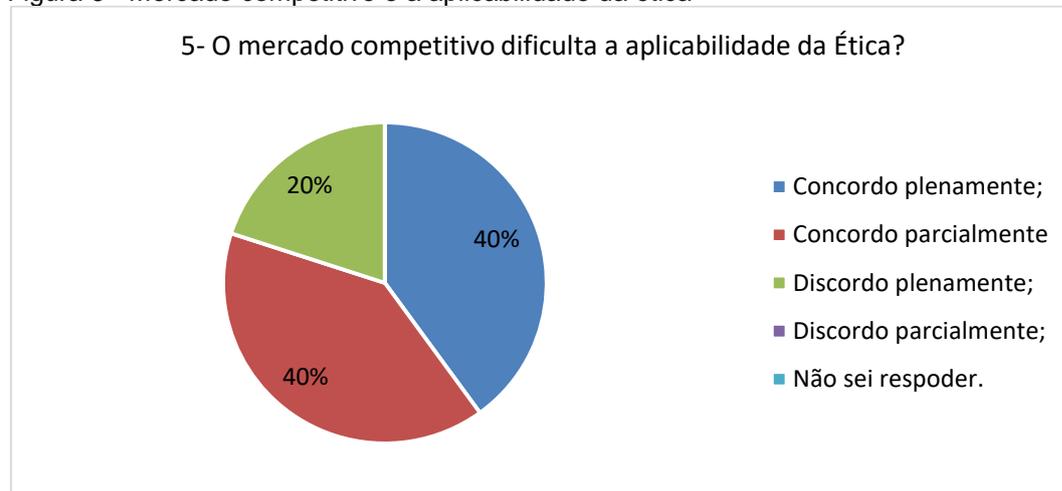


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A figura 5 aponta que 60% disseram conhecer o CEPC e 40% pouco conhecem.

No que se mercado competitivo dificulta a aplicabilidade da ética refere a figura 6 apresenta os resultados.

Figura 6 - Mercado competitivo e a aplicabilidade da ética

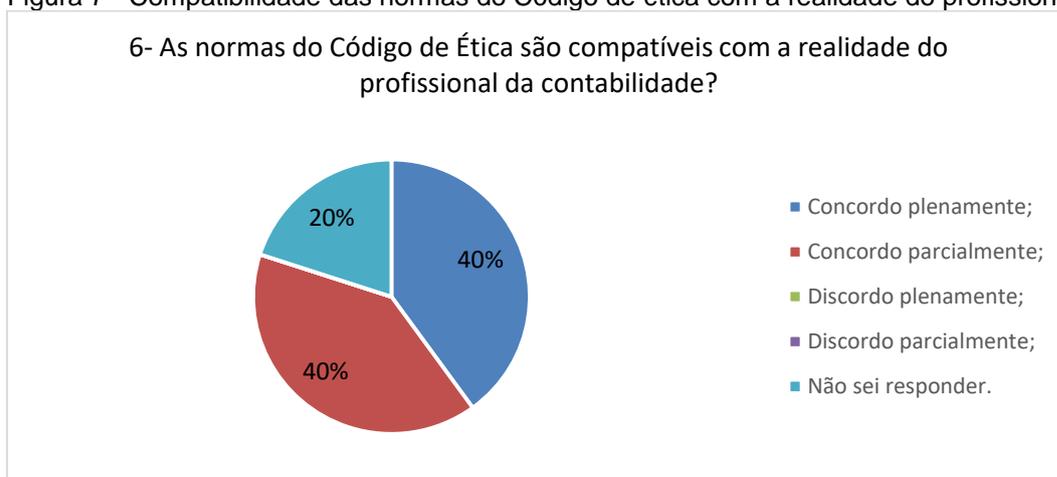


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A figura 6 mostrou que 80% dos respondentes concordam plenamente e parcialmente, enquanto 20% discordam plenamente.

Dando sequência na pesquisa, a figura 7 apresenta os resultados sobre a pergunta se as normas do Código de ética são compatíveis com a realidade do profissional contábil.

Figura 7 - Compatibilidade das normas do Código de ética com a realidade do profissional contábil



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que o resultado mostrou que 80% dos respondentes concordam plenamente e concordam parcialmente e 20% não souberam responder.

A figura 8 apresenta o questionamento sobre a visão do respondente em relação a como o CEPC contribui no dia a dia do profissional contábil.

Figura 8 - Visão do respondente sobre a contribuição do CEPC para o profissional contábil

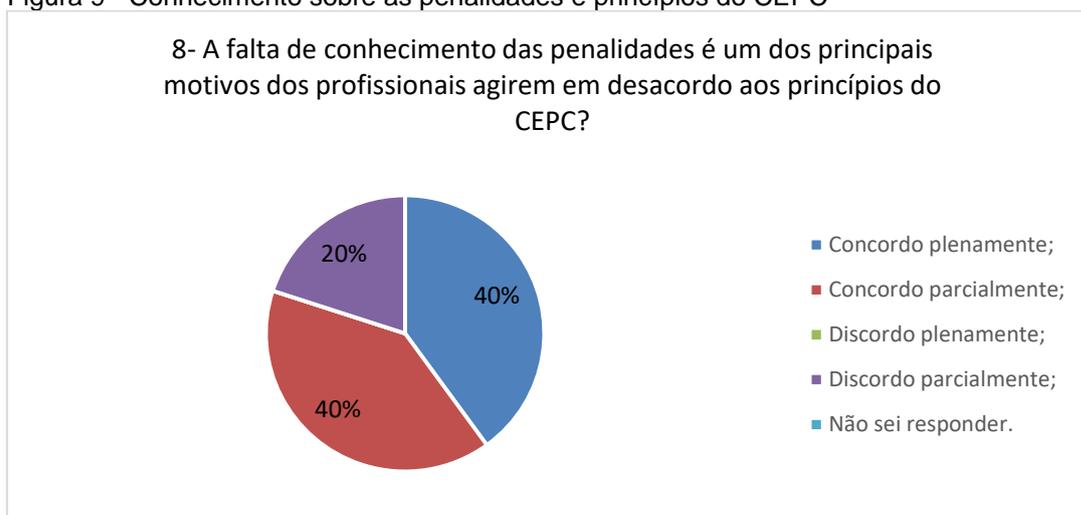


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao se verificar os resultados, a figura 8, na qual também possibilita múltiplas marcações, mostra que três respondentes entendem que poderia ter mais clareza em algumas situações e dois que não está de acordo com a realidade do cotidiano dos profissionais.

Na sequência apresenta-se, a figura 9 mostrando a questão relacionada a falta de conhecimento das penalidades.

Figura 9 - Conhecimento sobre as penalidades e princípios do CEPC

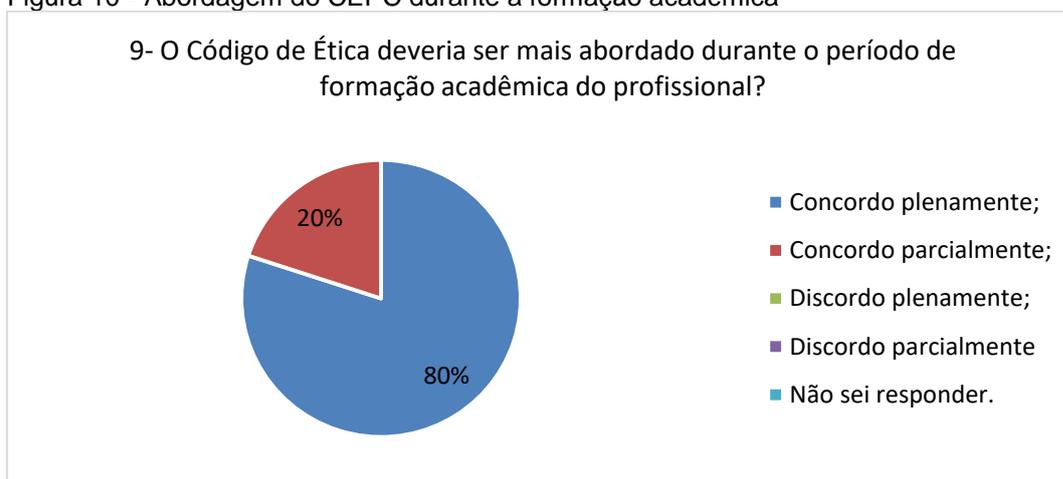


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A figura 9 mostrou que 40% dos respondentes disse que concordam plenamente e 40% concordam parcialmente, enquanto 20% disseram discordar parcialmente.

A figura 10 mostra os resultados sobre a pergunta realizada sobre se o Código de ética deveria ser mais abordado durante o período de formação acadêmica do profissional.

Figura 10 - Abordagem do CEPC durante a formação acadêmica

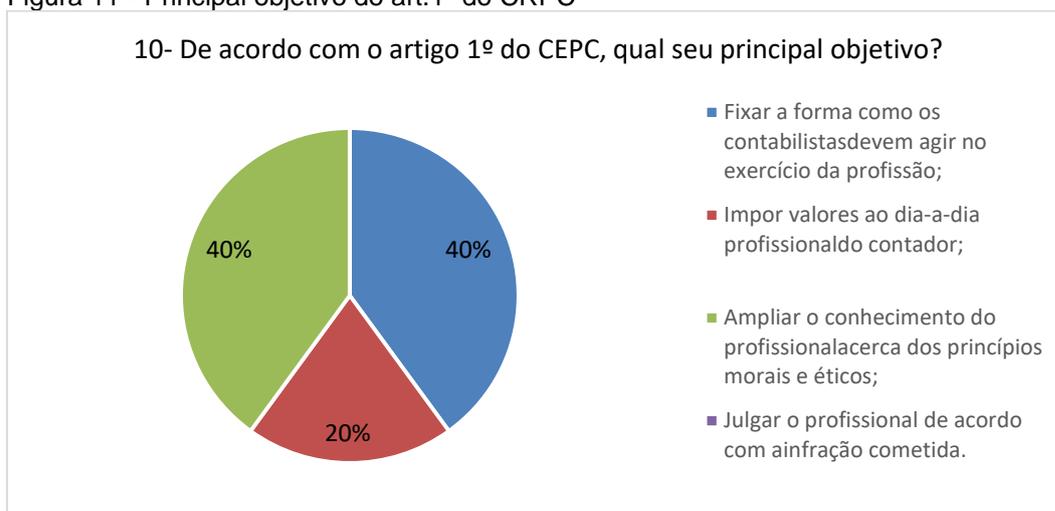


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A figura 10 mostra que 80% dos profissionais respondentes disseram que concordam plenamente e 20% concordam parcialmente.

Sobre a questão, de acordo com o art. 1º do CEPC qual é o objetivo da mesma, os respondentes apontam opiniões expostas na figura 11.

Figura 11 - Principal objetivo do art.1º do CRPC

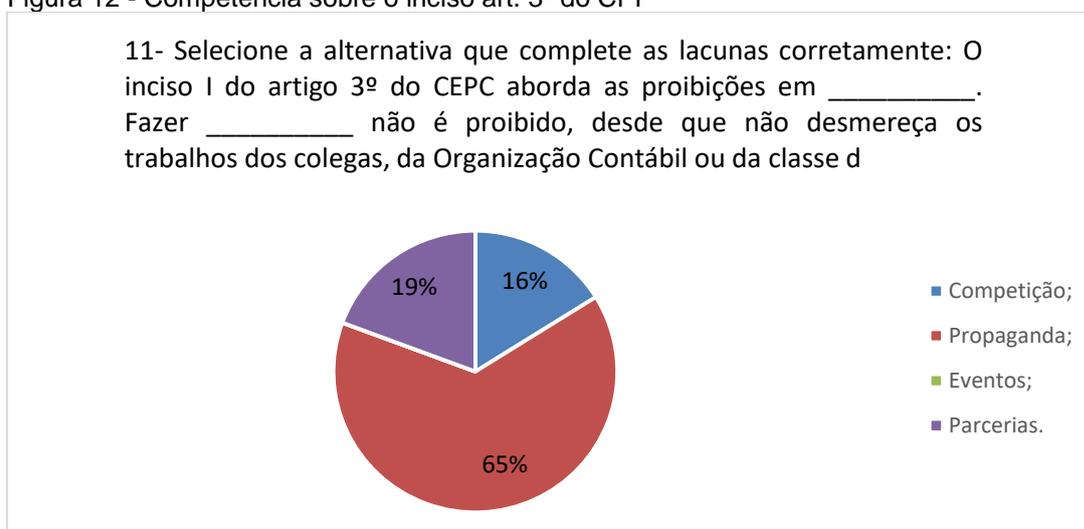


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No quesito em questão apontado na figura 11, 80 % apontam que fixar a forma como os contabilistas devem agir no exercício da profissão, e ampliar o conhecimento do profissional acerca dos princípios morais e éticos e 20% opinou sobre impor valores ao dia a dia do profissional contador.

A figura 12 mostra a alternativa escolhida pelos respondentes que no que compete as lacunas expostas.

Figura 12 - Competência sobre o inciso art. 3º do CPF

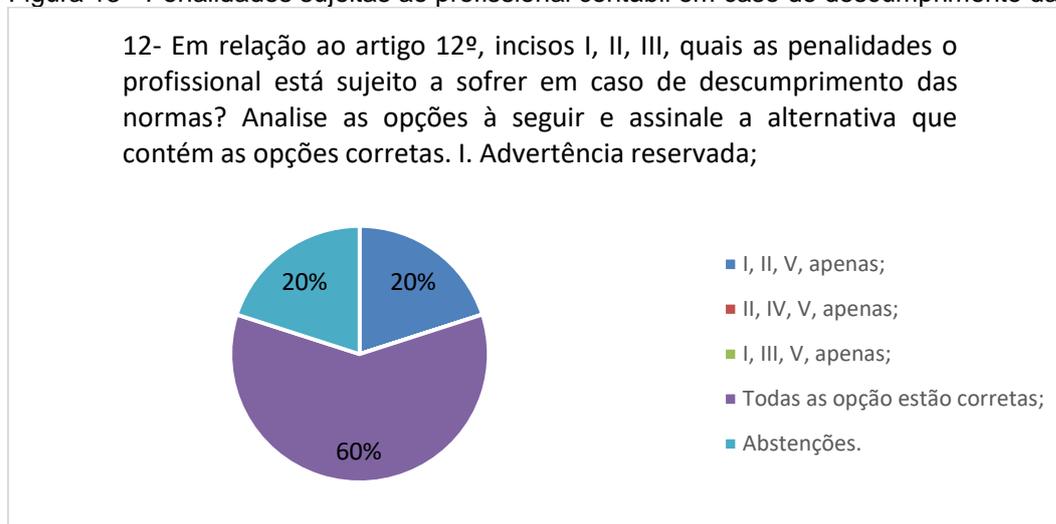


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação as lacunas expostas na figura 12, 65% dos respondentes optaram pela resposta propaganda, 19% por parceria e 16% por competição.

A figura 13, abrange questões relacionadas ao artigo 12º, incisos I, II, III, referente as penalidades que o profissional contábil está sujeito a sofrer em caso de descumprimento das normas estabelecidas.

Figura 13 - Penalidades sujeitas ao profissional contábil em caso de descumprimento das normas

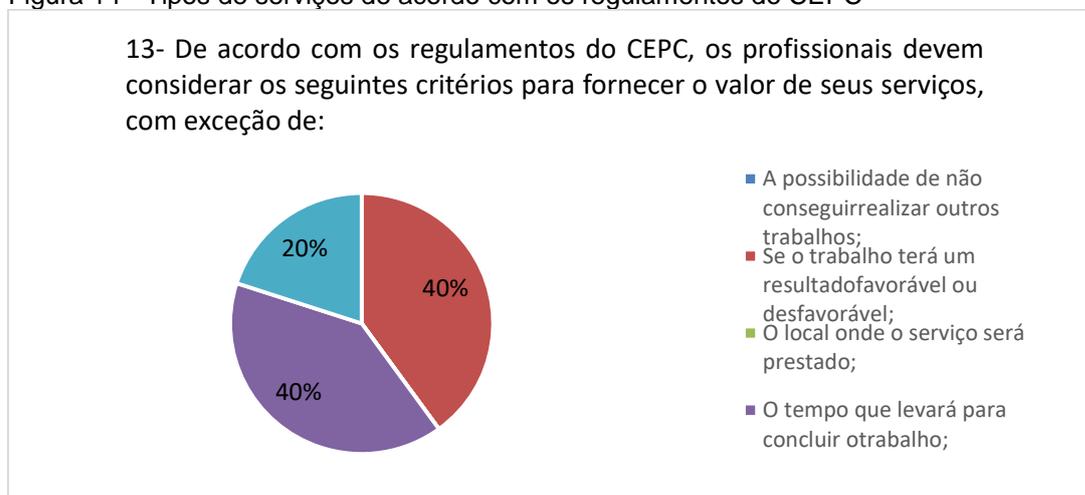


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os resultados apresentados na figura 13 mostraram que 60% dos respondentes apontaram que entenderam que todas opções estão corretas 20% apenas as I, II e V, e 20% foram abstenções.

Por último apresenta-se a figura 14, onde o questionamento se deu acerca: de acordo com os regulamentos do CEPC, os profissionais devem considerar quais tipos de serviços com exceção dos dispostos no questionário.

Figura 14 - Tipos de serviços de acordo com os regulamentos do CEPC



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Verifica-se que entre as opções oferecidas os participantes da pesquisa disseram que 40% se o serviço será um resultado favorável ou desfavorável, 40% O tempo que levará para concluir o trabalho e 20% a possibilidade de não conseguir realizar outros trabalhos.

Ao se analisar os resultados da pesquisa e para contemplar o objetivo de apresentar os principais impactos do CEPC nas atividades dos prestadores de serviços dos escritórios de contabilidade da cidade de Capivari de Baixo no Estado de SC, observa-se os respondentes em sua maioria entendem que ética que está diretamente ligada a moral, e aos princípios e valores.

Sobre a visão do respondente em relação de que forma o CEPC contribui no dia a dia do profissional contábil, a maioria entende que poderia ter mais clareza em algumas situações seguidas pelos que acham que o CPCE não está de acordo com a realidade do cotidiano dos profissionais.

No que diz respeito, falta de conhecimento das penalidades 80% dos respondentes disseram que concordam plenamente e concordam parcialmente, enquanto 20% disseram discordar parcialmente. Mostrando que a maioria acredita que a falta de conhecimento, pode gerar situações negativas para a atuação dos escritórios de contabilidade e profissionais.

Quanto a pergunta se o Código de ética deveria ser mais abordado durante o período de formação acadêmica do profissional, 80% dos profissionais concordam plenamente e 20% concordam parcialmente. Tal resultado aponta a necessidade da disseminação e enfoque do Código durante a Cursos de Ciências Contábeis.

Sobre a questão, de acordo com o art. 1º do CEPC em relação ao objetivo da contabilidade, os respondentes apontam opinião em sua maioria de que fixar a forma como os contabilistas devem agir no exercício da profissão, e ampliar o conhecimento do profissional acerca dos princípios morais e éticos, impondo valores no dia no dia do profissional contador, seria uma boa opção para resolver conflitos e divergências sobre o verdadeiro objetivo da contabilidade.

No que tange as penalidades que o profissional contábil está sujeito a sofrer em caso de descumprimento das normas estabelecidas, 60% dos respondentes apontaram que entenderam que todas opções estão corretas e apenas 20% as I, II e V.

Acerca dos regulamentos do CEPC, os profissionais consideram os serviços com exceção dos dispostos no questionário, 40% apontou que o serviço será um

resultado favorável ou desfavorável, 40% disse que depende onde o serviço será prestado e 20% a possibilidade de não conseguir realizar outros trabalhos.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

Na atualidade, o mercado de trabalho vem se mostrando cada vez mais exigente no que tange aos serviços, produtos, produção, controle e qualidade. Neste sentido, para que as empresas de forma geral, e no caso em questão; os escritórios de contabilidade, se tornem competitivos e operantes, a procura de profissionais capacitados e que atuem com ética, mostra-se como algo de grande importância, quando da escolha dos mesmos.

Compreende-se que a contabilidade, por atuar com informações, muitas vezes consideradas pelos gestores de empresas como sigilosas, necessita de profissionais que atuem e que sigam uma conduta ética, tanto do profissional como elemento único, quanto da equipe de um escritório contábil, conquistando cada vez mais o reconhecimento na área.

Os usuários da contabilidade costumam valorizar profissionais e escritórios que executam seus trabalhos de maneira ética, íntegra, coerente, responsável e transparente, pois além, de atrair novos clientes e criar uma boa reputação diante da concorrência, aumenta a confiança dos clientes, que poderão compartilhar informações positivas sobre o profissional.

Ao se verificar a importância da ética na profissão contábil em relação aos principais impactos trazidos pelo código de ética contábil, entende-se que o Código de Ética Profissional do Contador - CEPC, primeiramente deve ser respeitado, pois como um conjunto de normas e regras que prevê situações de conduta inadequada, obrigações e direitos trata de um guia de ação moral, e seus impactos servem para aprimorar e elevar ainda mais a profissão, que além de zelar o bom nome dos profissionais, evita ônus às sanções da lei.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética é considerada um elemento fundamental em todas as profissões, no entanto, na profissão contábil, os principais aspectos que fazem com que os

contadores sejam reconhecidos, partem de atitudes honestas, sigilosas, claras e éticas e das informações financeiras do cliente.

Na profissão contábil, os profissionais devem restringir-se a ganhos ou vantagens pessoais usando informações confidenciais, pois mesmo havendo possibilidades do cometimento de erros, falhas, e de divergências de opinião sobre a aplicabilidade das leis contábeis, os contadores cumprir as normas e leis pertinentes evitando infrações que impliquem em punições.

Nesse sentido, a partir da pesquisa realizada foi possível verificar, que a ética na contabilidade é vista como algo de grande importância, uma vez que os clientes buscam profissionais comprometidos em relação ao tipo de serviço contábil, já que necessitam de descrição e eficácia.

O estudo teve como objetivo geral analisar os principais impactos do CEPC à luz dos gestores contábeis na execução das atividades dos escritórios de contabilidade do município de Capivari de Baixo - SC.

Neste sentido, verificou-se que os resultados obtidos revelaram que a maioria dos respondentes não tem total conhecimento do mesmo, o que solicita uma maior atenção do meio acadêmico e sociedade durante a formação deste profissional, dando maior ênfase a esse documento de grande importância.

Sobre a importância da ética profissional para os profissionais da contabilidade, a mesma é percebida com seriedade, onde em sua maioria entende que deve ser praticada em todos os momentos da atividade.

Referente as infrações e penalidades previstas no Código de Ética Contábil, alguns profissionais entendem que trata de um regramento bastante duro, mas se faz necessário, pois a profissão precisa ser exercida com transparência e profissionalismo, e, principalmente com ética.

Por fim, sobre a criação de um *checklist* com os principais deveres atribuídos pelo código de ética contabilidade, o estudo apresentou sugestões as quais poderiam ser adotadas pelos profissionais, a fim de efetivar seus compromissos éticos com a profissão contábil e com a sociedade.

Compreende-se, portanto, que o estudo alcançou seus objetivos, pois demonstrou a necessidade de um comportamento íntegro dos profissionais, principalmente da área contábil. Logo, cria um alerta para as instituições de ensino sobre a necessidade de uma abordagem mais completa sobre o assunto na formação do profissional.

Dito isso, a sugestão de continuação do estudo seria uma pesquisa acerca da aplicação de conteúdo sobre a ética nas universidades, com a intenção de conscientizar sobre sua importância.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARRUDA, André. **Código de ética**: um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio, 2014.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BARROS, Maria Rosiane de Figueiredo. **A ética no exercício da profissão contábil**. 2010. Disponível em: http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/rosiane.pdf Acesso em: 5 mai. de 2021.

BOLZANI FILHO, Roberto. **Seis filósofos na sala de aula**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006.

BRASIL. CFC. **Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996** – Aprova o código de ética do profissional contabilista – CEPC. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/mesicic3_bra_codigo_etica.pdf Acesso em: 2 mai. de 2021.

BRASIL. CFC. **Norma brasileira de contabilidade**. NBC PG 01, de 07-02-2019. Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-1-2019.htm>. Acesso em: 2 mai. 2021.

FORTES, J. C. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2004.

COBRA, Marcos; URDAN, André Torres. **Marketing básico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. **Dilemas na construção de escalas tipo Likert**: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386> Acesso em: 6 mai. 2021.

FERREIRA, Dorothey Alves. **O papel da ética no exercício contábil**. 2013.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**: Lei número 6.404, de 15-12-1976/ Hilário Franco. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLÇALVES, Eugênio. **Contabilidade geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

KUBIAK, Vera Lúcia. **A importância da ética na valorização do profissional contábil**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1614>. Acesso em: 7 mai. 2021.

LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC Nº 1 DE 07.02.2019. **Código de ética profissional do contador**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-1-2019.htm>. Acesso em: 1 abr. 2021.

OLIVEIRA, Danielle. A imagem do contador no Brasil: um estudo sobre sua evolução histórica. **Revista de Controle e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 01, p. 107-126. jan. /jun.2007.

PORFÍRIO, Francisco. Ética. 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UyGamXTWgPEJ:https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-que-etica.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 27 out. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Consciência ética**. Curitiba: Juruá, 1998.

SCHIMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do pensamento contábil**. vol. 8. São Paulo: Atlas, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

WONSOVICZ, Silvio. **Aprendendo a viver juntos: investigando a ética**. 6. ed. Florianópolis: Sophos, 2001.

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DEPARTAMENTO PESSOAL NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE ARMAZÉM

William Fileti Pedro¹

Daniel Barbosa de ²

Joana D'Arc de Souza³

Resumo: Este artigo trata da importância do setor pessoal em um órgão público, visando sempre a legislação como bússola. O objetivo geral é demonstrar quais as principais características do departamento de pessoal na Prefeitura Municipal de Armazém. Para tanto, aborda-se: um breve histórico e conceitos, bem como a utilidade prática do departamento na rotina da prefeitura. É realizada uma breve abordagem sobre os assuntos considerados relevantes no Departamento de Pessoal, tais como recrutamento, seleção e treinamento de funcionários, conceitos e definições. Para atingir o objetivo geral da pesquisa foram delimitados os objetivos específicos: levantar, perante a literatura, características e regras do departamento de pessoal; identificar a rotina do departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Armazém; analisar as principais características que diferenciam o estatuto dos servidores públicos municipais de Armazém da CLT. A pesquisa é qualificada como uma pesquisa exploratória, de caráter teórica e prática, com abordagem qualitativa. Contudo, ao término do estudo de caso concluiu-se que as características do departamento pessoal da Prefeitura municipal de Armazém, norteiam-se a luz da legislação vigente e amparados pela legislação específica pacificada e pelo estatuto dos servidores.

Palavras-chave: Departamento de pessoal. Legislação. Estatuto dos servidores.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, vista como uma ciência social tem como objetivo oferecer as informações necessárias para que seus usuários possam analisar uma empresa em seus aspectos contábil, econômico, financeiro e físico, independente do seu segmento.

Sendo a ciência contábil extensa, a mesma foi dividida em quatro segmentos, chamados de departamento, cada departamento é ligado ao outro. São divididos em: Departamento Fiscal, Departamento Contábil, Departamento de Pessoal e Consultoria Empresarial (OLIVEIRA, 2010).

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

Os setores que são responsáveis pelas pessoas nas empresas, estão em muito mais evidência nos dias de hoje, e são parte integrante da estrutura organizacional da maioria das empresas. O Departamento de Pessoal dentro da empresa é o setor no qual são realizadas tarefas e atividades específicas, sendo elas os assuntos referentes aos funcionários, desde a sua contratação, até pagamento de salários.

Os textos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tratam o trabalhador como empregado, termo que é utilizado legalmente e judicialmente para quem trabalha com “carteira assinada”, isto é, quem possui registro em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e está submetido diretamente à CLT. Conforme traz o art. 3º da CLT, considera-se empregado, toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Contudo, há também empregados no setor público, podendo alguma prefeitura, autarquia ou empresa estatal, estar, através de lei específica, submetida à CLT e assim ter empregados públicos. Empregados do setor público submetidos às regras da CLT.

Já os termos, servidor público e agente público, tratam dos trabalhadores dos órgãos públicos. Sendo assim, servidor público é aquele admitido através de concurso público e submetido a um estatuto, e agente público se refere aos que possuem ligação com o órgão público, são prestadores de serviços públicos, como, por exemplo, os funcionários contratados temporariamente, que podem ter seu vínculo interrompido a qualquer momento. Eles não são efetivos como servidores, mas são agentes prestadores de serviço para o ente público.

A Lei Federal nº 8.112 de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece no artigo 2º que para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público e o artigo 7º fala que a investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Desta forma como pergunta de pesquisa temos: Quais são as principais características do departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Armazém?

A partir da pergunta de pesquisa, tem-se como objetivo geral demonstrar quais as principais características do departamento de pessoal na Prefeitura Municipal de Armazém.

Para cumprir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: levantar, perante a literatura, características e regras do departamento de pessoal; identificar a rotina do departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Armazém; analisar as principais características que diferenciam o estatuto dos servidores públicos municipais de Armazém da CLT.

O trabalho se releva, na medida em que busca alcançar o objetivo, e, contrasta a importância do resultado deste estudo, que ajuda o gestor da empresa a compreender que a importância desta ferramenta, objetiva uma melhor rigorosidade no encerramento e acompanhamento dos dados.

O atual cenário na legislação do trabalho tem muitas mudanças, e com a complexidade delas, a uma necessidade de acompanhamento, uma administração eficaz é indispensável para um bom desempenho, pois o departamento de pessoal é parte integrante da estrutura organizacional bem-sucedida de qualquer empresa. Dentro do departamento de pessoal são registradas informações da situação do empregado como admissão, salários, cálculo de folha, rescisões, entre outras. Como colaboração este estudo pretende esclarecer o funcionamento do departamento de pessoal na Prefeitura Municipal de Armazém.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Para a compreensão do tema citado, serão apresentados os principais procedimentos relevantes ao departamento de pessoal nas organizações.

2.1 UMA BREVE VISÃO HISTÓRICA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL

Segundo Fundação para o Desenvolvimento Profissional DEPARTAMENTO PESSOAL (IDEPAC) 2009, a expressão “Departamento de Pessoal” vem desde a época da escravidão, onde os senhores designavam pessoas (capitães), para cuidar dos escravos. Com o tempo, vieram as empresas, porém não existia legislação trabalhista, sendo assim os trabalhadores laboravam em regime de escravidão. Nessa época o chefe de pessoal, tinha como atribuição apenas controlar em uma espécie de ficha ou escrita de pessoal, o valor que o trabalhador tinha a receber desde sua admissão até o dia da sua saída, sendo assim a administração tinha apenas uma função contábil.

De acordo com Gutierrez (1995), a preocupação com a administração pessoal apareceu efetivamente em 1883 com um ato legal do governo dos Estados Unidos, que criou um serviço federal para o desenvolvimento da administração de pessoal no país, esse serviço tinha o objetivo de desenvolver a progressão dos funcionários com base no mérito, e estimular práticas progressivas de políticas de pessoal nos setores públicos. Diante disto, surgiram vários especialistas nas organizações privadas, voltados para as questões de recursos humanos como: agentes de emprego, secretarias de bem-estar, administradores de salários e pensões, especialistas em segurança, médicos do trabalho, especialistas em treinamento, dentre outros.

Por intermédio destes especialistas surgiu então a chamada Seção de Pessoal das organizações, que somou todas estas práticas e, e marcou o surgimento do chamado Departamento Pessoal (GUTIERREZ, 1995).

O aparecimento do Departamento de Pessoal ocorreu quando os empregados se tornaram fator de produção cujos custos deviam ser administrados tão racionalmente quantos os custos dos outros fatores de produção. A raiz do que viria a ser chamado posteriormente de administração de recursos humanos estaria na necessidade da grande corporação de gerenciar os funcionários como custos, o elemento diferenciador de competitividade na época. (FISCHER, 2002, p. 20).

No entanto, visto da necessidade da contabilidade junto aos departamentos da empresa, onde por meio da contabilidade se obtêm os registros dos quais são emitidos relatórios indispensáveis para as tomadas de decisões da empresa.

Atualmente, as empresas procuram desenvolver um diferencial frente aos concorrentes e para isso é necessário que seus empregados tenham competência, ou seja, possuam conhecimentos e habilidades para lidar com novos processos e sistemas (BOHLANDER; SNELL; SHERMAN, 2005).

2.1.1 Empregador

Nota-se que a denominação de empregador na atualidade está relacionada a patrão, proprietário da empresa onde ocorrem as atividades. O empregador pode ser uma pessoa física ou jurídica, na qual admite e assalaria outra pessoa física.

Conforme consta no artigo 2º da CLT:

Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços. § 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregadores. [...]

Diz ainda, o artigo 2º da CLT considera que toda empresa individual ou coletiva de uma atividade econômica, que admite, assalaria e dirige uma prestação pessoal de serviço, é ele o responsável por administrar a empresa, controlando o serviço de sua equipe, para melhor desempenho econômico da empresa.

Na visão de Martins (2005), o empregador também é chamado de patrão, empresário, dador do trabalho.

Entende-se então como empregador aquela atividade que vende bens ou serviços no mercado e remunera seus colaboradores pelo que lhes é prestado.

2.1.2 Empregado

Após definido a denominação de empregador se descreve agora as características do outro sujeito na relação de emprego, o empregado. Empregado é considerado toda pessoa física que presta serviço para outra pessoa física ou jurídica a fim de receber um salário em troca.

No artigo 3º da CLT define-se empregado toda a pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário, é toda pessoa física que, mediante pagamento de salário, preste qualquer tipo de serviço não eventual a determinada empresa, sob dependência deste. O empregado executa suas tarefas de acordo com as necessidades do empregador, respeitando suas regras.

Em resumo, segundo o art. 3º da CLT (BRASIL, 1943):

- a) o empregado é sempre pessoa física;
- b) há habitualidade na prestação de serviço;
- c) existe subordinação (cumprimento de ordens);
- d) há obrigatoriedade de pagamento de salários.

De acordo com a mesma legislação, em seu art. 2º, empregador é “a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica,

admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço” (BRASIL, 1943, não paginado).

Nascimento (2009), declara que empregado é a pessoa física que trabalha subordinadamente e de modo não eventual para outrem, de quem recebe salário.

“Empregado é toda pessoa física que presta serviços habitualmente ao empregador, sob dependência deste e mediante salário” (GONÇALVES, 2005, p. 69).

Diante das definições percebe-se que a definição de empregado está associada a quesitos como trabalho contínuo, onerosidade, subordinação e pessoalidade.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL

A CLT tem uma legislação específica aplicada ao departamento de pessoal, subdividida em quatro divisões sendo elas, a trabalhista, previdenciária, tributária e fiscal e administração pública (CLT, 2020). Ter legislações específicas sobre esse assunto mostra a importância desse setor para a sustentabilidade de uma empresa.

Rocha (2012, p.10) define a função das pessoas para desenvolverem e que fazem parte do departamento de pessoal.

Para desenvolver suas atividades a empresa precisa de pessoas, as quais constituem os seus recursos humanos. Elas são fundamentais para que a empresa possa atingir seus objetivos (resultados). Mas, para que isso aconteça, as pessoas que compõem a organização precisam ser eficientes. Quanto mais eficientes, melhores resultados serão alcançados pela empresa. De nada adianta dispor de ótimos recursos materiais (máquinas, equipamentos, dinheiro, etc.) e de excelentes recursos técnico administrativo (formulários, documentos, etc.), se ela não possuir recursos humanos capacitados e motivados a utilizá-los.

Esses profissionais são responsáveis por garantirem o alinhamento do capital humano com as políticas objetivas da empresa, e manter as questões estabelecidas por lei. Em síntese, mencionado pela Bruna Guimarães (2020), especializado em recrutamento e seleção, o departamento de pessoal bem estruturado é responsável por:

- Garantir o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária;
- Estabelecer uma rotina em que processos de admissão, demissão, benefícios, folha de pagamentos, relação com sindicatos, declarações

trabalhistas mensais, anuais e outros encargos sociais sejam devidamente controlados;

- Manter o pagamento de salários, transporte, férias, licença médica e 13º salário em dia;
- Organizar e controlar os horários dos colaboradores;
- Manter o arquivo que contém toda a documentação relacionada aos colaboradores da empresa devidamente atualizado e organizado;
- Garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;
- Assumir uma postura estratégica, mantendo uma constante busca por alternativas que promovam o capital humano da empresa como a peça fundamental para o seu sucesso (GUIMARÃES, 2020).

Segundo Oliveira (2010), o departamento de pessoal é parte integrante de praticamente todas as empresas, exceto as que são de porte muito pequeno; neste caso quem faz o trabalho e fica com a responsabilidade são os escritórios de contabilidade. Nos outros casos, o departamento de pessoal é imprescindível para funcionamento das funções administrativas da empresa, pois é a ponte para a administração e os colaboradores.

Por esses processos serem bastante burocráticos e obrigatórios, são configurados como uma rotina e não existem muitas variações nesse sentido. Os profissionais dessa área devem acompanhar atentamente essas atividades junto às atualizações legislativas, como a Reforma Trabalhista, por exemplo, já é um grande passo para que o departamento pessoal mantenha um ritmo de trabalho sadio (GUIMARÃES, 2020).

2.2.1 Função de departamento de pessoal

Todas as empresas precisam de pessoas para poder desenvolver suas atividades, essas pessoas, são muito importantes para que a empresa possa atingir seus objetivos. Uma empresa de sucesso não é formada apenas de ótimos recursos materiais (máquinas, equipamentos, dinheiro, etc.) e de excelentes recursos técnico-administrativos (formulários, documentos, etc.), se não possuir bons recursos humanos capacitados e motivados para utilizá-los.

O capital somente será bem aplicado quando for inteligente bem investido e administrado. Para tanto, administrar pessoas vem antes, durante e depois da administração do capital ou da administração de qualquer outro recurso empresarial, como máquinas, equipamentos, instalações, cliente etc. As empresas bem-sucedidas deram-se conta disso e voltaram-se para seus funcionários como os elementos alavancadores de resultados dentro da organização. (CHIAVENATO,2000, p2).

Segundo Rocha (2012), para isso, as empresas devem recrutar e selecionar pessoas com as características desejadas, desenvolver essas características e motivar os empregados por meio de incentivos.

Através do que se conhece nos setores públicos, como prefeituras, por exemplo, o Departamento Pessoal é um setor no qual é responsável por realizar tarefas, referente aos funcionários. As mais comuns seriam processos de recrutamento.

2.2.2 Relação entre o departamento de pessoal e a contabilidade

Inicialmente o Departamento Pessoal cuidava apenas da documentação pessoal dos empregados, sempre foi visto como um setor burocrático e operacional, composto por armários de arquivo cinza, lotado de documentos confidenciais e profissionais de funções que poucos empregados sabiam exatamente o que faziam, era para fazer a demissão e pronto. A partir dessa concepção vem a dificuldade que algumas empresas têm de enxergar valor no setor de RH, devido ao fato ainda a encararem como área de suporte e não como setor estratégico (OLIVEIRA, 2014).

E isso não acontece apenas em pequenas empresas, essa dificuldade de dar o devido valor ao potencial estratégico da área de departamento pessoal, há grandes empresas que também não dão espaço para que o DP haja de forma “independente” para propor soluções e melhorias, e acabam perdendo grandes chances de se destacar e conquistar maior fatia de mercado (JORNAL CONTÁBIL, 2019).

Para Moraes et al. (2018) as Rotinas Trabalhistas e contabilidade são formadas por um conjunto de fatores, busca além de relatar os processos de contabilização de uma empresa, transformar os dados em informações, mediante procedimentos próprios.

Para a área contábil da empresa é vantajoso receber o auxílio do DP, principalmente no que diz respeito às documentações relacionadas às folhas de

pagamento, recolhimento de [contribuições tributárias](#) e previdenciárias e, claro, durante a rescisão do contrato. Aliás, nesse aspecto, essa atuação em conjunto é muito favorável para a empresa. Durante a [admissão](#) e o desligamento de um funcionário, há inúmeros aspectos burocráticos a serem analisados. Descuidos podem representar multas e sérios problemas ao negócio e, portanto, é preciso receber todo o auxílio possível. Verifica-se então que o Departamento Pessoal e a Contabilidade precisam atuar lado a lado, já que uma relação saudável entre eles permite ao negócio uma atuação mais organizada e dentro da lei. A Contabilidade precisa trabalhar em conjunto com outras áreas, afinal não é fácil manter tudo em ordem dentro de uma empresa.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

O trabalho propôs-se a identificar: As principais características do Departamento Pessoal no Setor Público: Um estudo sobre o Município de Armazém. Adotou-se, portanto, neste capítulo constam o enquadramento metodológico e os procedimentos para coleta e análise dos dados do estudo.

O enquadramento metodológico qualifica a pesquisa quanto aos seus a natureza, abordagem, procedimentos e técnicas utilizadas no processo. Já os procedimentos para coleta e análise dos dados destaca de forma particularizada as etapas para a realização do trabalho

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Tem-se uma pesquisa exploratória, pois segundo Beuren (2003, p.80), a caracterização da pesquisa exploratória:

[...] ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Gil apud Beuren (2003, p.80): a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, esse tipo de

pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses.

Neste contexto, pode-se dizer que a pesquisa exploratória procura mostrar de forma mais clara conceitos poucos conhecidos sobre determinado tema. Por isso, a fundamentação teórica é de suma importância, pois através dela que se tem maior aprofundamento do tema abordado.

No que se refere à natureza de pesquisa, é um estudo teórico e prático. O aspecto teórico envolve as buscas de conceitos e teorias em revistas, livros, publicações online, e demais assuntos que tratam do tema. Em modo prático, o estudo investiga um único objeto de profundidade, no caso, o Departamento Pessoal.

Segundo Oliveira (1999, p. 119), "a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno".

Conforme a classificação proposta por Gil (2002, p.44-45), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Já, quanto aos fins, o método proposto será a pesquisa descritiva.

A pesquisa tem lógica dedutiva, envolvendo desde os conhecimentos gerais para um estudo específico, o setor de Departamento Pessoal.

A coleta de pesquisa se dá através de dados secundários, analisando informativos e dados existentes na empresa.

Quanto ao resultado da pesquisa, afirma-se como um estudo aplicado, que gera conhecimento e solução a pergunta de pesquisa: Quais são as principais características do Departamento de Pessoal no setor público?

Foram utilizados procedimentos técnicos bibliográficos nesta pesquisa, que, para Gil (2007), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

A estratégia da pesquisa define-se como um estudo de caso. De acordo com Yin (2005, p. 32), "um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos".

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados desta pesquisa são coletados e organizados no local de atividade da empresa, e posteriormente, são introduzidos nos escólios que serviram de coleta para este trabalho. O estudo do referencial teórico obteve-se de um levantamento bibliográfico perante a literatura contábil, entre eles contendo autores renomados e revistas referente ao departamento pessoal, para logo adotar os procedimentos e dados coletados de forma documental, e, sob entrevista informal.

Na pesquisa documental, foram coletados da Prefeitura Municipal de Armazém os dados de: Leis Municipais, CLT, Estatuto dos servidores, normas e procedimentos do setor de departamento de pessoal que são importantes para o bom desempenho do trabalho no respectivo setor. Na entrevista informal, foram recolhidas as informações de fatos particulares realizados no setor de departamento de pessoal, os quais seriam pertinentes no transcorrer do desenvolvimento do trabalho.

Os sujeitos da pesquisa envolvidos foram, funcionários do departamento de pessoal e do setor de contabilidade, que auxiliaram no levantamento de documentos e no desenvolvimento da entrevista informal relacionadas à pesquisa, visando conhecer a situação vigente no que tange ao Departamento de Pessoal.

Através dos meios de coleta de dados e do tratamento dos mesmos, foi realizado o estudo de caso no Departamento de Pessoal em setor público no município de Armazém, empresa escolhida para o estudo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta a caracterização do objeto de estudo, a análise e discussão dos resultados e a visão sistêmica aplicada ao caso, conforme identificado no objetivo deste trabalho.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

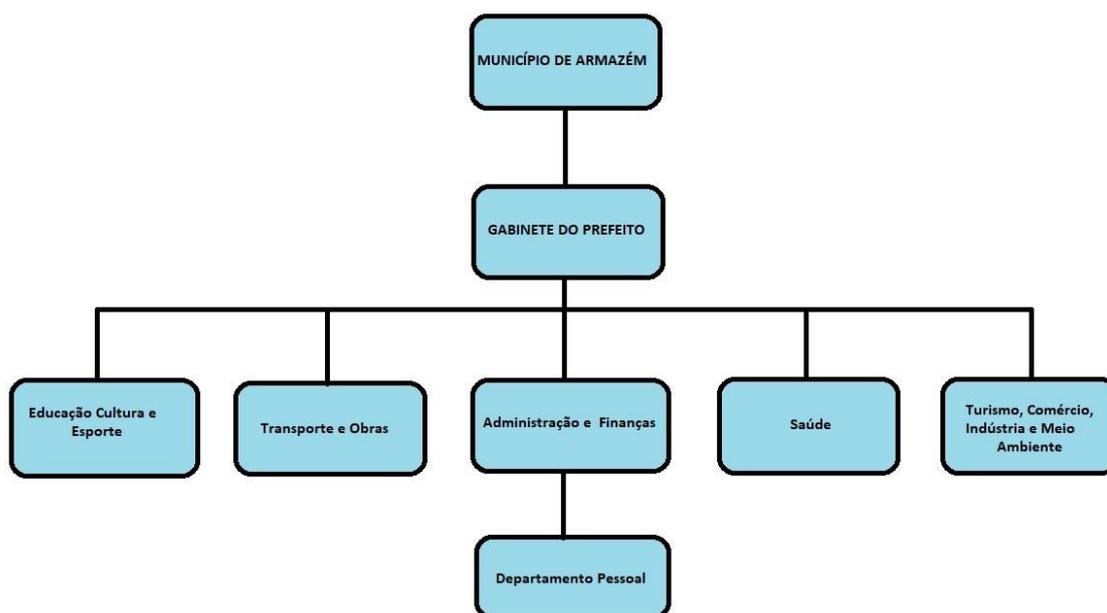
A empresa, objeto desse estudo, é a Prefeitura Municipal, onde todas as informações foram retiradas dentro da Prefeitura, mais especificamente no

departamento pessoal com entrevistas informais com o responsável do setor e redes sociais.

Armazém, situada no sul de Santa Catarina, emancipou-se do município de Tubarão em 19 de dezembro de 1958. Município possui uma população aproximada de 8.800 habitantes, segundo o IBGE, colonizada por portugueses e alemães em 1870 após a Revolução Farroupilha. O município passou a chamar-se Armazém, porque ali existia uma casa comercial de menor porte que se estabeleceu no "Sertão dos Corrêas" (os Corrêas seriam os primeiros habitantes de Armazém), ponto de frequência dos "Serranos" (PREFEITURA DE ARMAZÉM, 2020).

A estrutura de governo já está alinhada na prefeitura, possui 414 servidores entre efetivos, contratados temporariamente e comissionados, e o departamento pessoal fica abaixo de outros setores geridos pelo prefeito.

Figura 01 - Organograma da Prefeitura Municipal de Armazém



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Pertencente à região da AMUREL, é uma cidade pequena que encanta quem passa, famosa pelo turismo religioso, produtos artesanais, e a exuberante paisagem verde que é encontrada dentro e nos arredores da cidade.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse tópico analisamos os resultados conforme o que foi mencionado nessa pesquisa. Essa seção aborda da análise e discussão dos resultados da pesquisa a partir da execução dos objetivos específicos, e por fim, se o objetivo geral da pesquisa foi obtido.

Conforme o quadro 01, a Prefeitura de Armazém demonstra as responsabilidades do Departamento Pessoal.

Quadro 01 – Atividades do Departamento de Pessoal

1	Processos de Recrutamento através da realização de Concurso Público e Processo Seletivo.
2	Admissão de profissionais. O processo de integração de novos profissionais, assim como a resolução de todo tipo de trâmite judicial e administrativo é responsabilidade do Departamento Pessoal.
3	Compensação de pessoal. O pagamento de benefícios, salários, contribuições, taxas e impostos faz parte das funções dos profissionais de recurso humanos, assim como os cálculos da folha de pagamento e o monitoramento de faltas.
4	Desligamento de funcionários. Os Profissionais do Departamento Pessoal ou RH são responsáveis por todo o processo de desligamento de um funcionário.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em observância ao segundo objetivo específico de identificar a rotina do departamento de pessoal da Prefeitura de Armazém, observou-se que o mesmo possui destaque para a Prefeitura Municipal, pois é responsável por: Garantir o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária; estabelecer uma rotina para os processos de admissão, demissão, benefícios, folha de pagamentos, cálculos trabalhistas mensais, anuais, férias e outros encargos sociais. Além disso, elaborar os cálculos do pagamento de salários, férias, licença médica e 13º; organizar e controlar os horários dos servidores; manter o arquivo de toda a documentação relacionada aos servidores devidamente atualizado e organizado; garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho (SST).

Também fazem parte da rotina, a emissão de certidões de tempo de contribuição CTC, a participação em Processo Administrativo Disciplinar - PAD, avaliação de desempenho para progressão em carreira ou estágio probatório além das obrigações assessórias (RAIS, DIRF e SEFIP que serão substituídas pelo eSocial).

Neste sentido, o setor pessoal possui incumbência legal e estratégica, pois seu dever é fazer com que os gestores da administração pública e servidores cumpram os seus deveres, respeitando a legislação vigente.

O Departamento Pessoal é composto por dois tipos de servidores sendo um comissionado e outro efetivo, ambos a disposição por 40 horas semanais. Os conhecimentos técnicos necessários foram adquiridos durante o desenvolvimento das atividades laborativas. A formação técnica dos servidores é ciências contábeis e outra com formação em geografia e especialização em administração pública.

O órgão público diferencia-se do privado em muitos aspectos. Um deles é no que tange a forma de contratação dos servidores, que na sua grande maioria são do regime estatutário, sendo a contribuição para aposentadoria e benefícios através do regime geral de previdência social (RGPS), sem fundo de garantia por tempo de serviço FGTS.

Logo, o terceiro objetivo específico tem por premissa analisar as principais características que diferenciam o Estatuto dos Servidores públicos municipais de Armazém da CLT, evidenciando de forma comparativa o Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Armazém e a CLT.

O Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Armazém foi criado através da Lei Complementar nº 1.591 de 05 de maio de 2014. Em seu Artigo 1º a lei regulamenta e cria o Regime Jurídico Estatutário entre os servidores e o Município de Armazém, suas Autarquias e Fundações. Assim sendo, a partir de sua publicação a Prefeitura passou para o Regime Jurídico Estatutário, não mais o Celetista. Desta forma, as reclamações trabalhistas devem ser ajuizadas e julgadas conforme o rito da justiça comum do TJSC, tendo por base legal o Estatuto Lei Complementar nº 1.591 e não mais a Justiça do Trabalho, o que resultou em uma drástica redução de ações trabalhistas.

As principais diferenças entre o Estatuto dos Servidores e a CLT seguem identificadas no Quadro 02:

Quadro 02 – Comparativo Estatuto dos servidores x CLT

Estatuto dos servidores	CLT
Ingresso por Concurso Público - Art. 5º – O concurso público será de provas ou de provas e títulos.	Contratação direta ou através de recrutamento e seleção.
Progressão funcional - Arts. 16º, 17º, 18º, 19º, 20º e 21º;	Progressão por mérito ou sob a autorização do(s) proprietários(s).
Estabilidade de emprego - Art. 44º – São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.	Estabilidade temporária (período gestacional, 120 dias licença maternidade e um ano após reintegração ao quadro devido acidente de trabalho, membros dos funcionários participantes de CIPA e diretores de sindicatos).
Triênio - Art. 55º – O servidor terá direito a triênio de efetivo exercício no serviço público municipal de Armazém contado a partir da publicação desta lei e será concedido um adicional para cada triênio o valor correspondente a 3% (três por cento) de seu cargo efetivo até o limite de 10 (dez) triênios, observando-se, contudo o artigo 17º desse estatuto.	Não há direito a triênio previsto em CLT, deve ser observado o acordo coletivo com o sindicato da classe.
Diárias - Art. 67º - O servidor que, a serviço, se afastar do município, em caráter eventual, para outro ponto do território nacional, fará jus a diárias, para cobrir despesas com alimentação e pernoite, de acordo com Lei Municipal específica.	Não há previsão legal na CLT, devendo ser observado o acordo coletivo de cada classe.
FGTS – Art. 151º, Parágrafo Único - Os servidores públicos, em exercício até a publicação desta lei, terão o pagamento de uma Compensação do FGTS em 8% (oito por cento) sobre o vencimento base.	FGTS – todos os funcionários possuem direito a receber 8% sobre o vencimento.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Conforme diferenças apontadas acima entre o Estatuto municipal e a CLT, tais mudanças foram pertinentes e necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços realizados pelo setor público.

Neste sentido, com a criação do estatuto no município, não pode existir somente para o cumprimento de um dispositivo legal. Trata-se de um instrumento valioso de prestação de melhores serviços públicos através do desenvolvimento intelectual daqueles que executam as ações e políticas públicas.

Com a criação do Estatuto, as mudanças praticamente não foram sentidas pelos servidores já que 13º, férias, insalubridade, horas extras, gratificações e outros eventos continuaram a serem pagos normalmente, da mesma forma que os benefícios perante o INSS (auxílio doença, maternidade, salário família e aposentadoria) continuam sendo disponibilizados.

Para os funcionários concursados até a data da publicação desta lei, o FGTS ao invés de ser depositado, passou a ser pago mensalmente junto com o salário e

outras verbas. Já aqueles que ingressaram após 05/05/2014, não possuem este direito. Sendo que a rubrica indenização de FGTS passou a integrar o pagamento mensal destes servidores, compondo base de cálculo para INSS e Imposto de Renda.

Desta forma, com a criação do Estatuto o objetivo principal foi alcançado através da alteração do regime jurídico, onde o mesmo é composto por regras específicas.

Devido à falta de recursos financeiros, resultado que queda de arrecadação durante a pandemia e as retrições impostas pela Lei Complementar 173/2020 (é vedado o aumento das despesas com pessoal em 2020 e 2021), a Progressão Funcional prevista na Seção III, Arts. 16º, 17º, 18º, 19º, 20º e 21º não pode ser implementada, e será objeto de avaliação e execução conforme previsão legal dos referidos artigos.

Conforme acima citado, a Lei 173/2020 é excepcional, eis que somente vigorará enquanto persistir a pandemia que assola o país. Há previsão de que em 2022 as progressões funcionais previstas na Seção III sejam realizadas.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

A pesquisa aborda as principais características do departamento pessoal no setor público, no município de Armazém, conhecendo seus processos, bem como tudo o que envolve a organização, para que assim, munidos destas informações essenciais, tenham a oportunidade de melhorar a sua performance e contribuir nas atividades diárias.

Para uma análise precisa sobre a visão sistêmica aplicada a pesquisa proposta, o atual cenário na legislação do trabalho tem muitas mudanças, e com a complexidade delas, a uma necessidade de acompanhamento, uma administração eficaz é indispensável para um bom desempenho, pois o departamento pessoal é parte integrante da estrutura organizacional bem-sucedida de qualquer empresa.

Pode-se afirmar que a eficácia do Departamento de Pessoal não só depende de seus profissionais, é dependente de todo um conjunto de processos bem elaborados e devidamente executados, unificando bons profissionais e uma boa execução em seus processos.

Para Carvalho (2000) foi neste século que surgiram às legislações trabalhistas e previdenciárias, trazendo direitos e deveres aos empregados, entre eles destacam-se os seguintes: Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho (NRs), Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e Leis Complementares e Medidas Provisórias.

Neste mesmo século foi promulgado o Decreto-Lei n.º 5.452 em 1º de maio de 1943, que vigora até os dias atuais, sendo introduzida como a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que uniu todas as legislações trabalhistas existentes até aquela data e que revigorou e definiu, de forma decisiva, a intervenção e participação do Estado nas relações de trabalho (CARVALHO, 2000).

Sendo parte integrante da contabilidade pública do município, nele são desenvolvidos diversos trabalhos que alimentam de informações a escrituração contábil e executa diversas obrigações acessórias para receita federal, previdência social e tribunal de contas.

Diante dos fatos descritos, pode-se afirmar que o Departamento de Pessoal é um dos setores de extrema importância em uma empresa, pois seu dever é fazer com que a empresa e o empregado cumpram os seus deveres, respeitando a legislação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem como ponto norteador as principais características do Departamento Pessoal no município de Armazém, procurando demonstrar as principais características do Departamento Pessoal e as funções que o mesmo desenvolve dentro da instituição.

Desta forma, a pesquisa deu-se em torno da pergunta, quais são as principais características do departamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Armazém? E a fim de respondê-la, teve como objetivo geral demonstrar quais as principais características do departamento de pessoal na Prefeitura Municipal de Armazém.

Para cumprir o objetivo geral, utilizou-se de objetivos específicos: levantar, perante a literatura, características e regras do departamento de pessoal; identificar a rotina do departamento pessoal da Prefeitura Municipal de Armazém; analisar as

principais características que diferenciam o estatuto dos servidores públicos municipais de Armazém da CLT.

Mediante a pesquisa, pôde ser analisado que o Departamento Pessoal tem função fundamental na Prefeitura, pois gerencia as documentações burocráticas da instituição em relação aos empregados, nos processos de admissão e demissão, cálculo e fechamento de folha de pagamento, contribuições previdenciárias, concessão de férias, entre outras funções que faz cumprir as legislações.

Atendendo ao objetivo específico dois, este foi plenamente alcançado tendo em vista a identificação da rotina do departamento pessoal, fazendo cumprir a legislação trabalhista e previdenciária; executando processos de admissão, demissão, benefícios, folha de pagamentos, férias e outros encargos sociais. Além de férias, licença médica, 13º salário; organizar e controlar os horários dos servidores; manter o arquivo organizado de toda a documentação relacionada aos servidores; garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho (SST).

Em análise ao objetivo específico três, foi devidamente alcançado ao se verificar as principais características que diferenciam o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da CLT, conforme apresentado no Quadro 02, sendo evidenciados: Ingresso por Concurso Público, Progressão funcional, Estabilidade de emprego, Triênio, Diárias, FGTS, sendo este último pago somente para os servidores que ingressaram na carreira até a promulgação da Lei Complementar nº 1.591 em 05 de maio de 2014.

Desta forma, pode-se concluir que as principais características do departamento de pessoal no setor público acompanham o descrito no art. 37 da Constituição Federal, onde na administração pública não existe a liberdade pessoal do agente público, pois ao contrário do órgão privado que é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, no público é permitido fazer apenas aquilo que a lei autoriza.

Logo, a luz de tal princípio o departamento de pessoal da Prefeitura municipal de Armazém, norteia-se a pela da legislação vigente e amparado na legislação específica pacificada e pelo estatuto dos servidores.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CARVALHO, Pedro Carlos de. **Recursos humanos: (história, definições e procedimentos)**. Campinas: Alínea, 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Campus, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BOHLANDER, G.; SNELL, S.; SHERMAN, A. **A administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.467/2017, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Presidência da República, Brasília, 24 out. 1989
- BRASIL. **Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 24 out. 1989.
- BRASIL. **Decreto de Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República, Brasília, 24 out. 1989
- FISCHER, André Luiz. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. *In*: FLEURY, Maria Teresa Leme (org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GONÇALVES, Gilson. **Rotinas trabalhistas de A a Z**. Curitiba: Juruá, 2005.
- HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Aristeu. **Prática trabalhista e previdenciária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ROCHA, Renato Mendonça da. **Rotinas trabalhistas e previdenciárias para organizações contábeis**. 5. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2012.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M., COOK, S. M. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

CONTABILIDADE GERENCIAL: A PERCEPÇÃO DAS EMPRESAS EM RELAÇÃO A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Tanara Paes Delfino¹

Adão Paulo Ronconi²

Oscar Pedro Neves Júnior³

Resumo: A contabilidade gerencial é considerada uma peça fundamental para o crescimento empresarial. Desse modo, com vistas a uma maior compreensão sobre a relevância contabilidade, esta pesquisa tem como objetivo geral estudar a percepção dos clientes sobre a importância dos serviços prestados por um escritório de contabilidade e do auxílio do contador na gestão das empresas. Os objetivos específicos são: elaborar um instrumento para a coleta de informações por meio de um levantamento (survey), junto aos clientes de um escritório de contabilidade; avaliar de forma qualitativa os dados obtidos na coleta sobre a importância dos serviços contábeis e do auxílio do contador na gestão da empresa, e apontar quais as principais reflexões a ser feitas a partir da avaliação dos dados obtidos. Os métodos e técnicas utilizados deram-se por meio de pesquisa exploratória, teórica e prática, caracterizada como estudo de caso de lógica dedutiva e abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico e aplicação de questionário fechado. Os resultados apresentados mostraram que a maior parte dos clientes, considera a contabilidade fundamental para a empresa. No entanto, alguns clientes não sabem que o profissional contábil é um agente responsável por um amplo e complexo trabalho que representa a contabilidade em si, aptos à gerar resultados e auxiliar na tomada de decisões, para atingir objetivos empresariais. Conclui-se que é de fundamental importância que esses profissionais passem a dar maior ênfase em suas atuações, considerando as expectativas dos clientes, deixando claro que podem auxiliar no crescimento e desenvolvimento das empresas.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial. Gestão empresarial. Profissional contábil.

1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe ao mundo uma competição cada vez mais acirrada entre os mercados, fazendo com que as empresas passassem a buscar maior qualidade na mão de obra, no atendimento aos clientes, eficiência e dinamismo, aproveitando melhor seus recursos materiais e imateriais para, assim, gerar produtos e serviços com melhor qualidade e menos custos.

No setor contábil e com os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade não é diferente, pois esse ramo, não é mais visto e utilizado como era

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

² Orientador e Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univinte

no passado onde, os escritórios de contabilidade tratavam de apenas suprir as necessidades fiscais, das empresas.

Na atualidade, sistemas de contabilidade gerencial eficazes podem criar valor e gerar resultados consideráveis por meio da rapidez de informação e precisão de dados, que no passado eram morosos, mas essenciais para o sucesso das organizações (ATKINSON, *et al.*, 2008). A contabilidade, em especial a gerencial, é interpretada como uma importante ferramenta para a gestão e tomada de decisão, onde o cliente precisa ser conquistado pelos prestadores dos serviços.

No caso em questão, escritórios de contabilidade, os gestores encontram várias dificuldades durante o exercício de suas funções buscando respostas de qualidade e veracidade em tempo integral, sendo que tais respostas, possibilitam melhores decisões e menor risco de fracasso. Segundo Barroso (2018), grande parte dos gestores, sobretudo os de pequenas empresas, cuja costumeiramente apresenta a contabilidade como mero meio de atendimento das obrigações fiscais, têm se resignado da oportunidade em aperfeiçoar seu desempenho quando não faz a utilização dos dados gerados para a tomada de decisão.

Os escritórios de contabilidade por meio de seus profissionais podem desenvolver muito mais do que apenas cuidar do fisco. No entanto, precisam atuar com qualidade e responsabilidade, pois são órgãos auxiliares da gestão das empresas que além de atender a outras exigências, devem fornecer informações econômicas e financeiras relevantes, apresentando sugestões que favoreçam o crescimento de seus clientes (MARION, 2018).

Por essa razão contribuir com o entendimento da importância da contabilidade e esclarecer o papel dos escritórios contábeis para os clientes, levanta-se a seguinte questão: Qual a percepção que os clientes de um escritório de contabilidade têm em relação a importância dos serviços prestados e do auxílio do contador na gestão da empresa?

Desse modo, para atender as questões aqui levantadas, este estudo tem como objetivo geral demonstrar a percepção dos clientes sobre a importância dos serviços prestados por um escritório de contabilidade e do auxílio do contador na gestão da empresa. Assim, para atender o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: a) elaborar instrumento para a coleta de informações por meio de pesquisa de campo, junto aos clientes de um escritório de contabilidade; b) avaliar de forma qualitativa os dados obtidos na coleta sobre a importância dos serviços

contábeis e do auxílio do contador na gestão da empresa, c) apontar quais as principais reflexões que deverão ser feitas a partir da avaliação dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo.

Diante deste contexto, este estudo que tem como tema "contabilidade gerencial", justifica-se pelo fato de que como autora, e acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade FUCAP - UNIVINTE, estar realizando estágio em um escritório de contabilidade, onde a partir do referido exercício se passa a dispor de uma maior compreensão sobre o tema, bem como entender a maneira que o cliente percebe o serviço contábil, o valoriza e a ele credita a devida importância para os negócios.

O estudo justifica-se ainda, pela sua relevância tanto para o meio acadêmico como para a sociedade, pois, a contabilidade é uma importante ferramenta para o gerenciamento das empresas, onde a qualidade dos serviços prestados pelos escritórios contábeis pode fazer diferença no sucesso destas. São muitas as questões a serem resolvidas em relação à qualidade dos serviços contábeis, fazendo-se necessário estudos que abranjam essa ciência e o papel que o contador exerce junto ao meio empresarial. Para tanto, a referida pesquisa delimita-se a um estudo de caso em um escritório de contabilidade localizado no município de Laguna no sul do Estado de Santa Catarina.

O estudo está organizado em cinco capítulos, os quais compõem o primeiro, a presente introdução. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica que contemplará a contabilidade gerencial, a profissão contábil, as áreas de atuação do contador, e a gestão empresarial. O terceiro capítulo apresenta os métodos e técnicas da pesquisa. O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos. No quinto e último capítulo, faz-se as considerações finais.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Esta seção trata do embasamento teórico que norteia a pesquisa, o qual percorreu sobre: a origem e conceito da contabilidade gerencial; a profissão contábil; áreas de atuação da contabilidade; e a gestão empresarial no contexto da contabilidade.

2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE

Desde a antiguidade na época do comércio medieval, a contabilidade já era exercida por meios dos preceitos de custos com o método de partidas dobradas para quantificar o patrimônio. Sua origem é tão antiga quanto à própria história da civilização, estando ligada às primeiras manifestações sobre a necessidade social de proteção à posse e de interpretação do objeto material do homem, sendo que após o surgimento das sociedades por ações, a contabilidade vem buscando cada vez mais se adaptar às mudanças exigidas pelo mercado para cumprir seu papel (CREPALDI, 2012).

Segundo Olivo e Boschilia (2012), existem indícios de que a contabilidade teve sua origem antes mesmo da escrita, pois materiais utilizados por civilizações pré históricas, constituídos de fichas de barro, foram encontrados em sítios arqueológicos do Oriente. Materiais esses, identificados como registros da fase da pré história patrimonial, em que se anotava os bens que cada comunidade possuía.

Tão "antiga quanto à existência do homem em atividade econômica, a contabilidade, surgiu antes mesmo da moeda, escrita e números, em torno de 4.000 anos a.C., com as primeiras gravuras (desenhos, figuras e imagens)" (SOARES, 2019, p.2). Tal fase, é conhecida como fase empírica, em função da necessidade do controle dos rebanhos e plantios, onde a contabilidade já tinha a função de avaliar a riqueza do homem, os acréscimos e decréscimos gerando o seu desenvolvimento como ciência (IUDÍCIBUS, 2009).

De acordo com Coelho, *et al.* (1999) na Idade Média, entre os anos 1202 a 1494, a técnica utilizada das partidas dobradas, precisou ser aperfeiçoada em virtude da necessidade de controlar as saídas de recursos destinados para pagar os mercantes, as entradas e saídas dos produtos, o controle do custo e o valor do vendido. Outro fator que trouxe o desenvolvimento da contabilidade na Idade Média foi o avanço do comércio e o surgimento das organizações empresariais mais estruturadas (COELHO, *et al.* 1999).

Segundo Olivo e Boschilia (2012) na Idade Moderna, o matemático e Frei franciscano Luca Pacioli publicou em Veneza a obra: *La Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*, descrevendo o método das partidas dobradas, padrão obrigatório utilizado pelas empresas para efetuar registros financeiros e marco da evolução da contabilidade. No Brasil, os primeiros indícios de

evolução da utilização das técnicas contábeis, ocorreram no ano de 1808, a partir do uso do mesmo pelos contadores da Fazenda Real (OLIVO; BOSCHILIA, 2012).

Com o passar dos tempos, o homem foi percebendo que precisava realizar seus registros financeiros para conhecer as suas possibilidades de uso, consumo e de produção entre outros, surgindo assim, à necessidade de realizar controles para se organizar e prestar conta do negócio administrado, e mesmo com técnicas registradas nas sociedades primitivas, o desenvolvimento formal da prática contábil, ocorreu de fato, apenas ao fim do século XV, com a publicação do método das partidas dobradas do Frei Luca Pacioli, e o surgimento de novas cidades e rotas de comércio que trouxeram a expansão do método de partidas dobradas (IUDÍCIBUS, 2010).

2.1 Conceito e finalidade da contabilidade

A princípio, a aplicação da contabilidade dava-se apenas pela sua produção de informações, as quais eram restritas somente ao gestor, pois as contas eram sigilosas. Contudo, com o passar dos tempos, houve algumas mudanças e transformações na contabilidade para que se pudesse acompanhar a evolução da sociedade e do mercado (PADOVEZE, 2010).

Segundo Carraro, et al. (2018) no passado, o patrimônio dos sócios não era separado do patrimônio da empresa. Já na atualidade, a partir do advento do Princípio Fundamental de Contabilidade - PC da Entidade, fundamentado na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 774/94, o patrimônio dos sócios não mais pode se confundir com o patrimônio da empresa e de modo invertido. Verifica-se aqui que esta mudança possibilitou uma maior organização e controle do patrimônio e nas informações necessárias para a eficácia de dados essenciais para a gestão da organização. Os autores citam ainda, que também houve uma mudança no exercício contábil que encerrava as demonstrações e apurava o lucro de uma empresa somente quando a empresa fosse fechada, onde não existia o princípio da idéia atual de continuidade das empresas, o qual diz que a organização funcionará por prazo indeterminado (CARRARO, *et al.*, 2018).

Visto algumas mudanças ocorridas, além das estabelecidas pelo governo, o fisco, investidores, clientes e fornecedores, na contemporaneidade, diversos autores conceituam contabilidade, a partir da ideia de considerá-la uma ciência social. Para

Barroso (2018, p. 13), a contabilidade é "uma ciência social aplicada que possui o patrimônio das entidades como objeto próprio de estudo, tendo como macro objetivo a divulgação financeira compreensível aos usuários para tomada de decisões".

Conforme Martini (2013), a contabilidade pode ser conceituada como um sistema de informação e avaliação capaz de registrar ocorrências que alteram o patrimônio de uma entidade, destinada a abastecer seus usuários com demonstrações e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos fenômenos patrimoniais, em relação à sua eficácia funcional.

No conceito de Ludícibus (2010), a contabilidade é um método singular para captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos referentes ao patrimônio, questões financeiras e econômicas de pessoa física, entidades sem fins lucrativos, empresas tanto da iniciativa pública como privada. Trata de uma ciência social que visa o controle do patrimônio de uma organização, por meio de um conjunto sistemático de informações, leis, métodos próprios, princípios (BASSO, 2011).

Ao se observar os conceitos da contabilidade descritos por Barroso (2018), Martini (2013), Ludícibus (2010) e Basso (2011), cabe discorrer sobre a sua finalidade, que segundo Marion (2018), é a de registrar, coletar, resumir, informar e interpretar dados que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica das entidades para mensurar os dados e auxiliar na tomada de decisões.

Para Basso (2011, p. 24) "a principal finalidade da contabilidade é gerar informações de ordem física, econômica e financeira sobre o patrimônio, com ênfase para o controle do planejamento". Em outras palavras, é uma ferramenta que ao registrar informações e desenvolver relatórios ajuda e orienta o gestor de um negócio a estimar e controlar os recursos financeiros da empresa. A literatura apresenta várias teorias sobre a finalidade da contabilidade, porém, deve-se compreender que sua principal finalidade é o patrimônio (SÁ, 2008).

Desse modo, sendo a contabilidade uma ferramenta fundamental para auxiliar os gestores na tomada das decisões, compreende-se que a contabilidade se torna indispensável para qualquer tipo de negócio, por trazer suporte e nortear os empreendedores em suas tomadas de decisões e nos orçamentos. O orçamento é a parte do processo de gestão que traduz em valores monetários, o que foi planejado pelas unidades operacionais e administrativas da empresa (ALMEIDA, *et. al.* 2008), o qual tem como objetivo, acompanhar as estratégias da empresa, a partir do

controle para que as metas das mesmas, sejam planejados e alcançados.

Corroborando, Morales (2009) acrescenta que o orçamento é um meio para alcançar um fim bastante valioso, já que é capaz de controlar, organizar e planejar, o empreendimento, independente do seu tamanho e ramo de atividade. Também é considerado uma metodologia focada no planejamento, execução e controle das operações organizacionais, que tem como finalidade objetivando estabelecer valores financeiros (receitas e gastos) para todos os processos administrativos (PADOVEZI, 2010).

Em outras palavras, pode ser considerado um plano detalhado sobre as questões financeiras da empresa que trás muitos benefícios para as empresas como, por exemplo, identificar a situação financeira atual e futura da mesma, por meio de um bom planejamento alinhado aos objetivos e metas da organização.

2.1.1 Campo de atuação da contabilidade

Por se tratar de uma ciência bastante ampla, o campo de atuação da contabilidade abrange grande diversidade de ramos, pois, para cada tipo de patrimônio (público, privado, físico e jurídico), existe um ramo diferente que o caracteriza. “O campo da contabilidade é o mais amplo possível, pois onde existe um patrimônio definido e perfeitamente delimitado, pode também estar aí definido um campo de aplicação da Contabilidade” (BASSO, 2011, p. 31).

Conforme Martini (2013), o campo de atuação da contabilidade é o das entidades econômico-administrativas, os quais ela presta colaboração, não apenas para a sua boa administração, mas, principalmente, para que se mantenha no mercado.

Ou seja, o campo de atuação da contabilidade é aziendas, o qual trata de entidades econômicas administrativas. Contudo, entre outros ramos, os principais ramos exercidos pela contabilidade são: o da contabilidade financeira; contabilidade de custos; auditoria; contabilidade gerencial; os sistemas de informação contábil e a contabilidade fiscal, onde o estudo dará destaque ao ramo da contabilidade gerencial, conforme segue o estudo.

2.2 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Conforme exposto, a contabilidade possui vários ramos de atuação, e no caso

desse estudo, destaca-se a contabilidade gerencial foco da pesquisa, a qual trata de uma área de atuação muito importante, principalmente para empresas, uma vez que é capaz de gerar informações fundamentais para o processo de tomada de decisão.

A contabilidade gerencial surgiu em função da complexidade e das exigências do mercado atual, que ao longo dos tempos, comprovando a sua integração e resposta às necessidades do mercado, adaptou-se às suas demandas de informações (BLEIL, *et al.* 2014).

Sua evolução, de acordo com Adelegan (2001) apresenta 4 estágios, onde o primeiro, foi anterior ao ano de 1950, de atuação restrita a determinar o custo e controle financeiro, por meio do orçamento e dos custos, sendo vista apenas como uma atividade técnica e necessária para o alcance dos objetivos organizacionais.

O segundo estágio, ocorreu após o ano de 1965, onde a informação era utilizada no controle e planejamento gerencial, com foco na responsabilidade (ADELEGAN, 2001). No terceiro, o qual cedeu após o ano de 1985, o foco era a redução de desperdícios dos recursos, onde se utilizava análises e gestão estratégica de custos. E o quarto estágio, início após o ano de 1995, com foco na mensuração de valores na utilização dos recursos e um modelo de gestão econômico (ADELEGAN, 2001).

Ott (2004) discorre que a contabilidade gerencial advém de estudos realizados, sobretudo, nos Estados Unidos nos anos 1980, em função da necessidade de evolução dos sistemas de informação, que não supriam a demanda das empresas no mercado, representando uma evolução qualitativa e quantitativa da contabilidade de custos com foco na tomada de decisões.

Em outras palavras, pode-se compreender, que a contabilidade gerencial é focada em fins internos, buscando suprir as necessidades dos administradores, podendo ser usada para a tomada de decisões, onde se observa, sua singularidade entre os demais ramos, a partir do processo de identificação, mensuração, análise e interpretação de resultados.

2.2.1 Aplicabilidade da contabilidade gerencial

Tendo como principal objetivo fornecer informações aos gestores, a fim de auxiliar nas funções administrativas por intermédio da adoção eficiente de recursos

econômicos da empresa (CREPALDI, 2012), a contabilidade gerencial pode ser aplicada no planejamento, avaliação e controle dos recursos organizacionais e nas responsabilidades dos gestores em suas tomadas de decisões, a qual deve ser efetuada de maneira integrada no processo gerencial de forma dinâmica e competitiva para a criação de valores (ADELEGAN, 2001).

A contabilidade tradicional ao se adaptar à contabilidade gerencial trouxe um novo enfoque, por meio de novas técnicas de gestão para o atendimento, criando valor econômico em cada atividade (BLEIL, *et al.* 2014).

Padoveze (2010) discorre que a ciência contábil incorporou em suas demonstrações o conceito de valor agregado, e desenvolveu a Demonstração do Valor Adicionado que representa a diferença entre o valor produzido pela empresa e o custo dos insumos de produção.

O autor salienta, que enquanto a contabilidade fiscal preocupa-se com o gerenciamento dos pagamentos de tributos, fundamentando, a contabilidade gerencial abrange vários conceitos econômicos e financeiros que atendem as necessidades de informações gerenciais (PADOVEZE, 2010).

Cabe salientar que a contabilidade fiscal, baseia-se na legislação e escrituração das operações para a apresentação das declarações e pagamento dos tributos, representando um sistema de informações de obrigações tributárias. Enquanto a contabilidade gerencial utiliza-se de subsistemas de informações gerenciais para atender as demandas do gestor e do planejamento estratégico, que controla as operações, a análise da lucratividade e rentabilidade, além da avaliação do desempenho interno (CREPALDI, 2012).

O sistema tradicional de contabilidade que no passado, tinha como finalidade exclusivamente mensurar o lucro e a rentabilidade, por meio de relatórios foi aperfeiçoado para os Sistemas de informações gerenciais, que hoje atendem às novas necessidades das organizações para a criação de riqueza (ARAÚJO; ASSAF NETO, 2003).

Sistemas de informações gerenciais são definidos como um conjunto de partes integrantes e interdependentes (objetivos, entradas, processo de transformação, saídas, controle, avaliação e retroalimentação) que formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função (PADOVEZE, 2010).

Segundo Bleil, *et al.* (2014), a contabilidade gerencial é extensa e abrangente em sua estruturação dentro de um sistema de informação contábil, pois integra-se

aos demais sistemas da empresa, contemplando os principais conceitos e instrumentos de contabilidade, principalmente na produção de relatórios contábeis para a tomada de decisão.

Contudo, torna-se eficaz ao criar e utilizar relatórios com informações essenciais para a tomada de decisões, onde os gestores poderão definir a técnica na elaboração dos orçamentos, preços de produtos e serviços, demonstrações financeiras e controles em benefício da empresa (CREPALDI, 2012).

Marion (2018, p. 39) explica que "relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade, objetivando relatar os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período", sendo que entre os relatórios contábeis, os mais importantes são as demonstrações financeiras, ou demonstrações contábeis.

Bleil, *et al.* 2014) salienta que geralmente, as empresas adeptas à contabilidade gerencial apresentam vantagens em relação aos concorrentes, pois conseguem visualizar erro; aumentar a produtividade; identificar o elemento redutor de custos; tomar decisões por meio da análise de relatórios; observar oportunidades, ameaças; formação de preço estratégico e comparação de preços com a concorrência.

Observa-se que a aplicabilidade da contabilidade gerencial foca no planejamento de curto, médio e longo prazo, onde ao observar tendências de mercado, torna-se capaz de auxiliar o gestor na tomada de uma série de decisões, para o sucesso e alcance dos objetivos e metas traçadas pela empresa.

Sua aplicabilidade consiste no exercício do cumprimento das etapas de operação e de controle, visando a gestão eficiente do patrimônio das entidades. A aplicação da contabilidade gerencial ocorre a partir da elaboração de relatórios e controles, com o objetivo de auxiliar na gestão dos negócios, atendendo as necessidades das empresas, em relação ao controle econômico e financeiro, e, por conseguinte, nas decisões (SÁ, 2008; PADOVEZI, 2010).

Compreende-se, portanto, que a aplicabilidade da contabilidade ao visar o patrimônio das entidades como objeto próprio, cuida-o e controla-o, a partir regras capazes de identificar e estabelecer a escolha de técnicas que coletam e registram dados essenciais e suas variações econômico-financeiras, as quais são de extrema importância para avaliar a real situação patrimonial do negócio com finalidade de alcançar eficácia operacional.

2.3 A PROFISSÃO CONTÁBIL

Por muito tempo a função da profissão contábil era voltada apenas às necessidades do fisco BASSO (2011). No entanto, na atualidade, o profissional contábil passou a auxiliar as pessoas na tomada de decisões, onde observa-se que tal profissão exige total capacitação para estar à frente das mais diversas atividades.

Marion (2018) entende que o profissional contábil da atualidade é um elemento capaz de fornecer o máximo de informações para a tomada de decisão de uma empresa, ou seja, é uma peça fundamental na organização, visto que são capacitados a tratar de custos, relatórios, orçamentos, resultados, estratégias, prospecções financeiras e planejamentos. Neste contexto, e considerando que a contabilidade gerencial é utilizada para registrar informações geradas dentro das organizações, buscando atender as necessidades dos gestores, influenciando positivamente na tomada de decisões, compreende-se que o profissional contábil pode ser visto como um alicerce para o planejamento empresarial.

Conforme Lisboa (2011), como em qualquer profissão, padrões e princípios éticos são cruciais para qualquer atividade, e na profissão contábil, a atuação e princípios incluem objetividade, independência, confidencialidade, competência, integridade profissional e comportamento ético. Desse modo, ao realizar as funções de registrar dados de caráter financeiro, classificá-los e verificá-los, apresentando-os na forma de declaração de lucros e perdas, balanço e moeda, o profissional contábil deverá antes de tudo elaborar sob uma visão ética (ARRUDA, 2014).

Todas as informações que passam pelo contador, são fundamentais para a eficiência das operações e tomadas de decisões das empresas, o que torna tal profissão essencial para contribuir com o sucesso do negócio e a saúde econômica e financeira da empresa (BASSO, 2011). Assim, compreende-se que a profissão contábil, exige que padrões éticos sejam mantidos durante todo o processo, portanto, os contadores são considerados os principais candidatos nos negócios enquanto produz relatórios financeiros de qualidade para os gestores com informações financeiras confiáveis (LISBOA, 2011).

Segundo Silva (2003, p. 17), “o campo de atuação do profissional de contabilidade geralmente está associado ao desenvolvimento do ambiente empresarial, relacionando-se diretamente com a economia e a administração das instituições que se complementam mutuamente”. A área da contabilidade oferece

várias oportunidades de atuação para o profissional contábil possibilitando a efetivação dos seus desempenhos por meio da formação acadêmica, o que lhe permite obter conhecimentos para acompanhar as mudanças no cenário mundial (HERNANDES, 2014).

A referida área oferece várias oportunidades de atuação a o profissional contábil dispõe de opções de atuação, onde sua formação acadêmica lhe permite obter conhecimentos para queo mesmo possa acompanhar as mudanças no cenário mercadológico para contribuir com o desenvolvimento das sociedades (MARTINI, 2013).

Assim, para maior compreensão, o estudo discorrer em seu próximo tópico, sobre as principais áreas de atuação do profissional contábil

2.3.1 Áreas de atuação do contador

Com formação superior em ciências contábeis, o contador exerce a atividade de acumulação de dados, registros, relatórios e análises dentro das mais variadas instituições, podendo atuar como funcionário ou autônomo na área financeira, custos ou administrativa.

Segundo Ludícibus (2010) o contador gerencial se distingue pelo fato de saber apresentar de maneira clara, resumida e operacional os dados contidos de forma específica nos registros da contabilidade financeira, de custos, etc. Além disso, sabe juntar tais informações com outros conhecimentos ligados à área contábil, para suprir a administração em seu processo rescisório, já que atua principalmente na criação do planejamento estratégico para a tomada de decisão.

Marion (2009) discorre que o profissional contábil pode atuar em diversas segmentações, onde serão brevemente, citadas algumas do ramos como: o gerencial, auditoria, perícia, contabilidade pública, controladoria, financeira e escritórios de contabilidade.

O profissional de auditoria (auditor), atua de forma independente ou através de prestação de serviços para empresas, realizando análise dos registros, demonstrações contábeis e posição patrimonial e financeira da empresa. O perito contábil, o qual atua com perícia, está habilitado para opinar sobre questões técnicas que exigem especialização, para esclarecer as autoridades formais interessadas, sobre fatos que envolvam o patrimônio nos aspectos quantitativos.

O profissional da contabilidade pública atua de forma a permitir e manter o controle do patrimônio público. Refere-se à administração direta e indireta, incluindo órgãos do governo, empresas públicas, sociedades de economia mista, agências reguladoras, autarquias e fundações (MARION, 2009).

Ainda de acordo com o autor, tem-se o profissional de controladoria (controller) que é responsável pelo conjunto dos sistemas de informação e de contabilidade, o exercício do controle interno, a preparação e realização de análises de estudos econômico-financeiros e a administração das questões tributárias e afins.

Já o profissional de contabilidade financeira, atua na elaboração de informativos sobre a saúde financeira da empresa para todo o seu público estratégico (stakeholders), a fim de avaliar a situação econômico-financeira da empresa e o desempenho da mesma, possibilidade de investimentos, de concessão de créditos ou outros. Os Profissionais da contabilidade privada, se ocupam do estudo e registro das pessoas do direito privado tanto físicas como jurídicas, além de representarem graficamente os patrimônios de forma civil e comercial (MARION, 2009).

Pode-se observar, que tais atividades se mostram como importantes instrumentos para o processo de tomadas de decisões e por isso, o profissional contábil deve estar sempre informado e preparado para as mudanças do mercado, além de atualizados em relação às normas e leis vigentes para que possam contribuir com eficiência e precisão na tomada de decisões dos gestores.

2.4 GESTÃO EMPRESARIAL

Com origem do latim "gestione", o termo "gestão" faz referência ao ato de gerir, que significa de acordo com o dicionário Aurélio (1999) administrar - ação essa que tem como finalidade alcançar o sucesso empresarial.

Segundo Drucker (2004) gestão é a arte de fazer as pessoas serem mais eficazes. É a ciência de como se faz isso. A gestão empresarial, trata de método organizado e mensurável, que deve seguir princípios básicos e que a fundamentam sendo eles: planejar, organizar, dirigir e controlar.

Drucker e Real Cortê (2012), mencionam que ao se observar os negócios podem parecer um jogo de improvável e incoerente onde qualquer indivíduo pode ganhar desde que atue de forma insensível. É dessa forma que os observadores

externos enxergam qualquer atividade humana, a não ser que seja demonstrada sua verdadeira finalidade, é apresentada como o conhecimento generalizado de uma determinada disciplina.

Para Dornelas (2005, p. 40), a gestão "consiste em organizar todas as etapas da criação e desenvolvimento de um negócio antes de colocá-lo efetivamente em prática".

Neste sentido, o autor discorre que na prática da gestão empresarial, existe uma diversidade de instrumentos de gestão, onde muitos possuem qualidade, mas que não demonstram a capacidade de executar os processos de forma planejada e sustentável de negócios na qual a empresa está inserida, existindo assim, a necessidade de promover o alinhamento entre a sustentabilidade e a estratégia organizacional para que a empresa alcance suas metas.

Neste contexto, Oliveira (2014) salienta a fundamentalidade de se desenvolver o planejamento, pois o mesmo busca responder a questões essenciais como o momento ideal para a organização colocar em prática suas estratégias. Ainda de acordo com o autor, as organizações precisam seguir um processo de gestão estruturado caracterizado por um ciclo de planejamento, execução e controle; onde, na fase do planejamento, deve-se antecipar cenários, identificar ameaças e oportunidades e elaborar estratégias e políticas de atuação a partir de sua missão, visão e valores, estipulando seus objetivos e metas para poder partir para o processo decisório.

Em todas as fases do processo de gestão são tomadas decisões que consistem na escolha de diretrizes e alternativas, as quais norteiam as organizações rumo aos seus objetivos. Mas, essas decisões requerem um suporte informativo adequado para que as melhores alternativas sejam escolhidas e, por isso, os gestores precisam de um sistema que lhes forneçam informações gerenciais sobre o desempenho planejado, permitindo-lhes comparar em bases objetivas todas as etapas do processo de gestão (MINTZBERG, 2004).

Conforme Silva (2007), os sistemas de informações são destinados a favorecer seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização, sendo capaz de fortalecer o plano de atuação de uma empresa, gerar informações rápidas e precisas, e principalmente úteis, garantindo uma estruturação de uma gestão diferenciada, além de auxiliar na tomada de

decisões dos gestores. O autor complementa que ao se considerar as mudanças aceleradas, principalmente no que diz respeito aos avanços da tecnologia, um sistema de informação eficiente pode ser visto como um grande diferencial da empresa, pois sua eficácia e eficiência pressupõe, a tomada de decisão ágil e segura (SILVA, 2007).

Oliveira (2014) discorre que, ao se considerar os grandes níveis hierárquicos, o planejamento pode ser dividido em três tipos: planejamento estratégico, tático e operacional.

No entanto, as empresas inicialmente adotam e se utilizam do estratégico, o qual está relacionado aos objetivos de toda a empresa, de diversas maneiras e estratégias, onde no longo prazo é considerado um processo gerencial que facilita o dia a dia dos gestores, no cumprimento das metas planejadas pela organização.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção trata da descrição dos métodos e técnicas da pesquisa, enquadramento metodológico e procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Com finalidade de buscar informação para a ampliação do tema abordado, este estudo, o qual discorre sobre a contabilidade gerencial, contempla à natureza do objetivo com uma pesquisa exploratória. De acordo com Sampieri (2006) a exploratória auxilia, o pesquisador na identificação de aspectos relevantes e dados que podem complementar a abordagem da pesquisa.

No que diz respeito, a sua natureza, trata-se de uma pesquisa teórica e prática, já que combinou estudos conceituais, exemplos e teorias, e investigou o objeto do estudo com profundidade, caracterizando-a como um estudo de caso. Para Gil (2017), o estudo de caso é amplo e profundo, e pode ser realizado com um ou mais objetos permitindo maior detalhamento na aquisição do conhecimento.

Sobre a lógica, trata-se de uma pesquisa dedutiva. Nas ciências sociais aplicadas, o uso da lógica dedutiva é mais limitado, pela dificuldade de se obter argumentos gerais, onde a veracidade dos fatos não pode ser colocada em dúvida, sendo que a mesma deve analisar todas as informações para alcançar um resultado

específico (RAUPP; BEUREN, 2003).

Para a coleta de dados, utilizou-se os primários e secundários. Os primários são os obtidos diretamente do pesquisado, o qual se utiliza de seus próprios instrumentos e experiência, com objetivo de abordar o fenômeno do estudo, que conforme Marconi e Lakatos (2019) geralmente são obtidos por meio da aplicação de questionários, pesquisas, entrevistas e estudos de caso. Já os dados secundários advêm de revisão bibliográfica, contemplando um conjunto de informações anteriormente tratadas por pesquisadores, durante um processo de investigação, sendo encontradas em publicações de organizações governamentais e empresas privadas, livros, registros, revistas, artigos e internet (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa com análise de percentual descritivo. A abordagem qualitativa preocupa-se em avaliar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade dos comportamentos fornecendo uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências, ou seja, as pesquisas de cunho qualitativo trabalham os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro da sua conjuntura (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que se refere ao resultado, trata-se de uma pesquisa prática que segundo Demo (2008), é capaz de gerar conhecimento como resposta para resolução de problemas singulares, ou seja, a pesquisa é aquela que tem como principal objetivo, a geração de conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo os interesses locais, territoriais e regionais.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, se deram por meio de pesquisa bibliográfica com levantamento, a partir de publicações em livros, revistas eletrônicas, estudos e pesquisas sobre o tema. Com auxílio de pesquisa documental, obtiveram-se dados utilizados na pesquisa, durante a vivência do estágio de 312 (trezentas e doze) horas realizado no escritório de contabilidade Ágil Serviços Contábeis, localizado no município de Laguna no Estado de Santa Catarina, pela pesquisadora.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário. Questionários são instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito (MARCONI; LAKATOS, 2019).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O caminho utilizado nos procedimentos de coleta e análise dos dados, para a elaboração desse artigo percorreram a seguinte trajetória:

- O primeiro passo: iniciou a partir de pesquisas de artigos científicos, livros, base de dados e repositórios acadêmicos que abrangessem e abordassem temas sobre a contabilidade, contabilidade gerencial, a prestação de serviços contábeis realizada por escritórios de contabilidade.
- O segundo passo: foi a seleção dos materiais pesquisados e a confecção de um pequeno fichamento.
- No terceiro passo: foi realizada uma conversa com os gestores do escritório solicitando informações do mesmo, e a autorização para a possibilidade da aplicação de um questionário aos clientes da organização, onde os mesmos, prontamente concederam a autorização.
- No quarto passo: elaborou-se um questionário, por meio do Google Forms, para coleta e análise de dados com 21 perguntas, todas com opções de respostas fechadas, enviadas por e-mail e pela rede Whats App para 50 clientes do escritório de contabilidade em que o estágio foi realizado.
- Algumas destas questões foram elaboradas com escala likert, com afirmações auto descritivas, oferecendo como opção de resposta uma escala de pontos que contemplam extremos, como “concordo totalmente” e “discordo totalmente”. Esse tipo de método permite que as empresas descubram diferentes níveis de intensidade da opinião a respeito de um mesmo assunto ou tema, podendo medir a satisfação do cliente em relação a um produto ou serviço, combinando a matemática aplicada (estatística) com a psicologia para promover uma profunda lógica imersão na mente de quem consome.
- Conforme Sanches *et al.* (2011), a escala likert costuma ser apresentada como uma espécie de tabela de classificação, onde afirmativas são apresentadas com uma frase que demarca na escala, a resposta que mais traduz sua opinião. Esse tipo de método é utilizado para mensurar, e entender atitudes e comportamentos para direcionar uma estratégia de

marketing, sendo uma grande aliada na elaboração de um questionário.

- O quinto passo: após se aguardar 11 dias - tempo designado para que os respondentes pudessem acessar o documento que foi enviado por intermédio de um link, buscaram-se os resultados no formulário, na opção de gráficos (resumo dos resultados) transferindo os mesmos para o artigo.
- O sexto passo: a partir da coleta dos dados, dos gráficos e respostas obtidas, as mesmas foram analisadas comparando-as com as teorias apresentadas.
- No último e sétimo passo: após a análise dos resultados, a qual teve como intuito avaliar de forma qualitativa os dados obtidos durante a aplicação do questionário, obteve-se os resultados finais, que foram expostos no tópico 4.2 análise e discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata da apresentação da caracterização da empresa Ágil Serviços Contábeis - objeto de estudo e escritório de contabilidade concedente do estágio de 312 (trezentas e doze) horas, vivenciado pela autora deste Artigo como pré-requisito para a Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da FUCAP/UNIVINTE no ano de 2021. Essa seção trata também dos resultados da pesquisa e da visão sistêmica aplicada ao caso, a qual divide-se da seguinte forma:

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Entre muitos escritórios de contabilidade existentes na região da AMUREL, o escritório de contabilidade "Ágil", assim conhecido informalmente, foi escolhido, pela sua localização e pela sua reputação em prestar seus serviços com excelência. No entanto, o escritório tem como Razão Social o nome Ágil Serviços Contábeis, e nome fantasia "Ágil Contabilidade". O escritório está localizado à Rua Almirante Lamego, nº 150, no município de Laguna - Estado de Santa Catarina, caracterizado como uma micro empresa.

Sua fundação foi em 25 de janeiro do ano de 2019. Porém, assumiu a continuidade dos trabalhos de um outro escritório que já estava no mercado há mais de 15 anos. Tem como ramo de atividade, a prestação de serviços contábeis, com

seu enquadramento tributário no Simples Nacional.

O escritório possui dois sócios administradores Alisson Feliciano Américo e Aldair Feliciano, que coincidentemente também estudaram e se formaram na Faculdade Capivari de Baixo - FUCAP, os quais tiveram a ideia e a oportunidade de assumir o escritório que já existia, além dos laços familiares com os fundadores.

O escritório conta com 9 colaboradores, sendo: dois no departamento pessoal; dois responsáveis pelo setor fiscal; dois na área administrativa; dois no departamento contábil; e um responsável pelo setor de cadastro. Geralmente um ou mais colaboradores participam indiretamente de outros setores.

O escritório Ágil Serviços Contábeis tem como missão estabelecida "Prestar serviço de qualidade aos clientes, levando segurança aos empresários na tomada de decisão".

A empresa tem como visão; "Ser reconhecida no ramo contábil pelos serviços prestados, tendo comprometimento com os nossos clientes e colaboradores".

Quanto aos valores na prestação desse serviço, são: "ética, comprometimento, valorização do capital intelectual, melhoria contínua, e inovação".

Os setores da empresa estão organizados da seguinte forma:

- Departamento contábil;
- Departamento administrativo;
- Departamento pessoal;
- Departamento fiscal.

Os principais serviços prestados pelo escritório são; escrita contábil; escrita fiscal; serviço de departamento pessoal; cadastros em geral; inscrição, alteração, baixas, e declarações de PJ e PF.

Quanto aos clientes do escritório, a empresa presta seus serviços de maneira igualitária, pois cada cliente tem sua necessidade, de acordo com o seu porte, que vai desde microempreendedores, até empresas de grande porte. No atendimento, os documentos e relatórios são enviados para os clientes de várias formas. No entanto, cada cliente de acordo com sua preferência e exigência solicitam o recebimento por meio de E-mail, acesso a nuvem e Whatsapp de forma física.

Os principais fornecedores do escritório são empresas prestadoras de serviços diversos de consultorias afins.

No que diz respeito, a contabilidade do escritório, a qual é escriturada pelo simples nacional, o responsável pela mesma é o sócio Aldair Feliciano.

Sobre as expectativas e projetos da empresa, os sócios afirmaram que buscam expandir os negócios, atrair mais clientes, estarem prontos para as mudanças, além de pretenderem trazer o marketing digital e outras inovações que vem surgindo na área.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico apresenta-se a análise e discussão dos resultados, a fim de contemplar os objetivos designados que é estudar a percepção dos clientes sobre a importância dos serviços prestados por um escritório de contabilidade e do auxílio do contador na gestão da empresa.

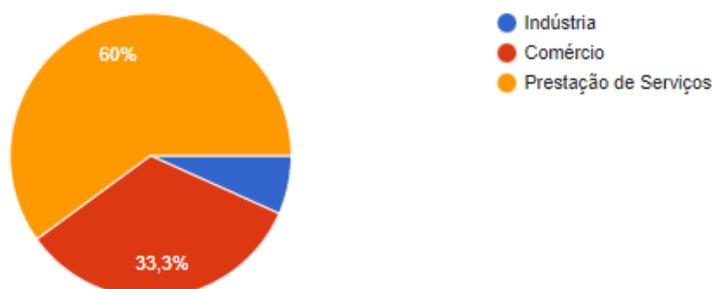
Os dados discutidos nessa seção foram coletados com a aplicação de um questionário com 21 perguntas fechadas enviadas por e-mail e pela rede Whats App para 50 clientes do escritório de contabilidade em que o estágio foi realizado. Aguardou-se 11 dias para a elaboração da análise, tempo designado para que os respondentes pudessem acessar o documento que foi enviado por intermédio de um link, onde obteve-se o retorno de 15 respondentes.

A análise dos 15 respondentes nários, se deu com o intuito de avaliar os dados obtidos apos asua aplicação.

A primeira questão, apontada no quadro 1, trata do ramo de atividade da empresa, mas precisamente do setor.

Quadro 1 - Atividade das empresas entrevistadas
1- Qual o ramo de atividade da sua empresa?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As respostas obtidas mostraram que 60% dos respondentes, atuam na prestação de serviços, 33%, no comércio e 6,7 % na indústria. Neste sentido, pode-

se observar o quanto o setor de prestação de serviços vem crescendo na atualidade e como os mesmos, necessitam da contabilidade para suprir as suas necessidades, entre os demais setores apontados.

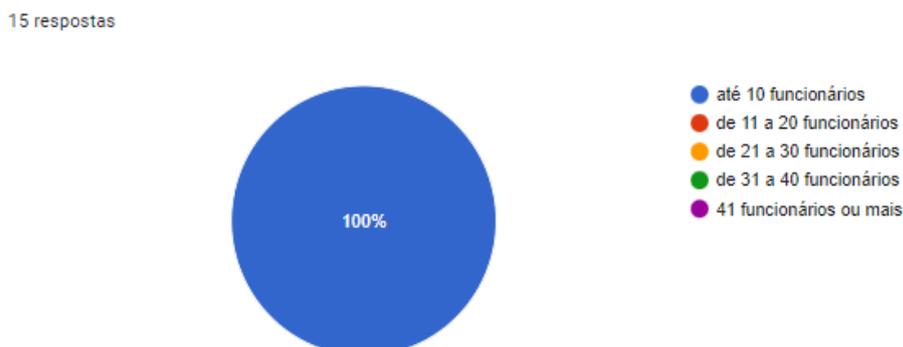
Quadro 2 - Tempo de atuação da empresa no mercado



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao se analisar o quadro 2, é percebido que a média de tempo de atuação das organizações entrevistadas, destaca-se, as 3 principais porcentagens que mostram que 26,7% das empresas entrevistadas atuam no mercado de 16 à 20 anos; de 11 à 15 anos, e até 5 anos, totalizando um percentual de 80,1%. O resultado apresentou diferentes tempos de atuação, o que mostra que algumas estão a bastante tempo no mercado, enquanto outras estão em fase de crescimento.

Quadro 3 - Gráfico da quantidade de funcionários da empresa entrevistadas
3- Quantos funcionários a sua empresa possui?



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nos resultados apontados na pergunta de número três, verifica-se que de todas as 15 empresas respondentes 100% afirmaram que possuem até 10

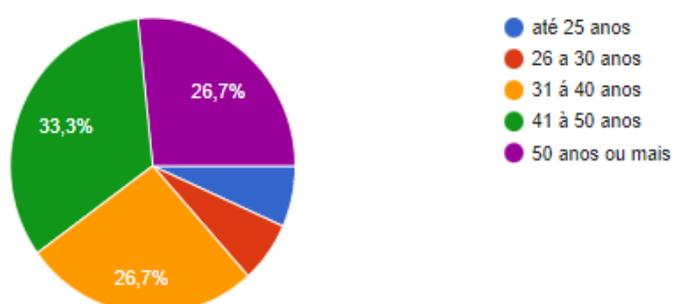
funcionários. Isso mostra que as empresas que se interessaram em responder a pesquisa aparentemente são de pequeno porte, o que gera a impressão de que estão interessadas em compreender e participar das questões relacionadas a contabilidade.

Em relação ao questionamento realizado sobre a idade dos participantes da pesquisa, o quadro 4, mostra o seguinte resultado:

Quadro 4 - Idade dos respondentes

4- Qual a sua idade?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

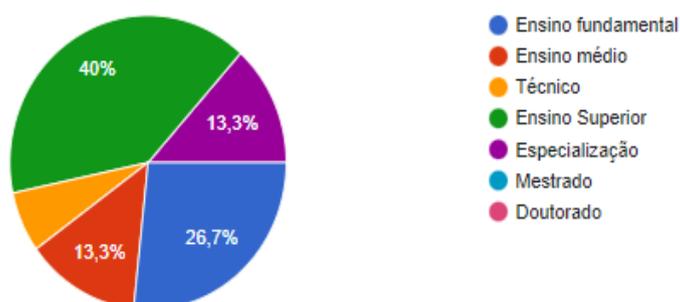
Destaca-se que dos 15 respondentes, os três principais resultados, sendo que 33,3% possuem de 41 à 50 anos, 26,7% possuem de 31 à 40 anos e 50 anos ou mais, onde os dois últimos totalizam (53,4%), mostrando portanto, que os gestores das empresas apresentam uma faixa etária que predomina a meia idade.

Apresenta-se o quadro 5, o qual teve como intuito, mostrar o nível de formação escolar dos gestores respondentes.

Quadro 5 - Grau de formação dos respondentes

5- Qual sua formação?

15 respostas

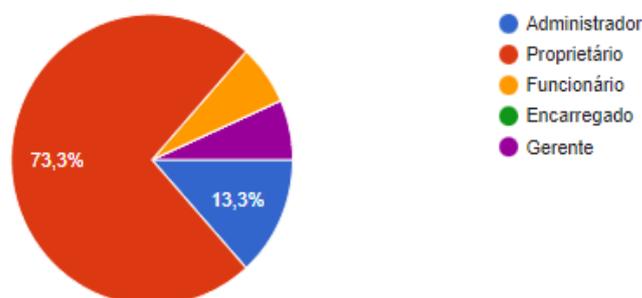


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos 15 respondentes, o quadro 5, demonstra que 40% possuem ensino superior, 26,7% possuem ensino fundamental e 13,3 % ensino médio e especialização. Observa-se aqui que a maioria dos respondentes possuem o nível superior de formação, seguido pelo ensino fundamental.

Quadro 6 - Trata do cargo que o participante ocupa na empresa
6-Qual cargo você ocupa na empresa?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se averiguar que o quadro 6 mostrou que dos 15 respondentes 73,3% são proprietários das empresas, 13,3% são administradores, os demais são gerentes e funcionários, mostrando que os mesmos é quem respondem a pesquisa, ou ainda a possibilidade de que são os próprios proprietários que estão ligados diretamente e mantém contato com o escritório de contabilidade.

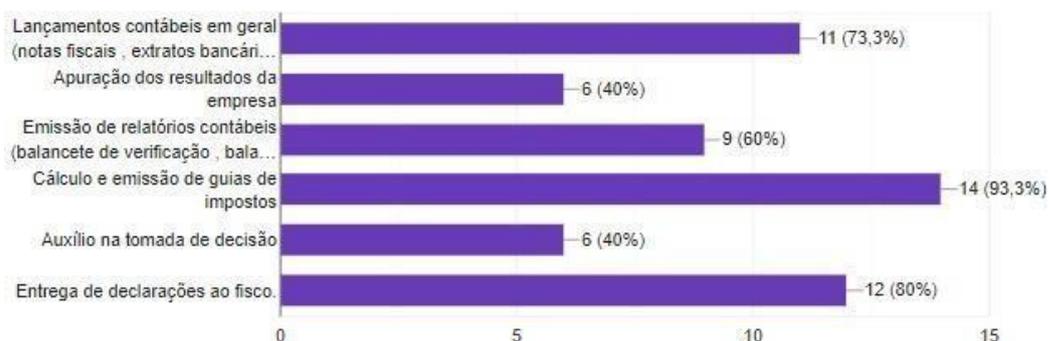
Encerra-se aqui a I parte da pesquisa, que contemplou as perguntas de 1 a 6, as quais trataram do perfil da empresa e dos respondentes.

A partir daqui, apresenta-se a II parte da pesquisa, a qual se refere ao serviço contábil prestado ao cliente.

Desse modo, dando continuidade a análise, a pergunta de número 7 refere-se aos serviços prestados pelo escritório de contabilidade para a empresa entrevistada, de acordo com o exposto no quadro 7.

Quadro 7 - Serviços prestados pelo escritório de contabilidade para a empresa do participante
 7-Entre os serviços listados abaixo quais são prestados à sua empresa pelo escritório de contabilidade? (pode-se optar por mais de uma alternativa).

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse questionamento, foi possível verificar que dos 15 participantes da pesquisa, os serviços que se destacaram no quadro 7 em relação aos serviços prestados pelo escritório de contabilidade, foram os de: cálculo e emissão de guias de impostos com 93,3%; entrega de declarações ao fisco com 80% e lançamentos contábeis em geral (notas fiscais, extratos bancários) que apontaram 73,3%.

Observa-se que entre as opções de respostas na pesquisa, a questão da contribuição do profissional contábil para a tomada de decisão do gestor aparece como um dos menores percentuais (40%), sendo que o restante das opções não foi direcionado ao trabalho intelectual da contabilidade o qual contribui na tomada de decisão da empresa, mas sim, para o trabalho operacional de lançar, gerar guia, entre outros.

A bibliografia apresentada no estudo por Carraro *et al* (2018), mostra que houve uma significativa mudança no exercício contábil que apenas cuidava das demonstrações (cálculo e emissão de guias de impostos, entrega de declarações ao fisco) e lançamentos contábeis em geral (notas fiscais, extratos bancários) e apurava o lucro de uma empresa somente quando a empresa fosse fechada. Percebe-se que, a contabilidade do passado que apenas abastecia seus usuários com demonstrações e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira, mostrou-se ainda bastante presente nos resultados da pesquisa.

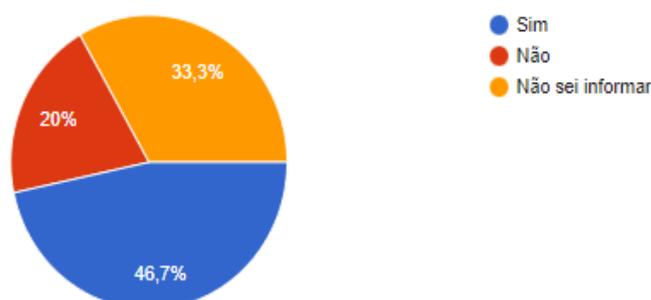
Enquanto a ideia atual de continuidade das empresas, primando pelo funcionamento da organização por prazo indeterminado, e tendo como macro objetivo a divulgação financeira compreensível aos usuários para tomada de decisões, como apontou Martini (2013), não se destacou na pesquisa que, conforme

pode-se averiguar os 40%, ou seja, apenas 6 gestores apontaram a importância da contabilidade como serviços usados como forma de auxílio na tomada de decisão.

Como forma de mostrar o conhecimento do pesquisado sobre os tipos de relatórios gerados pela contabilidade, apresenta-se:

Quadro 8 - Conhecimento sobre os tipos de relatórios gerados pela contabilidade
8-Você tem conhecimento de quais relatórios a contabilidade pode gerar para auxiliar sua gestão empresarial ?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

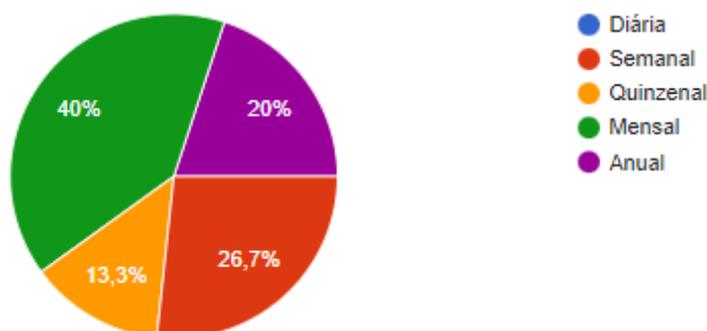
O quadro 8 mostrou que referente ao conhecimento do entrevistado sobre os tipos de relatórios gerados pela contabilidade, 46,7% disseram que sim, que apresentam conhecimentos, 33% não souberam informar, e 20% disseram não ter conhecimento.

No entanto ao se considerar os conceitos apresentados no estudo, que mostram que a aplicabilidade da contabilidade consiste no cumprimento das etapas de operação e controle para uma gestão eficiente do patrimônio ao elaborar relatórios e controles, para auxiliar a gestão dos negócios, principalmente porque os relatórios norteiam a tomada de decisão, pode-se afirmar que a maioria dos respondentes tem conhecimento que os mesmos relatórios podem contribuir com seus negócios. No entanto, a pesquisa mostrou que metade dos gestores não sabem ou não souberam informar. Isto mostra a necessidade de se refletir sobre formas de disseminar, tal conhecimento a respeito da importância dos relatórios contábeis para os gestores.

O próximo quadro 9, mostra a frequência da solicitação de informações ao contador ou ao escritório de contabilidade.

Quadro 9 - Frequência de solicitação de informações ao contador ou ao escritório de contabilidade
9-Com que frequência você solicita informações ao contador ou ao escritório de contabilidade?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Verifica-se que o quadro 9 mostrou que em relação à frequência de solicitação de informações ao contador ou ao escritório de contabilidade dos 15 respondentes, 40% disseram que é mensal, 26,7% que é semanal, 20% anual. Observa-se aqui que os 40% mostram maior interesse em manter contato com o escritório, mesmo que mensalmente, mas percebe-se que esse percentual ainda é pouco mediante as possibilidades que o profissional contábil oferece.

Já os 26,7% disseram que a frequência de solicitações de informações é semanal mostrando que o usuário não está preocupado com o processo de gestão, pois está usando o escritório só para pegar as guias no final do mês e pagar o imposto, ele frequentemente está pedindo algum tipo de informação para o escritório, ou seja, está utilizando o auxílio para a tomada de decisão a partir da solicitação de dados. Enquanto, os 20% que solicitam informações anuais, mostraram que se utilizam o escritório apenas para os pagamentos, de impostos, guias entre outras obrigаторiedades.

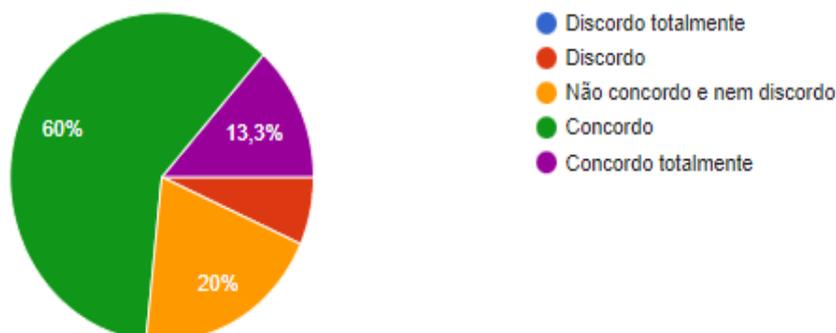
A pergunta 10 solicitou dos participantes se eles concordam com o conceito apresentado por Sá (2005) estudioso da contabilidade, o qual diz que contabilidade se trata de uma ciência social que visa o controle do patrimônio, por meio de um conjunto sistemático de informações, leis, métodos, princípios e observações. Estes relativos a aspectos quantitativos e qualitativos das variações econômico-financeiras com uso de técnicas para a coleta e registro de dados essenciais para a avaliação da real situação patrimonial e financeira das empresas.

Assim, apresenta-se, o quadro 10 referente à afirmação de Sá (2005) sobre a

contabilidade.

Quadro 10 - Sobre a afirmação de Sá (2005) em relação a contabilidade
10- Assinale o quanto você concorda com a afirmação citada acima:

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir da análise verifica-se no quadro 10, em relação a afirmação de Sá (2005) sobre a contabilidade, que 60% dos participantes concordam, 20% não concordam, 13,3% concordam totalmente, 6,70% discordam, percebe-se que os clientes do escritório de contabilidade relacionam o trabalho do mesmo com foco no controle do patrimônio. Os usuários entendem que a contabilidade trata apenas de aspectos quantitativos e qualitativos das variações econômico-financeiras, as quais o contador como profissional capacitado executa a função pelo fato de estar apto e possuir conhecimento sobre as técnicas que coletam e registram dados de forma quantitativa apresentando-os ao gestor.

No entanto, cabe salientar aqui que mesmo que a maioria dos participantes entendam a importância da contabilidade, não a consideram na prática, pois ao compreender que contabilidade pode oferecer auxílio para a tomada de decisões, eles ainda a vêem apenas como um serviço singular e operacional se utilizando dessa ciência apenas para gerar guias, pagar impostos, entre outras obrigações com o fisco.

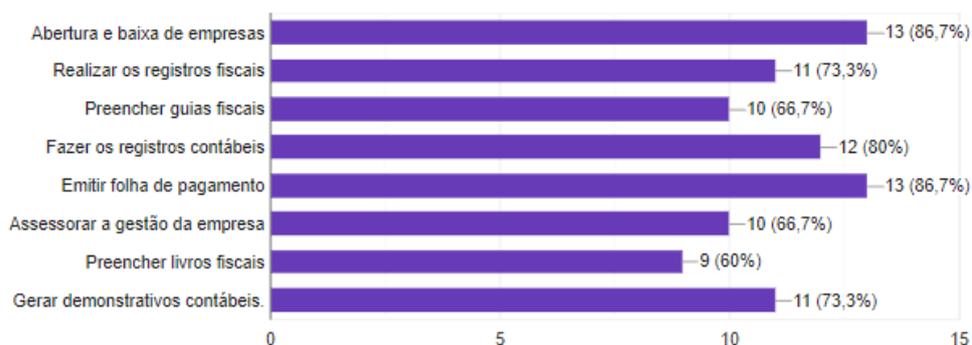
A pesquisa ao apontar que 20% dos respondentes não concordam, cabe aos profissionais e futuros contadores observar e trabalhar possibilidades de maior entendimento aos gestores, sobre de que forma a contabilidade como ciência, atua e contribui por meio desse conjunto para o desenvolvimento e crescimento de suas empresas, pois a contabilidade responsável exige coerência na aplicação de leis, métodos e princípios, e os gestores das empresas precisam estar informados sobre

esse processo, para assim valorizar ainda mais o trabalho do contador. Dando continuidade a análise e discussão dos resultados da pesquisa, o quadro 11, mostra a opinião dos participantes em relação às principais funções dos escritórios de contabilidade.

Quadro 11 - Principais funções dos escritórios de contabilidade

11-Na sua opinião, quais são as principais funções de um escritório de contabilidade? (pode-se optar por mais de uma alternativa).

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O quadro 11 mostrou que em relação as principais funções dos escritórios de contabilidade, 86,7% dos respondentes entendem que trata da abertura e baixa de empresas e emitir folha de pagamento, 80% fazer os registros contábeis e 73,3 % realizar os registros fiscais e gerar demonstrativos contábeis.

Verifica-se que a opção de assessorar a gestão da empresa apresentou apenas 66,7%, mostrando que os usuários do escritório, ainda entendem que as principais funções dos escritórios de contabilidade, estão voltadas para atuações como abertura e baixa de empresas, emissão de folhas de pagamento, registros contábeis e fiscais, e geração de demonstrativos contábeis.

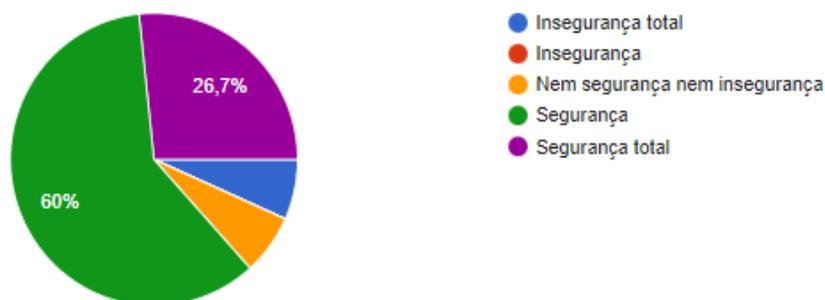
Contudo, a bibliografia mostrou que na atualidade, o profissional contábil passou a auxiliar as pessoas no processo de tomada de decisões. No referencial teórico a ideia exposta por Marion (2018), o profissional contábil da atualidade é um elemento capaz de fornecer o máximo de informações para a tomada de decisão de uma empresa. Ele pode ser visto como uma peça fundamental para organização, já que é capacitado para tratar de estratégias, prospecções financeiras e planejamentos, além de custos, relatórios, orçamentos, e resultados, a partir da contabilidade gerencial, a qual busca atender as necessidades dos gestores, sendo capaz de influenciá-los de forma positiva na tomada de decisões.

O que a pesquisa mostrou foi o contrário, pois a percepção dos respondentes não condiz com a teoria defendida pelos autores, em especial a destacada que Marion (2018), o que leva a refletir sobre a maneira que o contador vem apresentando e mostrando seu trabalho e no que ele pode contribuir com as empresas ou ajudar os próprios clientes na gestão a partir de assessoria e conhecimentos.

Referente à questão 12, sobre a segurança que o escritório de contabilidade traz ao cliente, o quadro 12 aponta os seguintes resultados:

Quadro 12 - Sobre a segurança que o escritório de contabilidade trazida ao cliente
12- Qual a segurança que a contabilidade traz para o seu negócio?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

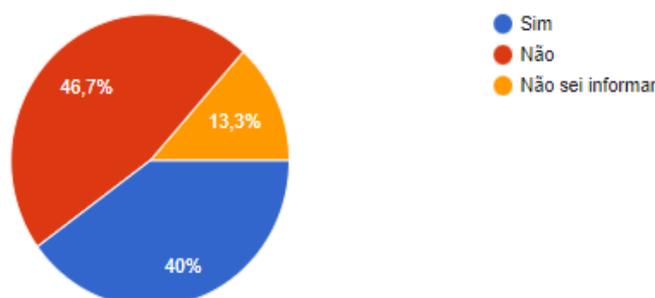
Em relação a segurança que o escritório de contabilidade proporciona ao cliente, 60% dos respondentes disseram que o escritório trás segurança e 26,7% que trás segurança total, e 6,65% disseram que insegurança total e nem segurança nem insegurança. A maioria dos clientes asseguram que o escritório proporciona segurança, o que pode ser interpretado como uma forma de confiança depositada nos trabalhos daqueles profissionais, trazendo aqui a possibilidade de que estes clientes podem passar a se utilizar do escritório para serem auxiliados na gestão das suas empresas. A partir desse resultado, o contador pode aproveitar a oportunidade que lhe é demonstrada para conquistar ainda mais seus clientes.

Encerra-se aqui, a parte II da pesquisa a qual investigou a questão do serviço contábil para o cliente, iniciando a parte III e final da pesquisa, sobre a percepção do cliente em relação a importância dos serviços contábeis.

Desta forma, apresenta-se o quadro 13 que investiga o uso de relatórios contábeis como suporte para a administração da empresa do cliente.

Quadro 13 - Sobre o uso de relatórios contábeis como suporte para a administração da empresa
13-A sua empresa usa os relatórios contábeis como suporte para a administração?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao se avaliar o uso de relatórios contábeis como suporte para a administração da empresa, o quadro 13, mostrou que dos 15 participantes da pesquisa 46,7% apontaram que não usam os relatórios contábeis como suporte, 40% apontam que sim, se utilizam dos relatórios contábeis e 13,3% não souberam informar.

Ao se refletir sobre as respostas obtidas, cabe salientar que os referenciais estudados e apresentados no estudo, ponderam que ao considerar a contabilidade gerencial entende-se que a mesma é abrangente em sua estruturação dentro de um sistema de informação contábil, uma vez que contempla a produção de relatórios para a tomada de decisão.

Como diz Crepaldi (2012), os trabalhos se tornam mais eficazes quando se utilizam relatórios com informações importantes para a tomada de decisões, possibilitando que os gestores definam a técnica na elaboração dos orçamentos, preços de produtos e serviços, demonstrações financeiras e controles em benefício da empresa.

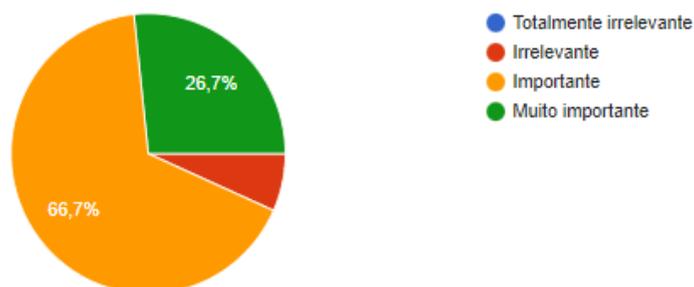
Como uma exposição resumida e ordenada de dados que objetiva relatar aos seus usuários os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período, Marion (2018) salienta que estes relatórios devem ser utilizados pelos gestores para observar as vantagens competitivas, visualizando possíveis erros ao identificar o elemento redutor de custos; e principalmente tomar decisões.

No entanto, acredita-se que conforme a pesquisa o número de gestores 40% que apontaram que se utilizam dos relatórios contábeis como suporte para a administração da empresa ainda é pouco, pois a maioria com 46,7%, apontou que não usa os relatórios contábeis com este fim, consecutivamente para a tomada de decisões, seguidos por 13% que não souberam informar.

O quadro 14 verifica a opinião dos gestores sobre o nível de importância do contador para a empresa entrevistada.

Quadro 14 - Sobre o nível de importância do contador para a empresa entrevistada
14-Na sua opinião, qual o nível de importância do contador para sua empresa na hora da tomada de decisão?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A pesquisa sobre o nível de importância do contador mostrou conforme o quadro 14, que 66,7% das empresas entendem que ele é um elemento importante, 26,7% muito importante e 6,60% que é irrelevante.

Observa-se nos resultados, que a cada dia os gestores mostram dar importância ao profissional contábil, pois hoje, conforme destacado no estudo de Marion (2018), é capaz de auxiliar as empresas em suas tomadas de decisões, o que no passado não acontecia, exigindo total capacitação para estar à frente das mais diversas atividades, que quando solicitado, poderá oferecer o máximo de informações para a tomada de decisão de uma empresa. A bibliografia mostra que esse profissional é uma peça fundamental na organização.

Contudo, ao se observar que apenas 26,7% o considera muito importante e que 6,60% o considera irrelevante, a pesquisa aqui apresentada mostra contradição em alguns quadros como o 7 e o 11 em que os itens mais assinalados dizem respeito à questão operacional do contador.

O serviço operacional que o contador pode prestar para cliente para o empresário e não à questão gerencial, mostrando que possivelmente a importância dada ao contador pelos participantes refere-se a respeito da questão operacional.

O serviço operacional que o contador pode oferecer para o cliente e não o mostrado na bibliografia, que discorre que os contadores do presente buscam atender as necessidades dos gestores, e possuem influência em relação a tomada de decisões, já que podem ser vistos como um alicerce no planejamento

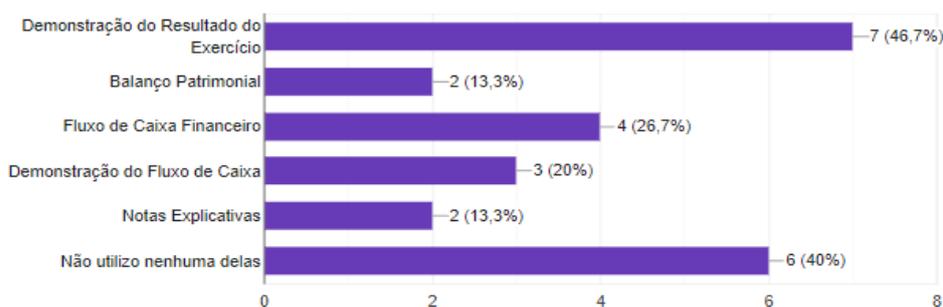
empresarial. Verifica-se portanto, que possivelmente os clientes do escritório enxergam o contador como aquele responsável apenas pela emissão de guias, tributos, ou seja, responsável pelo trabalho operacional, reforçando a ideia de que o contador não é importante para atuar junto a gestão da empresa, colocando a contabilidade gerencial em prática.

Dando sequência aos resultados da pesquisa, o quadro 15 mostra os tipos de relatórios contábeis elaborados em relação a contabilidade, mais utilizados como ferramenta de apoio na tomada de decisão.

Quadro 15 - Relatórios contábeis utilizados pela empresa entrevistada

15-Quais dos relatórios contábeis elaborados em relação a sua contabilidade são utilizados como ferramenta de apoio a tomada de decisão em sua empresa?(pode-se optar por mais de uma alternativa)

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

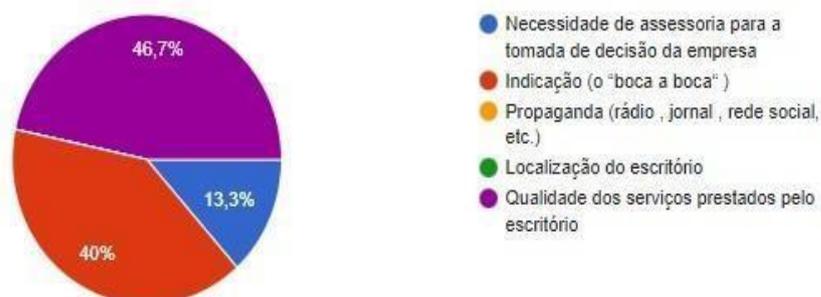
Em relação aos relatórios contábeis mais utilizados pelas empresas respondentes, para a tomada de decisões, 46,7% dos participantes disseram que se utilizam da demonstração do resultado do exercício, 40% não utilizam nenhuma delas e 26,7% do fluxo de caixa. Neste sentido, ao se averiguar os resultados, destaca-se que 40% dos gestores não utilizam nenhum relatório contábil para a tomada de decisões, o que comprova o apresentado em alguns quadros anteriormente, onde percebeu-se que os gestores se utilizam do profissional contábil apenas para o serviço operacional como emissão de guias, declaração, impostos entre outras obrigações com o fisco, e não como suporte e auxílio intelectual para a tomada de decisões.

Percebe-se, portanto, contradições ao se averiguar que os usuários (66,7%), consideram o contador como importante e 26,7% muito importante, como apresentado no quadro 14 da pesquisa e nos referenciais teóricos. Porém, o demonstrado aqui nesse questionamento aponta uma realidade diferente, pois 40 % não utiliza os relatórios contábeis para a tomada de decisão.

O quadro 16 apresenta a pergunta sobre qual o principal fator que levou a empresa entrevistada a contratar um escritório de contabilidade.

Quadro 16 - Fator principal que levou a empresa a contratar o escritório de contabilidade
16- Qual foi o principal fator que o levou a contratar um escritório de contabilidade? (pode-se optar por mais de uma alternativa)

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

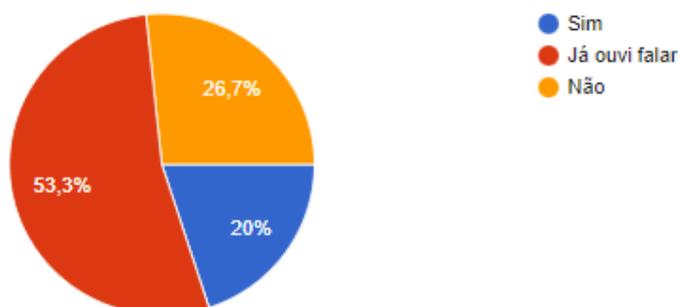
A pesquisa exposta no quadro 16 indicou que em relação ao principal fator que levou a empresa a contratar o escritório de contabilidade, 46,7% apontaram a qualidade dos serviços prestados pelo escritório, 40% diz que o principal fator foi a indicação ("boca a boca"), e 13,3% pela necessidade de assessoria para a tomada de decisão da empresa.

Ao se analisar o fato de que 46,7% dos participantes apontaram a qualidade dos serviços prestados pelo escritório, como o principal fator de contratação do escritório de contabilidade e 40% pela a indicação, onde o fator necessidade de assessoria para a tomada de decisão da empresa aponta um pequeno percentual de 13,3%, nota-se que os serviços de assessoria prestados pelos escritórios de contabilidade deveriam ser mais vistos e reconhecidos na parte que trata da área gerencial, justamente a que foi a menos citada.

No que alude o conhecimento do respondente sobre contabilidade consultiva, o quadro 17 mostrou o seguinte:

Quadro 17 - Conhecimento do entrevistado sobre contabilidade consultiva
17-Você sabe o que é contabilidade consultiva (assessoria)?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

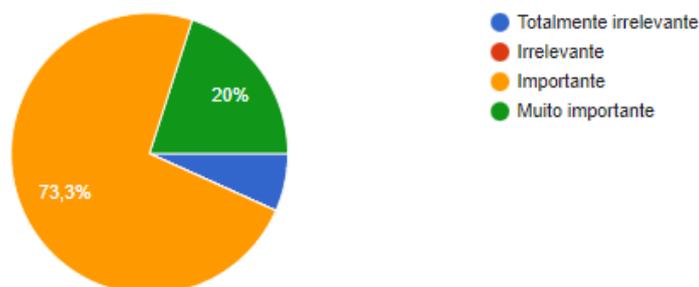
O conhecimento dos participantes sobre contabilidade consultiva, mostrado pelo quadro 17, aponta que 53,3% dos respondentes já ouviram falar, 26,7% não sabem, e 20% sim, sabem o que é. Verifica-se, portanto que possivelmente estes 53,3% que dizem já ter ouvido falar sobre a contabilidade consultiva e não saber ao certo o que a mesma é capaz de proporcionar as empresas. Mesmo que 20% (a minoria) dos participantes tenham dito saber o que é, 26,7% alegam não saber. Trata-se aqui de um percentual elevado, onde provavelmente diante de um trabalho tão importante como o de consultoria pode estar havendo "certa" falta de conscientização ou até mesmo, entendimento do cliente a respeito da importância da atuação do contador e como um profissional é capaz de auxiliar os gestores no planejamento e tomada de decisão.

Ao se verificar os resultados, observa-se a fala de Hernandez (2014), o qual diz que a área da contabilidade oferece várias oportunidades de atuação para o profissional contábil por meio da formação acadêmica, o que lhe permite obter conhecimentos para contribuir com o desenvolvimento das sociedades, onde entre muitas possibilidades de atuar, compreende-se que a contabilidade consultiva se mostra ainda tímida para os gestores. Como um modelo atual capaz de tornar o contador mais próximo dos gestores, pois seu foco é o cliente, e sua finalidade é diagnosticar e cuidar da saúde das empresas, levando-as ao sucesso, compreende-se que entre o meio empresarial a mesma ainda é pouco utilizada e conhecida.

Dando continuidade na pesquisa, apresenta-se o quadro 18, o qual mostra os resultados sobre a investigação da importância da contabilidade consultiva para a empresa, a partir de uma citação de Ludovice (2017) esclarecendo o conceito da mesma.

Quadro 18 - Qual a importância da contabilidade para a empresa
18-A partir desse esclarecimento, como você considera a importância da contabilidade consultiva para sua empresa?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Avaliando as respostas, sobre qual a importância da contabilidade consultiva para a empresa, o quadro 18 mostra que dos 15 respondentes 73,3% consideram importante, 20% muito importante e 6,70% consideram totalmente irrelevante. No entanto, como discorrido no estudo por meio das teorias apresentadas, e com base na citação de Ludovice (2017), ao afirmar que por meio da Contabilidade Consultiva, o profissional contábil pode auxiliar a administração na tomada de decisões evitando resultados negativos para a organização.

Verifica-se, portanto, que possivelmente os 53,3% mostrados no quadro o quadro 17 que dizem já ter ouvido falar sobre a contabilidade consultiva não sabem ao certo o que a mesma é capaz de proporcionar às empresas, pois apenas já ouviram falar, e mesmo que 20% (a minoria) dos participantes dizem saber o que é, 26,7% alegam não saber. Sendo assim, o quadro 18 ao mostrar que 73,3% dos participantes consideram a contabilidade consultiva importante, os resultados obtidos não condizem com a realidade, pois 53,3% apenas ouviram falar e 20% nem sabe o que é, como poderão afirmar que a contabilidade consultiva é importante?

Contudo, é válido salientar que a partir da pesquisa, os participantes tiveram e terão, a oportunidade e a consciência, que devem aprender mais sobre o assunto ao ponto de adotar esse tipo de serviço.

Apresenta-se o quadro 19, que pretende mostrar para quais decisões, a empresa/cliente consulta o escritório de contabilidade.

Quadro 19 - A empresa consulta o escritório de contabilidade para tomada de decisões
19-Você consulta o escritório de contabilidade para tomar quais decisões?(pode-se optar por mais de uma alternativa).

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

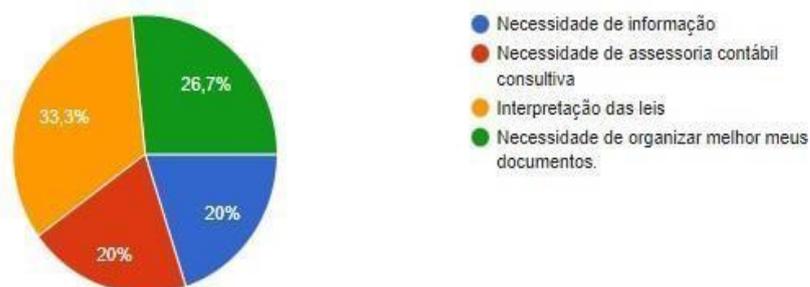
Ao serem questionados sobre se a empresa consulta o escritório para o processo de tomada de decisão, o quadro 19, mostrou que dos 15 respondentes, 53,3% consultam o escritório no que se refere à empréstimo para capital de giro e para planejar recursos financeiros e 13% para a aquisição de ativo imobilizado.

Verifica-se neste resultado, que ao contrário da maiorias dos resultados mostrados anteriormente, os maiores porcentuais, estão relacionados a processos de tomada de decisão, onde pode-se compreender que, mesmo de forma inconsciente, os gestores estão solicitando auxílio ao contador, pois estão pedindo ajuda do escritório de contabilidade para tomar alguns tipos de decisão, como por exemplo, quando precisam de capital de giro e planejar recursos financeiros.

Referente a pergunta sobre qual a maior dificuldade encontrada na tomada de decisão da empresa, o quadro 20 mostra:

Quadro 20 - Maior dificuldade na tomada de decisão da empresa
20-Considerando as informações contábeis, qual a sua maior dificuldade na tomada de decisões?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Averiguando os resultados, percebe-se que a maior dificuldade na tomada de decisão da empresa, é a interpretação das leis com 33,3%, a necessidade de organizar melhor os documentos com 26,7%, e a necessidade de assessoria contábil consultiva e de informação que mostrou um percentual de 20%.

Neste sentido, percebe-se que indiretamente os usuários da contabilidade gerencial, mesmo sem perceber, tendem a se utilizar automaticamente da contabilidade consultiva, já que as duas possuem uma relação adjacente. Salienta-se que nos quadros apresentados anteriormente não se identifica o costume dos gestores de solicitar auxílio para a contabilidade sob o aspecto consultivo, onde esta mesmo sendo de grande importância talvez não seja divulgada de forma a despertar o interesse dos usuários.

No entanto, a pesquisa de forma geral, mostra que as empresas pouco se utilizam dos serviços de consultoria a partir do escritório de contabilidade pra auxiliar no processo de tomada de decisão, apontando com 33,3%, que solicitam o auxílio do escritório com maior frequência, por ter maior dificuldade para a tomada de decisão da empresa em relação à interpretação das leis, 26,7%, por necessidade de organizar melhor os documentos, e por último, um menor percentual de 20% que buscam ajuda do escritório no diz respeito à necessidade de assessoria contábil consultiva e de informação.

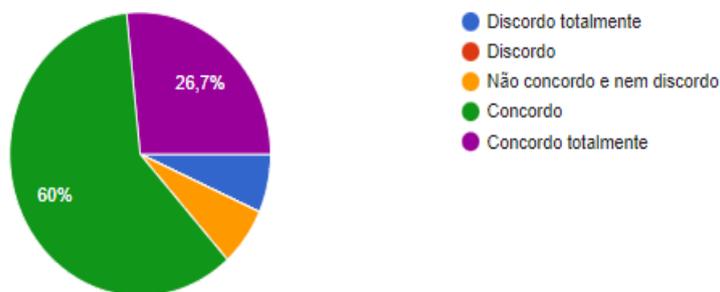
Destaca-se a contribuição de Lisboa (2011) no estudo, o qual considera que a contabilidade ao seguir padrões e princípios éticos que incluem objetividade, independência, confidencialidade, competência, integridade profissional e comportamento ético, mostram sua importância, ao executar funções de registrar dados financeiros, apresentando-os na forma de declaração de lucros e perdas, balanço e moeda, ações essas fundamentais para a tomada de decisão.

Ademais, o profissional contábil está a frente dessas funções, pois é capacitado para isso, sendo que todas as informações obtidas ou que passam por ele, são fundamentais para a eficiência das operações e tomadas de decisões das empresas, o que torna essas informações e a profissão contábil tão essencial para sanar as dificuldades identificadas pelos gestores na pesquisa, conforme destacado por Basso (2011) sendo de grande importância para contribuir com o sucesso do empreendimento.

Por fim, o quadro 21, que apresenta a visão do entrevistado sobre a contabilidade como peça fundamental no processo de tomada de decisões.

Quadro 21 - Sobre a contabilidade como peça fundamental no processo de tomada de decisões
21-Você concorda que a contabilidade é peça fundamental no processo de tomada de
decisão de uma empresa ?

15 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O quadro 21 mostrou que em relação a contabilidade como peça fundamental no processo de tomada de decisões, dos 15 respondentes, 60% concordaram, 26,7% concordam totalmente e 6,65% discordam totalmente ou não concordam e nem discordam.

Diante da responsabilidade em auxiliar na tomada de decisões, observa-se que hoje, o profissional contábil vem buscando recursos mais eficazes, para que por meio da contabilidade gerencial, possa ajudar seus clientes, o que vem ao encontro do posicionamento de Marion (2018) que afirma que a mesma já não é mais vista apenas como um conjunto de sistemas numéricos restrito ao atendimento das exigências governamentais, mais sim, uma atividade que busca sobretudo, dar ênfase à avaliação econômica e financeira da organização, realizando inferências sobre as tendências futuras.

Ao observar-se tal conceito mediante os resultados apresentados, verifica-se que a contabilidade pode ser considerada como uma peça fundamental no processo de tomada de decisão das empresas.

4.3 VISÃO SISTÊMICA APLICADA AO CASO

Com a competitividade cada vez mais acelerada, fazendo com que as empresas passassem a buscar maior qualidade da mão-de-obra ofertada, sendo que no atendimento aos clientes, a eficiência e o dinamismo devem ser aproveitados tanto os recursos materiais como os imateriais para que se possa oferecer produtos e serviços de qualidade e menor custo.

Neste sentido, a partir de uma perspectiva sistêmica, visando contribuir com

um parecer geral do estudo, para demonstrar a percepção dos clientes sobre a importância dos serviços prestados por um escritório de contabilidade, verifica-se inicialmente, que o profissional contábil, ao contrário do que muitas gestores de empresas pensam, é um agente indispensável. O profissional contábil, ao exercer sua função sob a perspectiva de gerar resultados e auxiliar na tomada de decisões, age de forma coordenada e interligada à contabilidade gerencial para se atingir objetivos e metas empresariais, onde o todo é mais amplo do que a soma das partes.

Percebe-se que geralmente, a estrutura de uma grade curricular de um curso superior é influenciada pelos vários elementos no entorno da profissão e da sociedade; da conjuntura econômica regional, dos avanços tecnológicos, de pesquisas na área e das estruturas curriculares trabalhadas anteriormente, além de outras concepções que norteiam o âmbito acadêmico.

Desse modo, compreende-se que para que os futuros profissionais, e neste caso os de contabilidade possam atuar de forma qualificada e inovadora, se faz necessário um enfoque mais amplo sobre gestão e sobre as possibilidades das mais diversas atividades que o profissional contábil pode realizar, mostrando sua contribuição na gestão das empresas. Para isso, o embasamento do aprendizado precisa ser interno e externo, priorizando o ensino de forma multidisciplinar, já que na atualidade, o mercado exige muito mais habilidades sistêmicas e dinâmicas do que procedimentos puramente analíticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um mercado cada vez mais competitivo, a eficiência, a qualidade, rapidez, dinamismo e iniciativas, são capazes de proporcionar o sucesso das organizações por meio da tomada de decisão acertada. A contabilidade através do profissional contábil, deixou de suprir apenas as necessidades fiscais das empresas, passando a se utilizar da contabilidade gerencial para criar valores e gerar resultados positivos usando a rapidez na coleta de informações precisas de dados.

Assim, a partir de uma nova etapa, ao ser interpretada como uma importante ferramenta para a gestão e tomada de decisão, a contabilidade gerencial vem, bem como os profissionais da contabilidade, ganhando cada vez mais espaço na área empresarial. No entanto, muitos gestores ainda não se deram conta desse

importante elemento e sua capacidade de transformar de forma eficaz o posicionamento nas decisões dos gestores e seus empreendimentos.

Neste sentido, por meio desta pesquisa realizada, foi possível evidenciar, a partir do estágio vivenciado na organização estudada, e dos resultados obtidos no questionário com 21 perguntas fechadas enviadas aos clientes do escritório de contabilidade, que o estudo alcançou seus objetivos.

Os resultados apresentados, mostram que os clientes em sua maioria, consideram que a contabilidade é uma fundamental no processo de tomada de decisões, até porque, como responsáveis em auxiliar as empresas, o profissional contábil vem buscando cada vez mais se aperfeiçoar e se utilizar de recursos eficazes para contribuir nos processos empresariais, principalmente, a partir do advento da contabilidade gerencial, onde os contadores passaram a dar destaque à avaliação econômica e financeira das organizações fazendo inferências que beneficiam as empresas no planejamento das tendências futuras e decisões precisas.

O estudo, trouxe grande contribuição para a autora, visto que possibilitou uma maior compreensão sobre a história da contabilidade e suas funções, da contabilidade gerencial e a percepção dos clientes, em relação aos serviços prestados pelo profissional contábil, mostrando principalmente sua importância e responsabilidade mediante as organizações e sociedade de forma geral.

Por meio das respostas obtidas nos questionários, buscou-se, ainda, como forma de contribuição na pesquisa, realizar um diálogo com os gestores do escritório estudado para verificar qual sua visão em relação a possibilidade da prestação de serviços de consultoria contábil, ou seja, como eles percebem o seu trabalho para auxiliar as empresas e ainda, como acham que seus clientes enxergam a prestação de serviço pelo escritório e como gostariam de ser vistos.

Neste sentido, os gestores do escritório Ágil Serviços Contábeis, ofereceram uma contribuição enriquecedora para o estudo ao mencionar que: "Hoje, o escritório contábil não deve ser apenas um "emissor de guias de pagamento", o profissional precisa auxiliar através de seus conhecimentos, o cliente, e prepará-lo para o mercado de trabalho, para a tomada de decisão. Infelizmente nem todo cliente percebe o escritório de tal maneira, e o veem e se utilizam dele, apenas como uma ferramenta para desburocratização".

Por fim, conclui-se que é de fundamental importância que os profissionais da

contabilidade passem a dar maior ênfase em suas atuações e realidades demonstradas considerando as expectativas dos clientes, deixando claro que são capazes de contribuir na tomada de decisão da empresa.

REFERÊNCIAS

ADELEGAN, Olatundun Janet. **Práticas de contabilidade gerencial em empresas nigerianas**. IFAC, 2001. Disponível em: www.ifac.org. Acesso em: 19 set. 2021.

ALMEIDA, L. B.; MACHADO, E. A.; RAIFUR, L.; NOGUEIRA, D. R. A utilização do orçamento como ferramenta de apoio à formulação de estratégia, de controle e de interatividade: um estudo exploratório nas cooperativas agropecuárias da região Sul do Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 3, 2008.

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 33, p. 16 - 32, set/dez, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/fkpxkhTb7ChFFDqF8bDPBWd/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARRUDA, André. **Código de ética**: um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio Editora, 2014.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROSO, Deivson Vinicius. **Teoria da contabilidade**. Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, Salvador: UFBA, 2018. (e-book). Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553593/2/eBook%20FCCC58-Teoria%20da%20Contabilidade.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

BLEIL C.; BONATTO, A.; MAUSS, V. C.; OLIVEIRA S, C. de; SANTOS, Z. G. dos. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Universidade Luterana do Brasil - ULB. 2014. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

COELHO, C. U. F; TAVEIRA, G. A.; BOTINI, J. **Introdução à contabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999, p. 9-10.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 6. ed. Atlas, 2012. (e-book) Disponível em: <https://indicalivros.com/livros/contabilidade-gerencial-teoria-e-pratica-silvio-aparecido-crepaldi>. Acesso em: 8 ago. 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em

negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. 3. ed. Pioneira, São Paulo, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HERNANDES, Anderson. **Como a segmentação do mercado contábil afeta a sua empresa?** 2014. Disponível em: [//www.clubedoscontadores.com.br/_artigos_olha.php?art=1020&mod=0](http://www.clubedoscontadores.com.br/_artigos_olha.php?art=1020&mod=0). Acesso em: 3 set. 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINI, Luigi. **Contabilidade geral**. Disponível em: https://educacaocoletiva.com.br/assets/system_files/material/phpCggYZ11779.pdf. Acesso em: 7 ago. 2021.

MINTZBERG, Henry. et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MORALES, P. P. G. **Importância do orçamento para as empresas**. 2013. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/21283/1/Almportancia-do-Orcamento-paraasEmpresas/pagina1.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 32. ed. 2014.

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial**: conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2012. 102 p. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro_contabilidade_miolo.pdf/f149d841-667c-9e0f-5cd2-a8bfb13d4ebf. Acesso em: 8 ago. 2021.

OTT, Ermani. Contabilidade gerencial estratégica: inter-relacionamento da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 35 – 46, mai/ago. 2004. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/6470/3608>. Acesso em: 19 set. 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Cesar Ernani de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

REAL CÔRTE, Mauro. **Gestão empresarial.** Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANCHES, C.; MEIRELES, M.; SORDI, J. O. de. Análise qualitativa por meio da lógica paraconsciente: método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas likert. **Anais...ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**, João Pessoa, PB, Brasil, 2011. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8o4rXV06ZDEJ:https://docplayer.com.br/27443315-Analise-qualitativa-por-meio-da-logica-paraconsistente-metodo-de-interpretacao-e-sintese-de-informacao-obtida-por-escalas-likert.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Nelson Peres da. **Análise e estruturas de sistemas de informação.** São Paulo: Érica, 2007.

SILVA, Tatiane Terezinha. **Exigências impostas pelo mercado de trabalho: análise comparativa entre graduandos e graduados do Curso de Ciências Contábeis.** 2003. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124269>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SOARES, Eduardo Codevilla *et al.* Elementos que compõem o perfil do profissional contábil da iniciativa privada do município de Boa Vista - Roraima. **Revista da Educação Superior do Senac-RS.** Competência, Porto Alegre, v. 12, n. 2, dez. 2019. Disponível em: https://www.senacrs.com.br/pdf/revista_competencia_2019_2.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

Convido para que mergulhem no universo desta obra, a fim de prestigiarem a produção acadêmica contábil, a qual deve ser fortalecida diariamente, assim como a profissão a qual escolhemos seguir. A contabilidade não começa quando é executada, mas sim, quando é ensinada a outrem.

Rúbia Albers Magalhães

**Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
(CRCSC) - Gestão 2020/2021**



ISBN-978-65-87169-51-4



9786587169514